**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN**

**CAMPUS AVANÇADO DE CAICÓ – CAC**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO**

**FRANCISCO DIEGO FERNANDES**

# A CONSTRUÇÃO DE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA

**CAICÓ**

**2026**

**FRANCISCO DIEGO FERNANDES**

# A CONSTRUÇÃO DE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo), núcleo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Caicó, como requisito final obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ensino de Filosofia.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos Neves**

**CAICÓ**

**2026**

Catalogação da Publicação na Fonte
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Catalogação de Publicação na Fonte. UERN - Biblioteca Central

Fernandes, Francisco Diego.
A construção de uma oficina filosófica marxista e sua contribuição para formação humana / Francisco Diego Fernandes. - Mossoró, 2026.
130f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Ramos Neves.

1. Ensino Médio - Filosofia. 2. Formação Humana. 3. Educação Crítica. 4. Oficina filosófica marxista. I. Neves, Francisco Ramos. II. Título.

RN/UFㅤ Biblioteca Central CDD 107

Elaborado por Jocelania Marinho Maia de Oliveira - CRB-15 319

**FRANCISCO DIEGO FERNANDES**

# A CONSTRUÇÃO DE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo), núcleo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Caicó, como requisito final obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em 19/08/2026.

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO RAMOS NEVES
Data: 07/10/2026 13:59:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

---

Prof. Dr. Francisco Ramos Neves - Orientador

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBERTA LIANA DAMASCENO COSTA
Data: 07/10/2026 21:12:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

---

Prof. (a) Dra. Roberta Liana Damasceno

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO JULIO GARCIA FREIRE
Data: 07/10/2026 21:53:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

---

Prof. Dr. Antônio Júlio Garcia Freire

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Ao Professor Francisco Djalma Alves Frota

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica, incluindo o professor Francisco Ramos Neves, que esteve ao meu lado desde a graduação como orientador e amigo, contribuindo, de diferentes maneiras, para minha formação humana e intelectual. Faço aqui um agradecimento especial ao professor Francisco Djalma Alves Frota, figura marcante e transformadora em minha vida. Sua presença representou um verdadeiro divisor de águas, mostrando-me caminhos, despertando reflexões e mantendo comigo constantes diálogos sobre o processo educacional e sobre a vida. A ele deixo minha mais profunda gratidão. Foi alguém que conseguiu ser, ao mesmo tempo, amigo, cunhado e uma referência paterna. Muito do pensamento educacional e da perspectiva crítica presentes neste trabalho foram construídos a partir das experiências, conversas e aprendizados compartilhados ao seu lado. Embora nossa trajetória tenha sido intensa, significativa e duradoura, ela foi interrompida neste ano por sua partida. Sua ausência deixa uma imensa lacuna afetiva nos corações daqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo e receber seu carinho e dedicação.

Que sua memória permaneça viva e duradoura em nossos corações.

A você, toda a minha gratidão, respeito e admiração.

Te amarei para sempre, coroa!

## EPÍGRAFE

“A educação deve ser, ao mesmo tempo, política e pedagógica, pois é por meio dela que vidas são transformadas.” (Djalma Frota 1944-2026)

## RESUMO

Esta dissertação investiga o ensino de Filosofia e sua contribuição para a formação humana de estudantes do Ensino Médio, com ênfase na construção de uma oficina filosófica marxista como instrumento pedagógico. Parte-se da premissa de que a Filosofia, ao promover a reflexão crítica e analítica, desempenha papel essencial na constituição de sujeitos autônomos, conscientes de sua inserção histórica e social. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Hermógenes Nogueira da Costa, em Mossoró/RN, com turmas do 3º ano do Ensino Médio. A problemática que orienta o estudo é: como a construção de uma oficina filosófica marxista, elaborada em conjunto com os alunos, pode contribuir para sua formação humana, sobretudo considerando sua proximidade com o ingresso no mundo do trabalho? A oficina proposta fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e articula teoria e prática por meio de leituras, pesquisas de campo, análises de dados e seminários. A metodologia adotada visa fomentar a consciência crítica e a participação ativa dos discentes em sua realidade social. O trabalho está estruturado em quatro capítulos que abordam, entre outros aspectos, a relação entre trabalho, educação, ideologia, formação humana e a experiência empírica na escola pesquisada.



Palavras-chave: Formação Humana; Ensino Médio; Oficina Marxista; Educação Crítica; Materialismo Histórico-Dialético.

**ABSTRACT**

This dissertation investigates the teaching of Philosophy and its contribution to the human development of high school students, with an emphasis on the construction of a Marxist philosophical workshop as a pedagogical tool. It is based on the premise that Philosophy, by promoting critical and analytical reflection, plays a key role in the formation of autonomous individuals who are aware of their historical and social context. Drawing on current educational legislation, the study discusses the importance of Philosophy in the basic education curriculum, highlighting the risks of its exclusion in the face of recent political reforms. The research was conducted at Escola Estadual Hermógenes Nogueira da Costa, located in Mossoró, RN, with third-year high school classes. The central question that guides the study is: how can the construction of a Marxist philosophical workshop, developed jointly with the students, contribute to their human formation, especially considering their proximity to entering the labor market? The proposed workshop is based on historical-dialectical materialism and integrates theory and practice through readings, field research, data analysis, and seminars. The adopted methodology aims to foster critical awareness and active participation of students in their social reality. The dissertation is structured into four chapters that address, among other aspects, the relationship between labor, education, ideology, human formation, and the empirical experience within the school under study.

Key words: Human Formation; High School; Marxist Workshop; Critical Education; Historical-Dialectical Materialism**.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....53

Figura 2.....54

Figura 3.....55

Figura 4.....56

Figura 5.....57

Figura 6.....58

Figura 7.....59

Figura 8.....60

Figura 9.....61

Figura 10.....63

Figura 11.....64

Figura 12.....65

Figura 13.....66

Figura 14.....67

Figura 15.....67

Figura 16.....68

Figura 17.....69

Figura 18.....70

Figura 19.....71

Figura 20.....72

Figura 21.....72

Figura 22.....73

Figura 23.....74

Figura 24.....74

Figura 25.....76

Figura 26.....77

Figura 27.....78

Figura 28.....78

Figura 29.....79

Figura 30.....80

Figura 31.....80

Figura 32.....81

Figura 33.....82

Figura 34.....83

Figura 35.....84

Figura 36.....84

Figura 37.....85

Figura 38.....86

Figura 39.....87

Figura 40.....87

Figura 41.....88

Figura 42.....89

Figura 43.....89

Figura 44.....90

Figura 45.....91

Figura 46.....91

Figura 47.....92

Figura 48.....93

Figura 49.....94

Figura 50.....95

Figura 51.....96

Figura 52.....96

Figura 53.....97

Figura 54.....98

Figura 55.....99

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO**.....13

**2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL DA ABORDAGEM** .....16

2.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA À LUZ DO PENSAMENTO MARXISTA.....16

2.2 EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.....28

2.3 A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA E FORMATIVA.....33

**3 A ESTRUTURA EDUCACIONAL DA ESCOLA ESTADUAL PROF. HERMÓGENES NOGUEIRA DA COSTA**.....41

**4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA-AÇÃO**.....49

**6 RESULTADOS E DISCUSSÕES** .....103

6.1 A oficina filosófica marxista e a construção da consciência crítica dos estudantes: análise da realidade social e econômica dos sujeitos investigados.....103

6.2 A importância da intervenção para a formação critica reflexiva dos estudantes.....108

**7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....113

**REFERÊNCIAS**.....117

**ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA**.....121

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** .....122

**APÊNDICE - CARTILHA PEDAGÓGICA: OFICINA FILOSÓFICA MARXIST**A.....124

## 1 INTRODUÇÃO

Analisar o ensino de Filosofia e sua contribuição para a formação humana constitui tarefa imprescindível no cenário educacional contemporâneo, sobretudo diante das constantes transformações sociais, econômicas e culturais que marcam o século XXI. A Filosofia apresenta-se como componente essencial para a compreensão crítica dos saberes historicamente produzidos, pois não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove o exercício da reflexão, da problematização e da construção autônoma do pensamento. Assim como as demais áreas das ciências humanas, essa disciplina busca desenvolver, nos educandos, a capacidade crítica e analítica, incentivando-os a refletir sobre sua existência, suas condições materiais de vida e os modelos sociais que estruturam a realidade em que estão inseridos. Conforme assinala Kant (1983), a Filosofia constitui a base do processo racional, sendo fundamental para o exercício do pensamento autônomo; sem ela, a vida humana estaria reduzida à mera repetição acrítica de práticas e concepções impostas.

Os fundamentos da reflexão filosófica sustentam a busca pela compreensão do ser humano enquanto sujeito histórico, social e transformador. Nesse sentido, a Filosofia contribui para que o indivíduo compreenda que sua existência não é determinada de forma natural ou imutável, mas construída historicamente no interior das relações sociais. Tal perspectiva dialoga com a tradição marxista, que entende o homem como resultado do conjunto das relações sociais e do processo histórico de produção da vida material. Desse modo, promover estudos contínuos sobre o potencial da Filosofia enquanto ciência crítica torna-se indispensável no contexto social contemporâneo, marcado por desigualdades estruturais, precarização do trabalho e intensificação das formas de alienação.

O campo das ciências humanas, nesse sentido, possui uma característica singular: oferece aos estudantes instrumentos para interpretar criticamente a realidade e reconhecerem-se como agentes históricos capazes de intervir no mundo. Essa consciência emerge do contato com o conhecimento sistematizado e da construção da autonomia intelectual no processo de reflexão e ação. A Filosofia, ao problematizar conceitos como liberdade, justiça, trabalho, ideologia e emancipação, contribui para a formação omnilateral do sujeito, entendida como o desenvolvimento integral de suas capacidades intelectuais, éticas e sociais. Tal concepção aproxima-se da ideia marxiana de formação plena do ser humano, que ultrapassa a especialização fragmentada e busca a integração entre pensar e agir, teoria e prática.

A presença da Filosofia no currículo da Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatória a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia nesse nível de ensino. Contudo, reformas educacionais recentes têm tensionado esse espaço, reduzindo sua centralidade e, em alguns casos, flexibilizando sua obrigatoriedade. Esse movimento revela disputas em torno do papel da escola na sociedade e da função formativa das disciplinas críticas. Ao minimizar a importância da Filosofia, corre-se o risco de restringir a formação dos estudantes à dimensão instrumental e tecnicista, esvaziando o caráter reflexivo e emancipador do processo educativo.

Partindo do pressuposto de que o ensino de Filosofia oferece aos educandos ferramentas analíticas e críticas para compreenderem a realidade social, realizou-se uma investigação pedagógica junto às turmas do 3º ano da Escola Estadual Hermógenes Nogueira da Costa, no município de Mossoró/RN. A experiência foi orientada pela seguinte problemática: de que modo a construção de uma oficina filosófica marxista, elaborada em conjunto com os alunos, pode contribuir para a formação humana desses sujeitos, especialmente considerando que muitos deles estão prestes a ingressar no mundo do trabalho? Essa questão emerge da compreensão de que a juventude, ao concluir o Ensino Médio, encontra-se diante de desafios concretos relacionados à inserção profissional, à precarização laboral e às desigualdades sociais.

A oficina filosófica proposta fundamenta-se no materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico. Seu objetivo consiste em possibilitar aos estudantes uma leitura crítica da realidade local, articulando conceitos como trabalho, alienação, exploração, ideologia e emancipação às experiências vivenciadas em suas comunidades. A proposta contempla não apenas a discussão teórica, mas também a produção de dados empíricos, a análise coletiva das informações e a socialização dos resultados por meio de seminários e produções textuais. Trata-se, portanto, de uma práxis pedagógica que busca superar a dicotomia entre teoria e prática, promovendo a aprendizagem como processo ativo e reflexivo.

Para a realização da atividade, organizou-se uma sequência metodológica composta pelas seguintes etapas: (a) leitura e discussão de textos filosóficos marxistas, mediadas pelo docente; (b) elaboração coletiva de um questionário investigativo; (c) aplicação do instrumento nas comunidades de origem dos estudantes; (d) sistematização e análise crítica dos dados coletados; e (e) apresentação dos resultados em seminários e produções escritas de caráter

reflexivo. Essa dinâmica permitiu que os alunos assumissem papel protagonista na construção do conhecimento, exercitando a pesquisa como instrumento de compreensão e intervenção na realidade.

O presente trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo analisa a concepção de trabalho no pensamento marxista, evidenciando como sua constituição histórica contribuiu para o desenvolvimento do ser humano enquanto sujeito social. Busca-se demonstrar que o trabalho não é apenas atividade econômica, mas categoria ontológica que estrutura a própria existência humana. Discute-se, ainda, a formação humana no contexto educacional, considerando que a classe dominante exerce influência sobre os aparelhos ideológicos do Estado, como a escola, a mídia e a religião, direcionando-os para a reprodução das relações sociais vigentes. Contudo, sustenta-se que a educação, quando orientada por princípios críticos e emancipatórios, pode constituir-se como espaço de resistência e transformação.

O segundo capítulo apresenta a estrutura e a organização da Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa, destacando sua relevância social no contexto do município de Mossoró/RN. A instituição atende majoritariamente estudantes oriundos de bairros periféricos, enfrentando desafios relacionados à escassez de recursos, à vulnerabilidade social e às limitações estruturais. Ainda assim, evidencia compromisso com a formação integral dos educandos, promovendo práticas pedagógicas que valorizam a reflexão crítica, o respeito à diversidade e o exercício da cidadania.

Assim, a articulação entre teoria marxista, prática pedagógica e realidade concreta dos estudantes constitui o eixo central desta dissertação. Ao integrar ensino de Filosofia, pesquisa empírica e reflexão crítica, busca-se demonstrar que a escola pode tornar-se espaço privilegiado de formação humana emancipatória, contribuindo para que os educandos se reconheçam como sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO CONCEITUAL DA ABORDAGEM

### 2.1 A concepção de trabalho e formação humana à luz do pensamento marxista

A história humana surge a partir da extensão e evolução do homem no decorrer de sua trajetória, onde todo processo de extensão do sujeito pensante se forma de acordo com o movimento histórico social no qual estar inserido, isso implica a modulação e evolução das capacidades e habilidades desenvolvidas no decorrer da trajetória. O homem é um ser totalmente histórico-social. É através desse processo de mudanças que o mesmo desenvolve sua humanidade, tentando modificar seu meio para satisfação e realização enquanto ser pensante e transformador. Com o processo histórico podemos perceber o aumento das potencialidades e das habilidades humanas desenvolvidas no decorrer da história, possibilitando a conquista de espaços e construção dos meios que elevem seu desenvolvimento, tanto intelectual quanto material, sempre embasado na sua força de trabalho. Essa força de trabalho modulou a relações desenvolvidas entre os homens, o qual pôde possibilitar o desenvolvimento das suas faculdades e a permanência do seu lugar no mundo.

> O potencial do homem, para Marx, é um potencial dado; o homem é, por assim dizer, a matéria prima humana que, como tal, não pode ser modificada, tal como a estrutura do cérebro tem permanecido a mesma desde a aurora histórica. Contudo, o homem de fato muda no percurso da história: ele se desenvolve, se transforma, é o produto da história: assim como ele faz a história, ele é seu próprio produto. A história é a história da autorrealização do homem; ela nada mais é que a autocriação do homem por intermédio de seu próprio trabalho e produção. (FROMM, 1979 p.35).

O trabalho foi necessário para o aprimoramento e desenvolvimento da humanidade. Foi a partir dessa extensão que o homem começa a sair de um estágio primitivo, estágios este que é considerado o início da humanidade, onde todas as atividades primarias eram desenvolvidas em pleno coletivismo entre os membros da comunidade com a finalidade de produzir e suprir as necessidades naturais de cada sujeito pertencente ao ciclo de convivência, essas relações foram importantes para a preservação da raça humana, podendo ser aprimoradas e posteriormente avançadas no desenvolvimento da humanização e na construção das aptidões e faculdades construídas no decorrer de trajetória. A partir deste ponto de vista, podemos perceber que a humanização do homem começa quando o mesmo se estende na capacidade de trabalhar podendo moldar sua realidade de acordo com suas condições naturais existentes.

> O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (ENGELS, 1979, p. 215).

As tarefas voltadas para a sobrevivência foram o divisor de águas entre o animal e o humano "(...) para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material;" (MARX, ENGELS, 2007, p. 33).Foi através do trabalho que o homem se construiu e consequentemente criou e modelou a civilização. As riquezas que detemos hoje é fruto de uma construção e evolução humana, a manipulação da natureza, foi e é utilizada para criação de bens que agregam valores utilitários e financeiros, principalmente no sistema capitalista [1] predominante em boa parte do mundo.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza." (MARX, 2002, p. 142).

Seguindo a perspectiva de trabalho, podemos perceber que o ser humano dá um salto ontológico[2], pois fundamenta a ruptura de um ser selvagem para um ser humanizado com características particulares no decorrer da história. Essa transformação acontece quando o homem começa a produzir o seu meio de vida, rompendo barreira primitiva e passando a construir coisas necessárias e utilitárias para sua sobrevivência. Dessa forma, o trabalho ganha o seu lugar de destaque no processo histórico, pois ele assume a fundamentação ontológica social. Segundo Tonet (2005) o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. Isto significa não só que ele é a mediação que permite o salto ontológico da natureza para o homem, como também continuará a ser este fundamento na medida em que é condição natural" eterna da vida humana, independente da forma que ele se realize. Para que a efetivação do trabalho aconteça é necessária uma sociedade, pois a sociedade promove a utilidade do trabalho, consequentemente a produção do trabalho é de caráter social, pois como só existe trabalho em sociedade e o mesmo é a efetivação do homem em quanto tal, mais do que coerente seria que

---

[1] O Sistema capitalista pode ser compreendido como a denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. Sendo assim, capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física ou finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção.

[2] Essa concepção sobre o salto ontológico é trazida por Lukács da seguinte forma: Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham. Já por esse motivo – mas, antes de mais nada, porque se altera adaptação passiva meramente reativa do processo de reprodução ao mundo circundante, já que esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa –, o trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário, precisamente no plano ontológico, também se converte no modelo de toda a nova forma de ser. (LUKÁCS, 2009, p. 230).

toda produção social oriunda da força de trabalho fosse dividida entre a sociedade na qual existiu sua efetivação. No entanto, a relação de produção do trabalho adquiri um caráter peculiar, o sujeito coloca a sua força de produção em jogo para barganhar uma pequena parte de sua produção, a riqueza produzida pelo o trabalhador é transformada em moeda troca para obter o mínimo de dignidade para a sobrevivência enquanto ser social.

> O trabalhador assalariado só tem permissão de trabalhar para sua própria vida, isto é, para viver, desde que trabalhe de graça um determinado tempo para o capitalista (por isso, também para aqueles que, juntamente com ele, consomem a mais-valia); que o sistema inteiro da produção capitalista gira em torno do aumento desse trabalho gratuito graças ao prolongamento da jornada de trabalho ou do crescimento da produtividade, uma maior pressão sobre a força de trabalho etc.; que, por conseguinte, o sistema do trabalho assalariado é um sistema de escravidão e, mais precisamente, de uma escravidão que se torna tanto mais cruel na medida em que as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem, sendo indiferente se o trabalhador recebe um apagamento maior ou menor. (MARX, 2012, p. 39).

O trabalho é um dos principais fatores para o desenvolvimento humano, como visto anteriormente, porém, com o decorrer dos tempos ele passa a ser usado como uma das principais formas de exploração entre os homens, perdendo a sua utilidade primeira, a sua forma de sociabilização e necessária para a existência, no qual era utilizado apenas para suprir as necessidades humanas de forma coletiva. Com a objetivação do trabalho, ocorreu o desenvolvimento de determinadas características peculiares assumindo uma relevância no campo da transformação social, podendo modificar as realidades existentes através do seu valor de uso.

A efetivação do trabalho assumiu caráter econômico, colocando de lado o coletivismo, passando a ser utilizado para a produção do capital e para a concentração do mesmo em poucas mãos. O trabalho passou a ser visto como objeto e os trabalhadores passaram a ser meras mercadorias com preços e prazos de validade pré-estabelecidos. MARX, 2006 afirma que, a partir da própria economia nacional, o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria. Isso acontece devido a forma de exploração que é aplica em cima do trabalhador. Seguindo está linha de pensamento, é possível notar que há uma redução do ser humano para categoria da mercadoria, ou seja, o sujeito se perde como ser autônomo e autossuficiente, passando a ser visto como mercadoria que estar sujeito a exploração, onde o produto final de sua essência torna-se a força de trabalho, esta por sua vez é vista de maneira devastada e minimalista, pois reduz o homem a um mero produto, a sua força de trabalho torna a essência do homem dentro do sistema de exploração. Deste modo, o trabalhador é visto como um apêndice do sistema econômico predominante, no qual é apenas mais um objeto que pode ser negociado e descartado quando finalizada sua utilidade como força de produção. A relação

de exploração da força de trabalho surge logo nos primórdios da formação social, com o rompimento do coletivismo determinados grupos sociais com objetivos próprios de sobrepor uns sobre os outros durante a história humana. A partir daí surgi os conflitos, pois a sociedade passa a ser dividida em classes sociais e cada uma busca os interesses próprios e constrói seus modos de defesas e ataques para se perpetuar no poder.

> A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra interrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionaria da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX, 2007, p.40).

Mantendo essa linha de pensamento, podemos perceber que a dualidade existente entre os homens nasce a partir das relações desenvolvidas no modo de produção, a relação que foi criada entre o gênero humano depois do coletivismo trouxe a revelação do egoísmo e a fictícia necessidade de poder sobre o outro. As relações deixaram de ser referenciadas para construção de uma ação comum e passaram a ser relações de exploração e relações de poder.

Seguindo a perspectiva do pensamento (MARX, 2004) podemos perceber que o trabalhador se torna tanto mais podre quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Pois sua criação em torno do mercado econômico fornece ao trabalhador o distanciamento do mesmo com o produto criado, podemos usar como exemplo: um trabalhador que participa da produção de um computador de uma determinada empresa que tenha seus produtos inacessíveis em questão monetária para a maioria das pessoas, o trabalhador que participa da produção não poderá ter acesso a esse equipamento produzido, pois em grande parte, o produto final ultrapassa o seu salário mensal, visto que seu salário que seria a moeda de troca por sua força de produção não condiz com a realidade do preço do produto final, no qual o trabalhador participou na construção. Nesse sentido, podemos compreender que existe uma grande desvalorização do trabalhador e do próprio sujeito, essa redução cria apenas mercadorias humanas que são postas a decadência diariamente, mercadorias essas que alimentam o sistema econômico que está voltado para o acúmulo de riquezas concentradas em poucas mãos, propagando o esquecimento no trabalhador como sujeito autônomo e construtor de sua vida. Nesse viés o trabalhador entra no processo de entranhamento, passando a ser mais um no meio de tantos que foram esquecidos e destruídos no processo de exploração.

> O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto de servidão no objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação. (MARX, 2004. p. 80).

A partir desta colocação, é visto que o trabalho além de se tornar um objeto, também promove ao trabalhador um estranhamento do sujeito, ou seja, a alienação[3] do mesmo no mundo em que vive. Isto acontece, devido à alta produção que é imposta pelo mercado em cima dos trabalhadores, onde os mesmos não se dedicam as atividades diversas que promovam o seu aprimoramento enquanto ser pensante, social e autônomo, e sim, a produção de mercadorias que os deixam alheios a si mesmo. Sendo assim, o trabalhador reduz a sua relação de interação social como os seus e passa a ser apenas um apêndice no processo de produção, não podendo desenvolver relações afetivas e familiares adequadas, já que o seu tempo é tomando de maneira violenta pelo mercado econômico.

As suas relações são apenas vistas como competência de produção onde o fator primordial é a sua mão de obra, o seu tempo, o seu corpo e posteriormente o consumo de sua vida voltada para a construção de algo que não dê significância a sua existência. Podemos ver isso claramente no processo de industrialização início do século XVIII, onde as pessoas começaram a vivenciar a Primeira Revolução Industrial, é nítido que nesse período o processo de exploração sofre uma drástica alteração, pois o homem se transforma fortemente em um apêndice produtivo, uma máquina que administrava outra, uma máquina que dependia inteiramente de outra para uma produção mais elevada e rápida, os grandes industriais adotaram um política voltada para uma produção em larga escala, promovendo o consumo exaustivo do trabalhador e consumindo a maior parte de seu tempo dentro da produção.

Não era possível desenvolver nenhum tipo de relação fora do ambiente de trabalho, pois em grande parte, o trabalhador chegava a fornecer até dezoito horas de seu tempo em troca de um misero salário no final do mês, que para grande parte da classe trabalhadora não serviria nem sequer para suprir as necessidades básicas existentes naquele período, deste modo, era necessário a implementação de mais pessoas da mesma família dentro do ambiente de trabalho, possibilitando uma exploração de caráter familiar, onde homens, mulheres e até crianças vendiam a sua força de produção para tentar obter um mínimo de sustento familiar.

---

[3] No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a "autoalienação" ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação). (BOTTOMORE, 2013.p.18).

Com a exploração e a imposição de uma jornada exaustiva de trabalho para muitos, o enriquecimento ficará concentrado com os grandes proprietários dos meios de produção. Com a falta de tempo os trabalhadores não podiam obter um mínimo de entendimento acerca do processo de exploração, já que estes nem tempo para pensar tinham, com o tempo reduzido drasticamente e falta de formação não era possível desenvolver uma consciência de classe vinda do seio dos trabalhadores.

> A exploração da força de trabalho era chocante. Homens, mulheres e crianças (de até 6 anos de idade) realizavam, em condições desumanas, uma jornada de trabalho de até 18 horas. Essa situação permitia aos proprietários capitalistas impor ao trabalhador a execução e a extração do sobretrabalho (horas trabalhadas além das necessidades de reprodução da força de trabalho), o que permitia a acumulação do lucro, que em parte era reinvestido no setor produtivo, com o único e principal objetivo de valorizar o capital. Essa situação social demonstrava que "tudo corria para o rico" (HOBSBAWM, 1977).

Deste modo, não tinha como os trabalhadores obter um mínimo de entendimento acerca do processo de exploração, com essa falta de tempo e falta de educação não era possível desenvolver uma consciência de classe vinda do seio dos trabalhadores, consequentemente o trabalhador ficaria preso a uma realidade alheia ao seu modo de produção e distante da sua consciência de classe, onde o processo de autonomia se reduzia a mera alienação. Na concepção de (FROMM, 1979) alienação é um processo em que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo (a natureza, os outros, e ele mesmo) permanece alheio ou estranho a ele.

A alienação não permite que ocorra o reconhecimento do ser humano como principal fator na construção do mundo social e material, distanciando-o das relações sociais e posteriormente construindo uma falsa consciência dominante dentro do processo de exploração. A alienação promove ao sujeito o não entendimento e a falta compensação do mesmo com o seu meio, deixando com que homens e mulheres reféns de um processo exploratório dentro do sistema capitalista. Nesse caso, o ser humano não se ver somo "ser", mas como parte ou apêndice de uma consciência construída em cima da exploração a qual não consegue justifica-la e muito menos entende-la em sua completude.

O trabalho é, para Marx (2004), o relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação do próprio homem. No entanto, essa relação entre sujeito e produção deixa o indivíduo totalmente vinculado ao processo de estranhamento consigo e com os outros. Dessa forma, o mundo passa por uma inversão, o trabalho é objeto principal e os trabalhadores adquiriram características secundarias.

Para Marx (2004), a exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, pois existe fora

dele e estranha a ele. A exteriorização torna-se algo mais forte diante do trabalhador, pois promove o distanciamento entre ele e o seu convívio social, construindo a precarização humana, tanto no âmbito individual quanto nos parâmetros coletivos.

> O trabalho humano é alienado porque trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador e, consequentemente, ele não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolve livremente suas energias mentais e físicas, mas fica fisicamente exaurido e mentalmente aviltado. (FROMM, 1979. p. 53).

Fromm nos deixa claro que os malefícios do estranhamento são desenvolvidos através do trabalho alienado, pois essa forma de trabalho rompe com a naturalidade do homem, deixando o mesmo preso a produção externa que não será utilizada por ele como finalidade ou para o próprio desenvolvimento como agente de consciência e transformação. O ato de trabalhar alienado, remete a concordância de todo processo de exploração detido dentro do mercado do trabalho capitalista, ocorre exclusivamente com o objetivo de ampliação do próprio sistema. Mercado este, que transformou sujeitos em meras mercadorias com valor de uso e prazo de validade, podendo ser descartados quando perdida a serventia.

A principal fonte de produção do trabalho é a natureza, como visto anteriormente, todos os materiais necessários para produção são extraídos do meio natural, deste modo, existe relação direta entre homem (trabalhador) e natureza. Essa relação estar diretamente ligada ao modo de produção moderna, pois rompeu com a produção de sobrevivência passando a ser um processo de produção acumulativa, tornando-se um fator necessário para mudar a relação primitiva que era desenvolvida para suprir as necessidades básicas do gênero humano nos primórdios da história.

> Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo que (o mundo exterior sensível) cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para subsistência física do trabalhador. Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. O auge dessa servidão é que somente como trabalhador, ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador. (MARX, 2004 p, 82).

Podemos perceber que Marx aponta o sujeito como um ente alheio no seu processo de produção vinculado ao trabalho, tornando o indivíduo um servo de sua ocupação que estar totalmente ligada à sua subsistência. A sua produção é extraída de maneira que o mesmo fique apenas como mercadoria pronta para o trabalho e para servidão, dessa forma, o processo de

exploração foi aprimorado e instaurado de maneira devastadora, fazendo com que os homens tornassem alheios a si mesmo e ao seu meio.

Visto que, a propagação da objetivação do sujeito enquanto mera mercadoria gera o esquecimento do ser social, podemos perceber nas análises acima que existe a constituição e o crescimento da carência do senso crítico, e tal rompimento da objetivação só pode acontecer por meio da liberdade e reconhecimento do homem enquanto protagonista do seu modo de vida.

Neste sentido podemos afirmar, que o trabalhador deve ser livre e emancipado, não deve ser alienado ao seu meio e tão pouco dependente desta alienação que o aprisiona a um modelo de produção que destrói a cada dia as relações sociais que deveriam ser desenvolvidas. Contudo, é necessário que aja uma superação da alienação, dependente da conjuntura, afinada com a superação da objetivação da mercadoria humana. Para que isto aconteça é essencial que a formação dos indivíduos seja de caráter libertador e fortaleza e aprimoramento do indivíduo como ser social e agente transformador.

A formação humana se dá em um estágio de um comunismo primitivo, esse era uma espécie de sistema que não desenvolvia a separação de classes sociais, a convivência era inteiramente grupal, os alimentos eram divididos entre si e a noção de propriedade privada não existia. Este modo de vida era inteiramente coletivo. Deste modo, a espécie humana produzia o que lhe era necessário e pertinente para sua sobrevivência, era uma luta para viver e se adaptar ao meio.

Passado o tempo, a espécie humana começou a se desenvolver e essa evolução acarretou a divisão do grupo, nascendo assim vários grupos, os quais tinham características próprias, fundando suas culturas e seus modos distintos de vida. Ocorrendo o individualismo e a implantação da figura do “eu”, no qual distanciou o homem do seu legítimo lugar em quanto ser comum.

> Na concepção marxista, a igualdade passou a ser vista como um ideal, uma utopia que se distanciou da vida terrena, tornando-se um dos princípios fundamentos da religião cristã. A vida terrena passou a ser uma passagem penosa para um futuro “paraíso”. O egoísmo humano promoveu ao mesmo tempo duas versões distintas, a primeira é: que o ser humano é livre para escolher seu modo de vida e como irá levá-la; a segunda seria a privação do “eu", essa privação decorrente da visão de liberdade promove desigualdade social, os bens materiais e fundamentais limitam-se a proprietários privados. Sendo está, uma visão é totalmente para a concepção liberal, a desigualdade social é uma decorrência necessária da natureza humana, cuja marca essencial é o egoísmo proprietário privado. Por isso mesmo, uma sociedade fraterna e igualitária jamais poderia passar de um horizonte inatingível. Também por isso haveria um antagonismo insolúvel entre igualdade e liberdade. (TONET, 2005 p. 80).

O que se percebe é naturalização da desigualdade social no seio da sociedade burguesa, cuja marca essencial é o egoísmo do proprietário privado. Podemos perceber, que a semente de

toda desigualdade é o egoísmo, o “eu” como princípio desse egoísmo, o esquecimento social como fruto deste princípio.

A fundamentação deste princípio é a liberdade, e o fim desta liberdade seria a igualdade social, esta é a visão construída e repassada pelos liberais que permitiram a criação de uma dualidade entre a liberdade e a igualdade social. Para os liberais a igualdade social não seria capaz de produzir riquezas e nem tão pouco uma vida frutífera no âmbito comum, sendo assim, a noção de liberdade do liberalismo nada mais é do que a liberdade do indivíduo entendido como naturalmente proprietário uno, que como tal tem em si o eixo da sua autorrealização.

Marx (2004) faz uma divisão na história da humanidade, remetendo suas características principais como princípio da liberdade, essa divisão seria feita da seguinte forma: a história da humanidade se divide em dois grandes períodos: a pré-história e a história propriamente ditam. O primeiro vai dos primórdios da humanidade até a extinção das classes sociais. O segundo começaria com a extinção das classes sociais, com tudo o que elas significam, e abriria um novo período, radicalmente diferente, o da autoconstrução humana. Nesse contexto, a autoconstrução é derivada da não alienação do homem, esse por sua vez teria toda as formas disponíveis de possibilidade para se construir no decorrer de sua trajetória, seria uma autonomia de construção, sem interferência de órgãos manipuladores ou de sistemas econômicos dominantes.

Partindo deste pressuposto, a liberdade se torna limitada no primeiro momento. Essa liberdade se depara com as organizações jurídicas e políticas, tornando o indivíduo um “ente" restrito, o impedido de se potencializar e gozar da sua liberdade completa. Dentro da perspectiva marxista, é sustentado que a liberdade propriamente dita seria o rompimento dessas esferas burocráticas, o estágio maior da liberdade humana seria o mais alto grau de consciência que adotaria um sistema político igualitário, promovendo o comunismo. Nesse estágio os homens se encontrariam inteiramente emancipado, liberto de suas amarras seculares no qual se encontram desde o início da civilização moderna.

Algumas vertentes do pensamento marxista coloca o trabalho como o principal fundamento ontológico social, afirmando que os homens começam a se distinguir dos animais quando é iniciada a produção dos seus meios de vida, desta forma, podemos afirmar que o ato de produzir, ou seja o trabalho, permite ao gênero humano sua realização e seu lugar no mundo enquanto construtor dos bens materiais que suprem suas necessidades criadas no decorrer dos tempos.

No percurso da história da humanidade as mais diversas relações sempre foram desenvolvidas, o homem manteve e mantém um intercâmbio com a natureza e também um

relacionamento com seus semelhantes. A espécie humana se ajuda nas interações desenvolvidas pelo trabalho associado que consequentemente gera a produção material, transformando os meios naturais em recursos destinados às suas necessidades. Para (TONET, 2005), o trabalho associado pode ser inicialmente definido como as relações que os homens estabelecem entre si na produção material, na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade desde a produção, passando pela distribuição e consequentemente o consumo.

De acordo com Tonet (2005), as relações que foram e ainda são desenvolvidas juntamente com trabalho associado na grande maioria não nos permite associá-las ao trabalho cooperativo ou coletivo. Esses aspectos não foram os norteadores das relações harmoniosas entre os homens, mas o início da libertação humana, pois antes de sermos "libertos" enfrentamos períodos desastrosos na construção da sociedade moderna, onde as relações entre os indivíduos eram de superioridade e que ainda perdura em nosso século. Deste modo, as mais variantes formas de trabalho desenvolvidas no decorrer da história deixaram marcas importantes na humanidade permitindo, assim, o posicionamento do sujeito e sua vontade de potência para não mais voltar ao cúmulo da exploração de sua força de produção. Podemos citar alguns modelos de explorações do trabalho humano que permearam a história humana e que ainda hoje temos resquícios, são elas: o modelo primitivo, o asiático, a escravidão, o servil e a atual forma que é o trabalho assalariado, este último deve ser superado.

Tonet (2005) considera que todas essas formas de trabalho possibilitaram ao homem o pensamento dando a ele a importância como sujeito autônomo, criador e construtor de sua liberdade, fundamentada na repressão feita no decorrer da história. Essa repressão foi importante para a construção do homem como sujeito em si, o mesmo buscava e ainda busca as melhorias coletivas através dos entraves e das lutas pelo o desenvolvimento e crescimento de seus direitos. As lutas travadas pela liberdade promoveram o distanciamento do pensamento de submissão, essas lutas deram força na construção de uma sociedade tinha como fundamento o futuro do desenvolvimento ético político e social. A repressão tornou-se algo não mais desejada e nem tão pouco aceita pela humanidade, decorrente das barbáries que eram executadas nos períodos em que a humanidade se encontrava mais submissa. Essa não aceitação distancia o homem moderno do homem bárbaro, tornando assim uma sociedade mais tolerante.

Para explicarmos melhor essa relação entre repressão e trabalho podemos tomar como norte a concepção marxista de que: a repressão do trabalho é iniciada quando o sujeito não tem

independência no seu processo de produção e quando suas energias físicas e espirituais são contrárias a si mesmo. Todas essas relações até hoje são desenvolvidas através da dependência, tanto nas relações socioeconômicas entre homens como na relação entre homem e natureza. Quase todas as relações de trabalho até hoje tiveram característica avassaladora, pois, permitiu ao homem a exploração do outro e a destruição de seu meio.

> Daí a exploração de toda a natureza para descobrir novas propriedades úteis das coisas (…) A exploração completa da Terra, para descobrir tanto novos objetos úteis quanto novas propriedades utilizáveis dos antigos; bem como suas novas propriedades como matérias-primas etc.; daí o máximo desenvolvimento das ciências naturais; similarmente, a descoberta, criação e satisfação de novas necessidades surgidas da própria sociedade; o cultivo de todas as qualidades do ser humano social e sua produção como um ser, o mais rico possível em necessidades, porque rico em qualidades e relações – a sua produção como um produto social universal o mais total possível (porque, para um desfrute diversificado, tem de ser capaz do desfrute e, portanto, deve possuir um elevado grau de cultura) – tudo isso é igualmente uma condição da produção baseada no capital . (Marx, 2011, p. 287).

As relações de trabalho supracitadas segundo (TONET, 2005), não desenvolveram até agora todas as características de um trabalho inteiramente associado, isto acontece devido ao trabalhador não ser o detentor dos meios de produção e nem tão pouco do produto final. Consequentemente, o detentor da força de produção não tem para si a regência de sua produção, e a característica primordial do trabalho associado é de que o trabalho permaneça diretamente social do começo ao fim, isto é, na produção, na distribuição e no consumo como afirma Tonet (2005). Marx coloca isso da seguinte maneira:

> Suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comum, e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, consciente, como força de trabalho social. Reproduzem-se aqui todas as características do trabalho de Robinson, com uma diferença: passam a ser sociais, ao invés de individuais. Todos os produtos de Robinson procediam de seu trabalho pessoal, exclusivo e, por isso, eram, para ele, objetos diretamente úteis. Em nossa associação, produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizada como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. (MARX, 1975, p.87).

Deste modo, as produções de todos os bens teriam características sociais e sua finalidade seria a utilização do mesmo como o produto primeiro e produto final. Toda a produção deveria ser gerada socialmente e consumida socialmente, no entanto, este modo de produção só é possível em uma sociedade livre e consciente, mas não determinada por detentores e proprietários dos meios de produção, nem tão pouco, por uma sociedade egoísta que tem como finalidade o enriquecimento de alguns sujeitos.

Uma sociedade que não detêm o controle livre e consciente de seus produtos e meios de produção não consegue desenvolver uma distribuição igualitária de sua produção, uma distribuição livre igual e consciente seria o fator principal do chamado socialismo ideal.

Na concepção de Tonet (2005), o atual sistema econômico predominante em grande parte do mundo o qual chamamos Capitalismo, promove uma distorção da teoria marxista de trabalho associado. Para este sistema o modo de trabalho colocado pelos pensadores marxista promoveria o fim da propriedade privada e a ruptura dos Direitos do Homem, do direito individual de possuir algo. Para (MARX, 1971), todo trabalho cooperativo e com finalidade comum seria a característica do modelo primeiro de trabalho associado, um trabalho com base comum. Vejamos como ele aborda essa questão:

> Mas se a produção cooperativa não deve permanecer um engodo e uma cilada; se ela deve despojar o sistema capitalista; se o conjunto das associações cooperativas tem que regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são o destino inelutável da produção capitalista, que seria isto, senhores, senão comunismo, o muito 'possível' comunismo? (MARX. 1971, p.100).

Marx (1971) coloca a importância no trabalho associado e não em um modelo de trabalho que é desempenhado com a finalidade direcionada apenas para a obtenção de recursos financeiros, ou seja, o capital, mas em um trabalho direcionado para produção comum. Segundo (TONET, 2005), o modelo do cooperativismo apresentado por Marx (1971), supera o modelo de trabalho existente. Desta forma, podemos ver que o modelo sugerido acima ultrapassa as barreiras individuais e toda produção gerada por esse sistema citado anteriormente engloba a sociedade como um todo, além, da grande parte dos recursos produzidos serem destinados aos próprios produtores, essa seria uma visão ampla e democrática na qual não encontramos no sistema econômico atual.

A partir dessa concepção direcionada pelo o pensamento marxista, podemos notar que para efetivação desse modelo de trabalho associado com sua produção destinada aos produtores seria necessário um desenvolvimento livre da sociedade e um alto grau de consciência educacional. Tendo como finalidade a efetivação integral da liberdade humana. Seguindo as linhas do pensamento marxista, podemos concluir que o trabalho é inerente ao ser humano como dito anteriormente no começo deste texto. Segundo Tonet (2005) é pelo o trabalho que o homem se humaniza, no entanto, ocorrem visões destorcidas do que conhecemos por trabalho. Para muitos o trabalho seria uma espécie de condenação humana, uma forma de punição a própria humanidade por seus semelhantes.

## 2.2 Educação e emancipação

Na concepção de Marx (1971), o ser humano deve se emancipar do seu modelo arcaico de existência, sendo na liberdade total do homem a sua realização integral, tendo a emancipação uma necessidade e finalidade humana. Diante da explanação abordada anteriormente sobre emancipação, podemos afirmar que o processo educacional é um dos principais fatores capaz de libertar a humanidade que sofre com a repressão social e consequentemente econômica, para que isto ocorra, o sistema educacional também deveria ser livre para mediar e transferir conhecimentos que, proporcione ao sujeito a capacidade e a competência que os direcione para um desenvolvimento amplo da criticidade e posteriormente sua autonomia diante do mundo.

A tarefa da educação deve ser a de promover a liberdade do sujeito, pois é através do conhecimento e de sua prática que o gênero humano se coloca no mundo de maneira emancipada. Sabemos que, todo processo educacional atual, dentro das esferas públicas e privadas tentam converter e aprimorar o ser humano em máquinas produtoras e o papel da educação deve ser o de promover a liberdade.

> [...] é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. (FREIRE.2006, p. 45).

Na concepção marxista, o trabalho humaniza o ser humano como dito anteriormente, e neste contexto a humanização nasce das relações desenvolvidas pelo o trabalho e do processo educacional. Desde os primórdios as mais diversas formas de sabedorias que foram passadas de maneiras didáticas, a existência de mestre e aprendizes possibilitou o acúmulo de conhecimento e a disseminação do conhecimento adquirido, no entanto, podemos ver que o modelo de educação existente é direcionado em grande parte as escolas e essas têm a tarefa de mediar conhecimentos adquiridos no decorrer da história humana, tanto nas áreas das humanidades como das exatas e tecnológicas.

O modelo de educação atual é direcionado pelo sistema capitalista, no qual todas as produções de saberes são voltadas para a geração de bens que, posteriormente, são inseridos em um mercado altamente consumidor. O modelo dominante dentro do processo educacional reflete diretamente a autoridade do Estado, o qual molda seus aparelhos ideológicos com o objetivo de manter-se como força hegemônica ao longo do processo histórico. Essa dominação

não ocorre apenas por meio da coerção, mas, sobretudo, por intermédio da produção e reprodução de ideologias que legitimam as estruturas sociais vigentes.

Dessa forma, a ideologia disseminada pelo Estado atua como um instrumento de controle simbólico, operando a partir de discursos que sustentam os interesses da classe dominante. Assim, é possível afirmar que a ideologia predominante em uma sociedade é, em última instância, a ideologia da classe que detém o poder material e simbólico – a burguesia. Althusser (1980) afirma que o Estado é, essencialmente, um aparelho repressivo que, por meio de suas instituições (como a polícia, o exército e o sistema judiciário), impõe a ordem e garante a reprodução das relações de produção capitalistas.

No entanto, além dos aparelhos repressivos, existem os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que atuam na esfera da subjetividade e da formação dos indivíduos. A ação desses aparelhos é, muitas vezes, mais eficaz do que a repressão direta, pois opera na constituição dos sujeitos enquanto agentes conformados às normas sociais estabelecidas. Os AIE incluem a escola, a família, a religião, os meios de comunicação, os sindicatos, entre outros, e cada um deles contribui para a internalização dos valores e interesses da classe dominante.

Nesse sentido, a escola, como um dos principais AIE, exerce papel central na formação de sujeitos adaptados às exigências do mercado, ao passo que dissimula seu caráter ideológico por meio da neutralidade aparente do currículo. Ao apresentar o conhecimento como algo universal e descontextualizado, oculta as relações de poder que permeiam sua seleção e organização. Assim, a educação torna-se um espaço estratégico de manutenção do status quo, reforçando desigualdades sociais e impedindo a construção de uma consciência crítica e emancipatória.

> 1) o Estado é o aparelho repressivo de Estado; 2) é preciso distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado; 3) o objetivo das lutas de classes visa o poder de Estado e, consequentemente, a utilização feita pelas classes (ou aliança de classes ou em frações de classes), detentoras do poder de Estado, do aparelho Estado e função dos seus objetivos de classe; 4) o proletariado deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente, e, numa primeira fase, substituí-lo por um aparelho de Estado completamente diferente, proletário, depois em fase ulteriores, iniciar um processo radical, o da destruição do Estado. (ALTHUSSER, 1980, p. 38).

"O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é, pelo contrário, a condição de toda a distinção entre público e privado." (ALTHUSSER, 1980, p. 46). A partir dessa concepção, compreendemos que Estado e ideologia são instâncias indissociáveis, pois a manutenção da supremacia de uma determinada classe dominante exige o uso sistemático de sua ideologia para sustentar, naturalizar e reproduzir sua hegemonia. Essa dominação

ideológica pode, inclusive, articular alianças com frações de outras classes sociais, desde que estas compartilhem interesses estratégicos, visando neutralizar ou subjugar as forças opositoras.

Sob essa perspectiva, Althusser nos mostra que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como a escola, a mídia, a religião, a família, entre outros — operam na reprodução das condições materiais e simbólicas que asseguram o domínio de classe. Eles atuam, não pela repressão direta, mas por meio da interpelação dos indivíduos como sujeitos, moldando suas consciências e subjetividades de acordo com a ideologia dominante. Assim, a luta de classes se expressa também no plano da ideologia, onde a disputa pelo controle dos AIE se torna essencial para qualquer projeto de transformação social.

> [...] - O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas. - AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares). - o AIE familiar. - O AIE jurídico. - O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos). - O AIE sindical. - O AIE da informação (imprensa, radiotelevisão etc.). O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc.). (ALTHUSSER, 1980, p. 44)

Todos esses Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) possuem suas particularidades e desempenham um papel significativo no controle e na formação de uma determinada sociedade, uma vez que todos integram a estrutura de uma cultura. Isso ocorre porque a constituição de uma cultura se dá, em grande medida, por meio de suas bases ideológicas. Historicamente, a Igreja foi o aparelho ideológico mais influente durante séculos, sendo responsável pelas funções religiosas, educacionais e culturais. A centralidade da Igreja garantia a manutenção de uma ordem social fundada na fé e na obediência aos dogmas religiosos, que por sua vez reforçavam o poder da instituição e das classes associadas a ela. No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão da esfera pública laica, esses papéis foram sendo gradualmente assumidos por outros aparelhos, como o sistema escolar e os meios de comunicação de massa, que passaram a ocupar lugar central na formação ideológica dos sujeitos.

A ideologia do Estado não é neutra nem desinteressada. Pelo contrário, ela expressa os interesses das classes dominantes, mesmo quando disfarçada sob o manto da imparcialidade, da racionalidade ou da meritocracia. A educação, por exemplo, é apresentada como espaço de ascensão social, mas, na prática, reproduz as desigualdades estruturais e legitima a divisão social do trabalho. Os indivíduos são preparados para ocupar posições predefinidas na estrutura econômica, de acordo com sua origem social, não com seu mérito individual.

Segundo Althusser (1980), é fundamental distinguir o "poder de Estado" do "aparelho de Estado". O poder de Estado está relacionado à classe ou fração de classe que domina o Estado em determinado momento histórico, enquanto o aparelho de Estado é a estrutura institucional

por meio da qual esse poder é exercido. Assim, a luta de classes, no interior da sociedade capitalista, visa à conquista do poder de Estado, a fim de transformar (ou destruir) o aparelho estatal existente.

Para o proletariado, isso significa não apenas substituir a classe dominante, mas também destruir o aparelho de Estado burguês e instaurar um novo modelo de organização política e ideológica que, progressivamente, caminhe para o fim do Estado como forma de dominação. Portanto, compreender os mecanismos ideológicos do Estado é essencial para desvelar as formas sutis de dominação presentes nas práticas cotidianas, sobretudo na educação.

A crítica althusseriana nos convida a perceber que o Estado não é neutro nem serve ao bem comum abstrato, mas sim aos interesses concretos das classes dominantes. Assim, a luta pela transformação social exige também uma luta contra as formas ideológicas que naturalizam a dominação e impedem a construção de uma nova consciência crítica e emancipatória. Só com a apropriação crítica da educação e a reconfiguração de seus fundamentos é que será possível romper com os laços que mantêm o sujeito preso à lógica da dominação e abrir caminho para uma nova forma de organização social, baseada na igualdade e na liberdade reais.

Podemos afirmar, a partir dessa colocação, que a educação, enquanto forma estrutural e, sobretudo, como superestrutura social, conforme assinala Althusser (1980), destina boa parte de seus saberes não à formação de sujeitos livres, ativos e conscientes, mas à constituição de indivíduos voltados exclusivamente à produção e à consolidação do sistema econômico vigente.

Esse modelo de ensino é estabelecido pelo sistema burguês e tem como finalidade primordial a ampliação da produtividade, o que, por sua vez, gera lucros para um grupo restrito de pessoas. Nesse processo, o trabalhador permanece alienado em relação ao processo produtivo e ao seu entorno, tornando-se tanto mais empobrecido quanto mais produz, como afirma Marx (2010). As instituições escolares, enquanto aparelhos ideológicos do Estado, exercem a função de disseminar e consolidar a consciência capitalista. Desde cedo, inserem os sujeitos em uma lógica de competição, em que o conhecimento é transmitido de forma mecânica, e os estudantes são treinados apenas para reproduzir os conteúdos que lhes são impostos como ressalta Althusser (1980). Mesmo as escolas sendo mediadoras da consciência capitalista, pode-se afirmar que a educação possui uma tarefa árdua: a de proporcionar ao homem sua integralidade. Tal tarefa parte do convívio social, desenvolvendo indivíduos capazes de pensar logicamente tanto no campo ético quanto na construção de sua moralidade, participando ativamente das transformações sociais, científicas e tecnológicas, contribuindo

para a formação de um meio harmonioso, baseado em boas relações humanas e no respeito à natureza.

Embora os mais variados processos educacionais apresentem um pensamento crítico voltado para a construção de uma concepção de integralidade humana, essa perspectiva raramente é posta em prática. Há uma lacuna significativa entre a teoria educacional e sua efetivação, motivada pelos interesses do mercado e da classe dominante. Assim, não se pode afirmar que o processo educacional, em sua essência, tenha sido integralmente voltado à formação do homem como cidadão emancipado. O modelo educacional dominante fixou-se na formação de trabalhadores alienados, sem qualquer foco voltado ao conhecimento crítico e social que possibilite sua emancipação. Essa liberdade não é de interesse da classe dominante, detentora dos meios de produção, sendo esta a base da divergência e da luta de classes. Afinal, todo sistema educacional reflete o modelo da classe hegemônica.

> Tanto na educação informal como na formal, se impõe a hegemonia das classes dominantes. O que não significa que a educação seja uma mera reprodutora dos interesses dessas classes, pois numa sociedade de classes, a educação, assim como todas as outras dimensões sociais, é sempre o resultado da luta entre as classes. Significa, apenas, que ela estará sempre sob a hegemonia das classes dominantes (TONET, 2012, p. 54).

Pode-se perceber que o projeto educacional que visa a integralidade humana não se realiza devido à dicotomia entre a ideia e a realidade, entre pensamento e prática. Diante disso, o ser humano, tal como é constituído historicamente, não pode ser plenamente formado de maneira integral. Contudo, é possível adotar uma postura revolucionária frente à realidade, transformando ideias em ações concretas e efetivas. Não basta pensar: é preciso agir, planejar, materializar as ideias. Para o pensamento marxista, as ideias que permanecem apenas no campo da especulação não transformam o mundo e, portanto, não têm validade prática. Em sua décima primeira tese sobre Feuerbach[4], Marx afirma que: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 1985, p. 10). Essa transformação deve emergir da prática social do pensamento, pois todo processo de mudança

[4] Ludwig Feuerbach (1804–1872) foi um filósofo alemão do século XIX, reconhecido por sua crítica à religião e por sua influência no pensamento de Karl Marx. Para Feuerbach, Deus não constitui uma entidade objetiva e transcendente, mas uma projeção das qualidades essenciais do próprio ser humano, que atribui ao divino características como amor, justiça e perfeição. Tal concepção é desenvolvida, sobretudo, em sua obra A Essência do Cristianismo, publicada no ano de (1843) na qual a religião é interpretada como uma forma de alienação, na medida em que o homem exterioriza sua própria essência em um ente superior. Seu pensamento apresenta ainda um caráter humanista e materialista, ao deslocar o centro da reflexão filosófica para o homem concreto e ao se contrapor ao idealismo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. A influência de Feuerbach sobre Marx é significativa, especialmente no que se refere à crítica da religião, posteriormente ampliada por este para a análise das estruturas sociais e econômicas (MONDIN, 1983, p. 93).

nasce da ação de indivíduos concretos, vivos e conscientes em seu meio social. A transformação social tem como uma de suas raízes fundamentais o processo educacional. Não haverá mudança de consciência futura sem o trabalho consciente e crítico no presente. Essa transformação é essencial para a manutenção da humanidade, das relações sociais justas e do próprio sentido de subjetividade.

> Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1995, p. 126).

Freire (1995) aponta a educação como um dos fundamentos possíveis para a mudança social. Embora ela não seja suficiente para transformar sozinha a realidade, ela pode ser o alicerce de uma nova perspectiva de mundo. A educação é, nesse sentido, uma ponte entre o ideal e o possível. Uma das principais relações desenvolvidas entre os homens é o trabalho. Essa relação impulsionou e aprimorou a humanidade, conferindo-lhe potencialidades históricas e culturais. Tanto a educação quanto o trabalho estão profundamente interligados: ambos pertencem ao processo de formação humana.

Na Alta Idade Média, por exemplo, a relação entre mestre e aprendiz foi um elemento estruturante do saber técnico e cultural. Com o tempo, essa relação evoluiu, originando as escolas técnicas e profissionalizantes, que hoje se propõem a unir conhecimento técnico e exercício intelectual. Essa junção é essencial, pois o desenvolvimento crítico e a formação integral dependem da articulação entre prática e teoria. Portanto, cabe à educação não apenas formar técnicos, mas também formar sujeitos conscientes, capazes de compreender a realidade e transformá-la.

## 2.3 A educação como prática política e formativa

A educação pode ser compreendida como um processo de formação integral do ser humano, que se efetiva por meio da práxis[5] e da interação constante com o meio social, tendo

[5] PRÁXIS (it. Praxis). Com esta palavra (que é a transcrição da palavra grega que significa ação), a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Marx dizia que é preciso explicar a formação das ideias a partir das "práxis material", e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da "inversão prática das relações sociais existentes", e não por meio da "crítica intelectual. Por "inversão da P.", Engels entendeu a reação do homem às condições materiais da existência, sua capacidade de inserir-se nas relações de produção e de trabalho e de transformá-las ativamente: esta possibilidade é a subversão da relação fundamental entre infraestrutura e superestrutura, em virtude da qual é somente a primeira (a totalidade das relações de produção e de trabalho) que determina a segunda, constituída pelo conjunto das atividades espirituais humanas. (ABBAGNANO, 2007, p. 922).

como finalidade a inserção crítica do sujeito na sociedade e o seu aperfeiçoamento enquanto ser histórico e social. Nessa perspectiva, Gramsci concebe o sujeito como um ser constituído nas e pelas relações sociais, rompendo com a concepção metafísica e abstrata do indivíduo. Para o autor, a formação humana não é um dado natural, mas um processo histórico e contínuo de construção do homem ao longo de sua trajetória, mediado pelas condições sociais, culturais e políticas em que está inserido. Assim, a educação assume um papel central na formação da consciência crítica e na construção da autonomia intelectual, possibilitando ao sujeito compreender as contradições da realidade social. Desse modo, o processo educativo torna-se um instrumento fundamental para a emancipação humana, ao favorecer a participação ativa e transformadora dos indivíduos na vida social e histórica.

> A afirmação de que a "natureza humana" é o "conjunto das relações sociais" é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem "devém", transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o "homem em geral": [...] as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal. (Cad. 7, § 35 – GRAMSCI, 1999, p. 245).

O desenvolvimento dessas relações e interações impulsiona o crescimento do sujeito e suas contínuas atualizações ao longo do processo histórico-dialético. Nessa perspectiva, as transformações sociais não apenas acompanham, mas também condicionam e são condicionadas pela constituição do sujeito, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade. Assim, à medida que a sociedade se modifica, o sujeito igualmente se transforma, uma vez que ambos são produzidos no interior do movimento histórico. Desse modo, o processo de mudança revela-se como expressão das contradições sociais e do dinamismo próprio da história, na qual as transformações sociais são intrínsecas e estruturantes da realidade social.

> [...] deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. [...]. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos [...] o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes [...] daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante. (Cad. 10, Parte II, § 54 - GRAMSCI, 1999, p. 413).

O aperfeiçoamento histórico das relações sociais orienta o percurso do homem e o processo de sua constituição enquanto sujeito, incidindo diretamente sobre suas formas de ação e intervenção no mundo. Nesse contexto, a educação configura-se como uma das formas mais

decisivas de produção da consciência e de transformação das relações sociais existentes, estando, contudo, intrinsecamente vinculada ao modo como é concebida e aos objetivos que orientam sua aplicação. Desse modo, a prática educativa pode tanto contribuir para a reprodução das estruturas sociais vigentes quanto atuar como instrumento de crítica e superação das contradições que marcam a realidade histórica. Nessa perspectiva, a educação assume papel central no processo de formação do sujeito, pois favorece a ampliação de perspectivas, a abertura de novos horizontes e o desenvolvimento das potencialidades humanas oriundas do processo histórico. Conforme Freire (2019), a educação deve ser compreendida como uma prática de liberdade, na qual o educando deixa de ser um sujeito passivo e assume uma postura crítica diante da realidade. Esse processo no qual podemos chamar de educativo encontra-se diretamente vinculado à formação integral e à emancipação do indivíduo, na medida em que possibilita o crescimento intelectual, crítico e o fortalecimento da autonomia. Além disso, a educação atua como mediação fundamental entre o indivíduo e a totalidade social, permitindo a compreensão das contradições históricas que estruturam a realidade concreta. Ao promover a reflexão crítica e a apropriação do conhecimento historicamente produzido, o processo educativo contribui para a formação de sujeitos conscientes de seu papel social e histórico. Nesse sentido, Freire (2019) destaca que não há educação neutra, pois toda prática educativa implica uma escolha política, podendo servir tanto à domesticação quanto à libertação dos sujeitos.

Assim, a educação crítica não se limita à adaptação do indivíduo à ordem social existente, mas orienta-se para a formação de sujeitos capazes de questionar, problematizar e intervir na realidade. A prática educativa, quando fundamentada no diálogo e na problematização, conforme propõe Freire (2020), favorece o desenvolvimento da consciência histórica e da responsabilidade social. Desse modo, a educação torna-se espaço privilegiado de construção da práxis transformadora, articulando teoria e prática na superação das desigualdades sociais e na promoção da emancipação humana que pode se estender para o coletivo, visto que a emancipação humana promove a libertação ilusões repassadas no decorrer da vida do sujeito.

Na perspectiva de Gramsci (1971, p. 24), todo indivíduo, quando adequadamente educado, pode tornar-se consciente e livre. Essa concepção reforça a compreensão de que o processo educativo possibilita o crescimento e o desenvolvimento humano, acompanhando o avanço histórico da sociedade e promovendo a construção de relações sociais conscientes e emancipatórias. Deste modo, o sujeito não é concebido como um ser passivo, mas como agente

histórico que participa ativamente de seu próprio processo formativo, tanto no plano material quanto no intelectual. Cabe-lhe, portanto, a construção de si mesmo enquanto sujeito histórico, bem como a afirmação e a reivindicação de seu lugar no mundo, sendo impulsionado por uma educação libertadora. Neste contexto, a educação exerce papel fundamental na superação do senso comum e na construção de uma concepção de mundo crítica e coerente. Desse modo, o processo educativo contribui para a formação da consciência histórica e política do sujeito, possibilitando a compreensão das relações de dominação e das contradições presentes na sociedade. Além disso, a educação atua como instrumento de formação da autonomia intelectual e moral, condição indispensável para a participação ativa na vida social e política. Desse modo, a formação educativa torna-se elemento central na construção da hegemonia e na possibilidade de transformação da realidade social, ao formar sujeitos capazes de intervir de maneira crítica e consciente no curso da história.

Uma educação de caráter libertador não oprime o educando, mas o emancipa das amarras da ignorância e da alienação, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia intelectual. Ao possibilitar o acesso ao conhecimento historicamente produzido, a educação contribui para que o indivíduo compreenda as contradições presentes na realidade social e reconheça as relações de poder que a estruturam podendo fazer uma análise crítica sobre tal temática. Freire (2019), coloca que a educação se constitui como uma prática de liberdade, na qual o sujeito, por meio do diálogo e da problematização, torna-se capaz de ler criticamente o mundo antes mesmo de ler a palavra. Dessa forma, o processo educativo atua como instrumento de superação do senso comum, promovendo a passagem para uma concepção de mundo mais crítica, reflexiva e historicamente situada. Nessa perspectiva, a educação não se limita à simples transmissão de informações ou conteúdos fragmentados, mas se configura como uma prática social transformadora, que articula teoria e ação por meio da práxis consciente. Saviani (2013) destaca que a educação escolar desempenha papel fundamental na socialização do saber sistematizado, sendo condição necessária para a formação crítica dos indivíduos e para a compreensão da realidade social em sua totalidade. É nesse movimento dialético que o sujeito se constrói, se forma e se desenvolve historicamente, apropriando-se do conhecimento como instrumento fundamental de compreensão e transformação do mundo. Nessa perspectiva, a educação assume um papel estratégico na formação de sujeitos históricos comprometidos com a transformação social, ao fomentar a participação ativa, a responsabilidade coletiva e a construção de uma sociedade mais justa e democrática, fundada em princípios de igualdade e justiça social.

A formação do sujeito ocorre na realidade concreta, por meio da convivência social e da participação em práticas coletivas, nas quais as relações sociais são construídas, desenvolvidas e continuamente ressignificadas. É a partir desse processo formativo que o indivíduo se constitui como cidadão crítico e participativo, capaz de compreender as determinações da realidade social, problematizar suas contradições, propor alternativas e intervir de forma consciente na transformação do mundo em que vive. Tal formação não se restringe ao domínio de conhecimentos formais ou técnicos, mas envolve a constituição de valores, atitudes e práticas orientadas para a emancipação humana, a solidariedade e o compromisso ético com a coletividade. Nesse processo, todas as instituições sociais desempenham papel fundamental, atuando conforme o contexto histórico, social e cultural em que estão inseridas. Entretanto, a educação se destaca como elemento essencial na construção do sujeito histórico, pois possibilita o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia intelectual. Ao promover o acesso ao conhecimento historicamente produzido, a educação contribui para que os sujeitos compreendam as relações de poder e as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Desse modo, a prática educativa torna-se espaço privilegiado de formação política e social, orientada para a superação das desigualdades, o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade mais justa, humana e emancipada.

O processo educativo está intrinsecamente ligado à estrutura social e à hegemonia cultural, uma vez que se desenvolve no interior das relações históricas concretas que constituem a sociedade. Como destaca Gramsci (1971, p. 32), “a cultura não é algo abstrato, mas um elemento concreto de luta pela hegemonia”, o que evidencia o caráter político da educação e sua inserção nas disputas sociais. Dessa forma, a educação constitui um dos principais espaços de formação do ser humano, exercendo papel fundamental na construção da consciência social, política e histórica dos indivíduos, ao mesmo tempo em que expressa e tensiona os projetos societários em disputa. A escola e as demais instituições educativas não se limitam à mera transmissão de conhecimentos formais ou conteúdos supostamente neutros, mas participam ativamente da disputa pela direção intelectual e moral da sociedade. Elas podem tanto contribuir para a reprodução da ordem social vigente quanto promover a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de questionar as estruturas estabelecidas. Quando orientado por uma perspectiva crítica e emancipadora, o processo educativo possibilita a compreensão das desigualdades estruturais, das relações de dominação e dos mecanismos ideológicos que sustentam a hegemonia. Assim, a educação amplia a capacidade dos sujeitos de compreender a

realidade social, posicionar-se diante de suas contradições e intervir conscientemente em sua transformação histórica.

O desenvolvimento humano ocorre de maneira contínua por meio da participação ativa nas relações sociais e nas práticas coletivas, que constituem o espaço privilegiado de formação do sujeito. É na coletividade que o indivíduo constrói seu próprio lugar social, desenvolvendo sua natureza histórica, social e orgânica, o que lhe permite reconhecer-se como sujeito capaz de agir sobre a realidade e transformá-la. Ao interagir com o meio social, o indivíduo compreende não apenas o mundo que o cerca, mas também a si mesmo, num movimento permanente de reflexão e ressignificação de suas experiências. Desse modo, o ser humano constitui-se como síntese das experiências vividas, das condições materiais, culturais e históricas e das múltiplas mediações sociais que incidem sobre sua formação. Todavia, essa determinação não ocorre de forma mecânica ou determinista, pois o sujeito possui capacidade de consciência, crítica e ação intencional. É justamente nessa tensão dialética entre condicionamento social e autonomia que se abre a possibilidade de superação dos limites impostos pela realidade. Nesse contexto, a educação assume papel central ao favorecer a formação de sujeitos capazes de compreender as estruturas sociais, resistir às formas de dominação e atuar coletivamente na construção de novos projetos históricos orientados pela justiça social, pela democracia e pela emancipação humana.

A educação assume papel central na criação de sujeitos críticos e conscientes. Por exemplo, programas de educação popular, como os propostos por Paulo Freire no Brasil, ilustram o princípio gramsciano da escola como espaço de emancipação: os participantes não apenas recebem conteúdos, mas discutem, interpretam e transformam a realidade social em que vivem. A concepção de escola unitária, formulada por Antonio Gramsci, fundamenta-se na articulação entre formação intelectual e formação prática, superando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual historicamente presente na educação. Nesse modelo, busca-se integrar diferentes campos do saber, promovendo uma formação omnilateral que possibilite aos estudantes compreender e intervir criticamente na realidade social.

Nessa perspectiva, o educando não é concebido como um sujeito fragmentado ou meramente em formação técnica, mas como um sujeito histórico em desenvolvimento integral, capaz de articular competências técnicas e consciência crítica. Assim, a escola unitária visa não apenas à qualificação profissional, mas à formação de indivíduos autônomos, conscientes e socialmente comprometidos.

Cabe ao docente, enquanto intelectual orgânico, desempenhar um papel decisivo no processo de formação humana e na construção da consciência crítica. Conforme explica Gramsci (1971), o intelectual orgânico é aquele que contribui para a formação da consciência das massas e para a organização da ação social. Nessa perspectiva, o professor ultrapassa a função meramente técnica de transmissor de conteúdos e assume uma atuação político-pedagógica comprometida com a transformação da realidade social. Sua prática se configura como mediação fundamental entre o conhecimento sistematizado, a experiência concreta dos educandos e as condições históricas em que estão inseridos.

A atuação docente, enquanto prática intelectual e política, insere-se diretamente na disputa pela hegemonia cultural e pela direção moral e intelectual da sociedade. Ao problematizar o senso comum e favorecer a construção de uma concepção crítica de mundo, o professor contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender as contradições sociais e de intervir conscientemente nelas. Nesse sentido, Gramsci (1971) ressalta que toda relação pedagógica é também uma relação política, pois envolve a formação de valores, visões de mundo e projetos de sociedade. Assim, a escola pode tanto reproduzir a hegemonia dominante quanto constituir-se como espaço de resistência e produção de uma contra hegemonia. Essa compreensão dialoga diretamente com Paulo Freire, para quem a educação deve ser entendida como prática da liberdade. Segundo Freire (2019), não há educação neutra: toda prática educativa implica uma tomada de posição frente à realidade social, podendo servir tanto à domesticação quanto à emancipação dos sujeitos. Desse modo, o educador comprometido com uma perspectiva libertadora assume o diálogo, a problematização e a reflexão crítica como princípios fundamentais de sua prática, possibilitando que os educandos se reconheçam como sujeitos históricos capazes de transformar o mundo.

A interdependência entre sujeito e realidade expressa na ideia de que o ser humano forma o mundo ao mesmo tempo em que é por ele formado revela a essência dialética da existência humana. O indivíduo se constitui nas relações sociais e, simultaneamente, atua sobre elas por meio da práxis consciente. Nesse processo, a educação desempenha função central ao favorecer a apropriação crítica do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral. Ao politizar o processo formativo, a educação possibilita que os sujeitos compreendam sua inserção histórica, reconheçam as relações de poder e assumam uma postura ativa frente às contradições sociais. Seguindo essa lógica, Dermeval Saviani (2013) afirma que a educação escolar é responsável pela socialização do saber sistematizado, condição indispensável para que os indivíduos compreendam a realidade social em sua totalidade. Para o autor, a apropriação do

conhecimento científico, filosófico e histórico não é um privilégio, mas um direito social fundamental, especialmente das classes trabalhadoras. Assim, a educação crítica não se opõe ao conteúdo, mas o assume como instrumento de emancipação e de superação das desigualdades sociais.

Em contextos contemporâneos, experiências de educação popular, educação integral e iniciativas de cidadania ativa materializam essa concepção crítica e emancipatória da educação. Tais práticas demonstram que o espaço educativo extrapola os limites da sala de aula, articulando saberes escolares e saberes populares, teoria e prática, reflexão e ação coletiva. Ao valorizar o diálogo, a participação e o compromisso social, essas experiências reafirmam que a educação é um campo estratégico de disputa ideológica e de construção de novos projetos históricos. Portanto, a educação, quando orientada por princípios emancipatórios, consolida-se como instrumento de transformação social, cultural e econômica. O desafio contemporâneo consiste em materializar os fundamentos teóricos das práticas educativas concretas, capazes de integrar formação intelectual, consciência crítica e engajamento social. Isso implica repensar o currículo, as metodologias de ensino e o papel do professor, de modo a formar sujeitos históricos aptos a interpretar criticamente a realidade, participar ativamente da vida social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e emancipada.

## 3. A ESTRUTURA EDUCACIONAL DA ESCOLA PROF. HERMÓGENES NOGUEIRA DA COSTA

A Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa exerce grande influência no campo educacional, pois proporciona aos alunos um ensino de qualidade, visando sempre ao seu aprimoramento no processo educativo. Essa instituição torna-se referência pelo seu viés educacional na região onde está localizada, uma vez que oferece suporte a uma parcela significativa de jovens que buscam, na educação, uma possibilidade de mudança socioeconômica, especialmente aqueles oriundos de bairros periféricos. Esses estudantes, muitas vezes, encontram-se à margem da sociedade, em decorrência de políticas públicas insuficientes que não priorizam a educação como instrumento fundamental de transformação social. Nesse contexto, a escola contribui de maneira efetiva para a promoção de uma vida mais digna para seus educandos. A Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa está situada na Rua Coronel Glicério Cícero, s/nº, Bairro Abolição IV, em Mossoró/RN. Foi criada no ano de 1986, iniciando suas atividades em 02 de junho do mesmo ano, durante o governo de Radir Pereira. Em virtude de sua localização estratégica, a instituição oferece suporte educacional a jovens de bairros circunvizinhos, como Abolição III, Abolição V, Santa Delmira, Redenção, Pousada dos Thermas, Nova Mossoró e Santa Júlia. Dessa forma, evidencia-se a significativa abrangência da escola no atendimento à juventude dessas localidades. A instituição recebeu esse nome em homenagem ao Professor Hermógenes Nogueira da Costa, que atuava como professor universitário e também era escoteiro. A escola iniciou suas atividades oferecendo o Ensino Fundamental nos turnos matutino, vespertino e noturno. Em 1993, passou a ofertar também o turno intermediário. Contudo, no ano de 2000, esse turno foi suprimido, sendo implantado o Ensino Médio nos turnos vespertino e noturno. Em 2009, a instituição passou a oferecer o Programa Mais Educação no contraturno, ampliando as atividades pedagógicas e complementares.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2025) da instituição, no ano de 2019 a escola tornou-se unidade piloto, sendo uma das quatro escolas inseridas nesse processo no âmbito da 12ª DIREC, em decorrência da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio. Essa reformulação incluiu a ampliação da carga horária, com a inserção do sexto horário, bem como a implementação dos itinerários formativos na grade curricular. Com a expansão educacional promovida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente na gestão da professora Fátima Bezerra, a escola passou por uma ampliação em seu nível de oferta educacional, adotando a integralização do ensino e vinculando-se a um

processo formativo orientado pela perspectiva do currículo integrado. Tal proposta ampliou a diversificação educacional e passou a visar ao aprimoramento do educando, com o objetivo de proporcionar uma formação mais completa. Atualmente, a escola oferece o Ensino Médio Potiguar e o Ensino Médio Integral com Educação Profissional e Técnica, especificamente o Curso Técnico em Informática, seguindo as diretrizes da Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (PEEPT) do Rio Grande do Norte, instituída por meio do Decreto nº 32.286, de 08 de dezembro de 2022, fundamentando-se na concepção de formação humana integral e currículo integrado.

Essa proposta tem como objetivo oferecer uma educação de qualidade, na qual o aluno seja protagonista de sua própria trajetória, compreenda sua realidade e adquira conhecimentos científicos, tecnológicos e humanos para enfrentá-la. Busca-se, assim, desenvolver sua capacidade crítica e reflexiva ao longo de sua formação intelectual. Com a oferta do ensino técnico articulado ao Ensino Médio, o educando vivencia um processo formativo orientado para uma formação mais ampla e integral. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), esse modelo educacional tem como foco a formação de profissionais e cidadãos aptos para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Tal formação ocorre por meio da articulação entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante, possibilitando que o estudante curse ambos na mesma instituição. Dessa maneira, o aluno pode desenvolver suas aptidões profissionais em áreas técnicas específicas, ao mesmo tempo em que fortalece suas competências intelectuais vinculadas à formação geral do Ensino Médio.

> **Art. 36-A.** Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.
> *Parágrafo único*. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (LDB, 2017, p.29).

O modelo de Educação Profissional Técnica organiza-se de modo a possibilitar ao estudante duas formas centrais de qualificação, permitindo-lhe ingressar em um curso de nível técnico articulado ao Ensino Médio ou subsequente, conforme a organização da oferta educacional. Essa estrutura visa não apenas à inserção no mundo do trabalho, mas também ao desenvolvimento de competências técnicas, científicas e humanas, tendo como foco a formação de profissionais qualificados de maneira integral. Nessa perspectiva, a escola assume como finalidade oferecer um ambiente estrutural adequado, dotado de equipamentos e recursos

compatíveis com as demandas contemporâneas. Tal proposta fundamenta-se na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e inovação, promovendo a formação humana integral, o exercício da ética e da cidadania, bem como a participação social e a socialização do conhecimento. Trata-se de uma concepção educativa que ultrapassa a mera aquisição de habilidades técnicas, orientando-se pela compreensão crítica da realidade, com vistas não apenas a conhecê-la, mas a transformá-la, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional. A instituição foi construída em uma área total de 16.188,8 m², sendo 864,56 m² de área coberta e 734,72 m² de área descoberta, dispondo das seguintes dependências:

08 salas de aula;

01 biblioteca (adaptada);

01 sala de professores (adaptada);

01 secretaria com sala de arquivo;

01 sala de diretoria;

01 almoxarifado;

01 cozinha;

01 despensa;

05 banheiros (01 com acessibilidade);

06 barras de acessibilidade;

01 sala de informática com 08 computadores funcionando parcialmente;

02 pátios internos (um coberto);

01 caixa d'água;

01quadra em construção – inacabada há, aproximadamente, 12 anos.

A estrutura física da escola apresenta necessidade de ampliação e reforma em diversos setores, a fim de adequar-se às novas exigências relacionadas ao Ensino Médio Integral articulado à Educação Profissional. No ano de 2024, a instituição entrou em processo de reforma, sendo temporariamente transferida para as dependências do CAIC, localizado no

mesmo bairro, garantindo a continuidade das atividades escolares. A Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa possui capacidade para atender aproximadamente 640 alunos. Atualmente, conta com 434 estudantes matriculados, distribuídos da seguinte forma: 18 alunos no Ensino Médio Integral com Educação Profissional; 260 estudantes no turno matutino do Ensino Médio regular (duas turmas de 1ª série, três turmas de 2ª série e três turmas de 3ª série); e 156 alunos no turno vespertino (duas turmas de 1ª série, duas turmas de 2ª série e duas turmas de 3ª série).

No que se refere ao quadro funcional, a unidade escolar conta com 21 professores efetivos e 8 professores contratados em regime celetista. Além disso, dispõe de 13 funcionários efetivos e 10 funcionários terceirizados, totalizando 52 servidores, conforme dados do Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2025). Quanto à formação acadêmica, todos os docentes possuem curso superior com habilitação específica para a área em que atuam, sendo que uma parcela significativa possui especialização e mestrado. A equipe gestora é escolhida por meio de eleição democrática e é composta por 1 diretora, 1 vice-diretora, 1 coordenadora pedagógica e 1 coordenadora administrativa-financeira. A equipe pedagógica inclui ainda supervisoras com formação diversificada: há profissionais graduadas em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa; em Pedagogia; em Ciências Exatas e Naturais; e em Licenciatura em Música, algumas delas com especialização em Coordenação Pedagógica. Entre os profissionais que compõem a equipe de apoio, observa-se diversidade quanto ao nível de escolaridade, havendo servidores alfabetizados, com Ensino Fundamental e com Ensino Médio. Os secretários escolares possuem Ensino Médio e também formação em nível superior. Já os profissionais que atuam na sala de informática, na biblioteca e nos serviços especializados possuem graduação e encontram-se readaptados em suas funções. A escola conta ainda com 10 funcionários terceirizados, distribuídos da seguinte forma: 2 porteiros, 3 auxiliares de serviços gerais (ASGs) e 5 merendeiras.

De acordo com o PPP (2025), a maioria dos servidores que compõe o quadro funcional manifesta a necessidade de participar de cursos de formação inicial e continuada, inclusive em nível de pós-graduação, com o objetivo de atualizar-se profissionalmente e aprimorar a qualidade do trabalho desenvolvido. Nesse contexto, ações formativas são promovidas pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e pela 12ª DIREC. Além disso, a própria instituição organiza momentos de estudo durante as Jornadas Pedagógicas, promovendo encontros formativos, palestras e discussões

teóricas, visando contribuir para o fortalecimento da prática pedagógica e para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A escola está organizada em dois turnos para o Ensino Médio Potiguar — matutino, das 7h00 às 12h20, e vespertino, das 13h00 às 18h20 — e oferta também o Ensino Médio Integral com Educação Profissional, no horário das 7h00 às 16h30. Seus objetivos educacionais encontram-se claramente definidos, priorizando o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e articulando a formação geral à formação técnica, de modo a ampliar as possibilidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, sem perder de vista a formação cidadã e integral do educando.

A organização da escola em diferentes turnos, bem como a oferta do Ensino Médio Integral articulado à Educação Profissional, não se configura apenas como uma estrutura administrativa de funcionamento, mas expressa uma concepção pedagógica claramente definida. Tal organização materializa, no plano prático, os princípios e objetivos institucionais estabelecidos em seu Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, a articulação entre formação geral e formação técnica, mencionada anteriormente, encontra respaldo nas diretrizes explicitadas no PPP (2025), que orientam a ação educativa para além da simples preparação para o mercado de trabalho.

É precisamente nesse horizonte que se inserem os objetivos institucionais voltados à garantia da educação de qualidade para todos, à permanência do estudante na escola e à formação de sujeitos críticos, conscientes e autônomos. A proposta de integração entre Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), aliada ao compromisso com a inclusão, com a participação comunitária e com o desenvolvimento regional, evidencia que a estrutura organizacional da escola está intrinsecamente vinculada a um projeto formativo mais amplo. Assim, a dinâmica de funcionamento da instituição converte-se em instrumento concreto para a efetivação de uma educação comprometida com a formação humana integral, conforme delineado em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2025).

> Oferecer educação de qualidade para todos os alunos, conforme a LDB; motivar o aluno a permanecer na escola e capacitá-lo a atuar de forma crítica, consciente e autônoma na sociedade; despertar no aluno a necessidade do trabalho em grupo como meio de alcançar objetivos individuais e coletivos; sensibilizar toda a comunidade escolar sobre a necessidade de participação efetiva no processo educacional dos estudantes; promover educação inclusiva com práticas que atendam as diversidades étnicas, culturais, de identidade de gêneros e necessidades educacionais específicas, como transtornos de aprendizagem, problemas de mobilidade entre outras limitações; incentivar o estudante na construção do conhecimento, para si e para a comunidade na qual está inserido; oferecer Educação Profissional e Tecnológica (EPT) atrelada à

> Educação Básica e suas diferentes modalidades, com ênfase na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM);Desenvolver programas de Formação Inicial e Continuada, mediante a oferta de cursos de qualificação, atualização, aperfeiçoamento e especialização dirigidos a públicos com diferentes graus de instrução, de acordo com as demandas existentes, a capacidade técnica instalada na instituição de ensino, considerando as pactuações institucionais; realizar projetos interdisciplinares e contextualizados que estabeleçam o liame entre escola e sociedade, geradores de responsabilidade social por meio de vivências na comunidade externa, favorecendo a formação cidadã dos(as) educandos(as) e a valorização da cultura e dos saberes locais; proporcionar o contínuo aprimoramento da educação ofertada pela prática de uma atitude pedagógica investigativa, de metodologias inovadoras e de valorização ao estudo, que resultem no desenvolvimento da autonomia no(a) estudante, bem como em benefícios para a comunidade interna e externa; estimular o desenvolvimento social e econômico da territorialidade na qual as instituições de educação que ofertam EPT estão situadas através do desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e inovação. (PPP, p.10. 2025).

A caracterização histórica, estrutural e organizacional da instituição não se constitui em mero levantamento descritivo, mas fundamenta a compreensão do projeto formativo que orienta sua prática educativa. É a partir dessas condições concretas que o Projeto Político-Pedagógico assume centralidade enquanto instrumento de organização e intencionalidade pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2025) da instituição apresenta uma concepção educacional fundamentada na garantia do direito à educação de qualidade para todos, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Conforme estabelece o art. 2º da referida lei, a educação tem por finalidade "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996). Ao explicitar objetivos que contemplam permanência, aprendizagem significativa e formação cidadã, o documento institucional evidencia alinhamento com essa concepção legal, assumindo a educação como prática social orientada à formação integral do sujeito.

A centralidade do PPP como instrumento norteador da ação educativa encontra respaldo em Veiga (2003, p. 14), ao afirmar que o projeto político-pedagógico "é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma refletida, consciente e sistematizada". Nessa perspectiva, o PPP não se reduz a um documento burocrático, mas constitui expressão da identidade institucional, organizando princípios, metas e estratégias de ação. Libâneo (2013) reforça essa compreensão ao sustentar que a escola precisa de um projeto que explicite sua concepção de homem, sociedade e educação, de modo a orientar a prática pedagógica de forma coerente e intencional.

A proposta pedagógica da instituição enfatiza a permanência e o êxito dos estudantes, reconhecendo que o acesso à escola não garante, por si só, o direito à aprendizagem. Para Saviani (2011), a função social da escola consiste em assegurar a transmissão e assimilação crítica do conhecimento sistematizado, condição indispensável para a participação consciente na vida social. Assim, ao priorizar a aprendizagem significativa e a formação cidadã, o PPP reafirma o compromisso com uma educação que articula conhecimento científico, desenvolvimento intelectual e responsabilidade social. No que se refere à educação inclusiva, o documento dialoga com os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205). Além disso, a perspectiva inclusiva encontra fundamento na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que determina a garantia de sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Ao propor práticas que atendam às diversidades étnicas, culturais e às necessidades educacionais específicas, o PPP incorpora o princípio da equidade, compreendendo que tratar igualmente os desiguais aprofunda desigualdades, sendo necessário adotar estratégias pedagógicas diferenciadas para assegurar condições reais de aprendizagem.

A articulação entre Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Essas diretrizes defendem a integração entre formação geral e formação técnica como estratégia para superar a dualidade histórica da educação brasileira. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) argumentam que o currículo integrado possibilita uma formação omnilateral, articulando trabalho, ciência e cultura, e superando a fragmentação entre teoria e prática. Ademais, a ênfase na interdisciplinaridade e na atitude investigativa converge com o entendimento de que a escola deve promover a construção ativa do conhecimento.

Libâneo (2013) sustenta que a prática pedagógica precisa ser reflexiva e contextualizada, articulando conteúdos escolares às problemáticas sociais concretas. O PPP, ao propor projetos interdisciplinares e contextualizados, fortalece o vínculo entre escola e comunidade, consolidando a função social da instituição como espaço de produção de saberes e intervenção na realidade. Por fim, ao articular ensino, pesquisa, extensão e inovação, a escola amplia seu papel para além da formação acadêmica estrita, assumindo-se como agente de desenvolvimento territorial. Essa perspectiva está em consonância com o que estabelece o art.

214 da Constituição de 1988, ao prever a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Assim, o PPP (2025) configura-se como instrumento político e pedagógico que expressa um projeto coletivo de formação humana integral, comprometido com a qualidade social da educação, com a equidade e com a construção de uma sociedade democrática.

# 4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA-AÇÃO

A opção metodológica desta pesquisa fundamenta-se na Pesquisa-Ação, compreendida como abordagem investigativa que articula produção de conhecimento e intervenção prática no contexto estudado. Tal escolha não se deu de maneira instrumental, mas decorre do compromisso teórico e político assumido nesta dissertação com a formação humana crítica, à luz da tradição marxista. Nesse sentido, a metodologia adotada está intrinsecamente vinculada à concepção de educação como prática social histórica, situada e atravessada por contradições estruturais.

Conforme define Thiollent (2011, p. 20), a pesquisa-ação consiste em "um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo", envolvendo pesquisadores e participantes de modo cooperativo. Essa definição evidencia que a investigação não se desenvolve de forma externa ou neutra em relação ao objeto estudado, mas emerge da própria realidade concreta, com a participação ativa dos sujeitos implicados no processo.

A escolha dessa metodologia articula-se diretamente com a concepção marxiana de práxis. Em Marx, especialmente nas Teses sobre Feuerbach, a práxis é compreendida como atividade humana sensível e transformadora, por meio da qual os sujeitos não apenas interpretam o mundo, mas atuam sobre ele, modificando-o. A célebre décima primeira tese afirma que "os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX, 2007, p. 539). Tal afirmação não reduz a importância da teoria, mas reforça sua inseparabilidade da ação concreta. Assim, a pesquisa-ação aproxima-se da perspectiva marxista ao compreender o conhecimento como produto da atividade humana historicamente situada. Autores contemporâneos da área metodológica também reforçam essa dimensão transformadora.

Tripp (2005) destaca que a pesquisa-ação visa à melhoria das práticas por meio de um processo reflexivo sistemático, no qual planejamento, ação, observação e reflexão se articulam de maneira contínua. Da mesma forma, Kemmis e McTaggart (1988) estruturam a pesquisa-ação em ciclos espiralados que integram teoria e prática, permitindo constante reelaboração da ação pedagógica. Essa dinâmica dialética revela afinidade com o método materialista histórico, que compreende a realidade como processo em movimento. Franco (2005) enfatiza que a pesquisa-ação possui caráter formativo, pois promove a reflexão crítica dos sujeitos sobre sua própria prática. Ao invés de tratar os participantes como meras fontes de dados, a metodologia

reconhece-os como coautores do conhecimento produzido. Barbier (2007), por sua vez, sublinha a implicação do pesquisador no processo investigativo, rompendo com a pretensa neutralidade científica e assumindo a dimensão ética e política da pesquisa social.

No contexto desta dissertação, a pesquisa-ação foi desenvolvida por meio da realização de uma oficina filosófica de orientação marxista junto aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Hermógenes Nogueira da Costa, em Mossoró/RN. A proposta buscou promover a autonomia intelectual dos educandos, entendendo-os como sujeitos históricos capazes de analisar criticamente as condições sociais que estruturam suas experiências. Durante os encontros, os estudantes foram convidados a identificar problemáticas presentes em suas vivências cotidianas, especialmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, à desigualdade social, à alienação e à reprodução ideológica no ambiente escolar. Esse movimento de problematização permitiu que a investigação se enraizasse na empiria, evitando abstrações desvinculadas da realidade concreta. A análise coletiva das questões levantadas possibilitou a construção de um espaço dialógico, no qual teoria e experiência se confrontaram e se enriqueceram mutuamente. A sistematização das reflexões ocorreu por meio de discussões orientadas, apresentações coletivas e produção escrita de textos críticos elaborados em duplas. Esse processo evidenciou a dimensão formativa da metodologia, na medida em que os estudantes passaram a articular conceitos teóricos com situações concretas, ampliando sua capacidade argumentativa e sua compreensão das determinações sociais. Assim, a pesquisa-ação não se limitou à coleta de dados, mas constituiu-se como vivência prática de uma pedagogia crítica, coerente com a perspectiva da práxis transformadora.

Em síntese, a fundamentação metodológica desta pesquisa reafirma que a produção do conhecimento, quando orientada por princípios críticos, pode contribuir para a formação de sujeitos conscientes de sua inserção histórica. Ao articular investigação e intervenção, a pesquisa-ação revelou-se instrumento adequado para promover não apenas a compreensão da realidade escolar, mas também sua problematização e possível transformação. Tal perspectiva converge com o horizonte emancipatório que orienta a tradição marxista e fundamenta a proposta desta dissertação.

## 5. CONSTRUÇÃO DA OFICINA FILOSÓFICA: PRÁTICA E REFLEXÃO CRÍTICA

A oficina foi desenvolvida com a participação ativa de 25 (vinte e cinco) estudantes do 3º ano do Ensino Médio, todos com idade igual ou superior a 18 anos. Sua elaboração teve como ponto de partida a identificação de uma problemática recorrente no campo discursivo observado em sala de aula: os alunos manifestavam inquietações quanto à compreensão do mundo do trabalho e demonstravam incertezas acerca das implicações decorrentes do desconhecimento dos mecanismos econômicos que estruturam a sociedade capitalista na qual estão inseridos. Tal constatação evidenciou a necessidade de uma intervenção pedagógica que possibilitasse a mediação teórica dessas preocupações, articulando experiência vivida e reflexão filosófica.

Diante desse cenário, propôs-se a realização de uma oficina com o objetivo de promover a compreensão crítica das dinâmicas que estruturam o mundo do trabalho, considerando que, em curto espaço de tempo, esses jovens estarão inseridos nesse contexto e, possivelmente, confrontados com situações de precarização, desigualdade social e instabilidade econômica. A proposta fundamenta-se na perspectiva da pedagogia crítica, que defende a necessidade de a escola dialogar com a realidade concreta dos educandos, contribuindo para a conscientização acerca de suas condições objetivas de existência (FREIRE, 2005).

No exercício da docência na disciplina de Filosofia, tomou-se a iniciativa de integrar ao conteúdo programático conceitos econômicos e sociais a partir da abordagem marxista, buscando proporcionar uma formação que, além de filosófica, fosse também política e crítica. Para tanto, foram selecionados e analisados, junto aos estudantes, fragmentos de textos de Karl Marx (1818–1883), que possibilitaram debates aprofundados acerca de categorias fundamentais, tais como alienação, trabalho, mercadoria, exploração e emancipação. Além dessas, incorporaram-se discussões contemporâneas sobre a uberização do trabalho e suas implicações na intensificação da precarização laboral, ampliando o diálogo entre teoria clássica e realidade atual.

Essas reflexões forneceram aos alunos instrumentos teóricos indispensáveis para a análise crítica da realidade social, em consonância com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica, segundo a qual a formação humana deve estar orientada para a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido (SAVIANI, 2013). Nesse sentido, o trabalho filosófico desenvolvido em sala buscou fomentar a consciência de classe, o pensamento autônomo e a

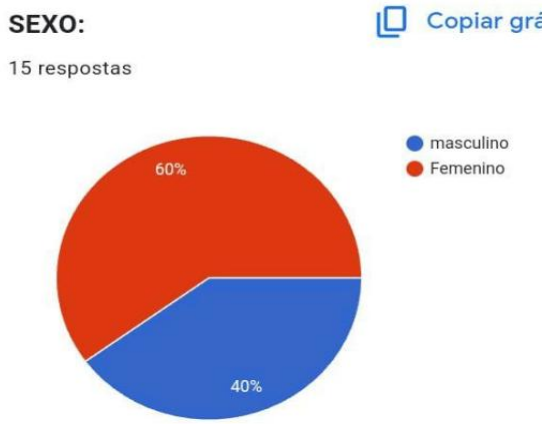
capacidade de problematização das condições sociais, elementos essenciais para a constituição de uma cidadania ativa e transformadora.

Após o estudo das categorias teóricas e a realização de debates orientados, os próprios estudantes propuseram a elaboração de um questionário socioeconômico, com a finalidade de investigar, nas comunidades em que residem, as condições concretas de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho. O instrumento foi construído coletivamente, sob mediação docente, contemplando questões relativas às condições de vida, ao acesso a direitos sociais básicos, aos tipos de ocupação exercidos, à remuneração, à jornada de trabalho, à estabilidade contratual e às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores.

Posteriormente, o questionário foi aplicado pelos estudantes, organizados em cinco grupos compostos por cinco integrantes cada. Cada grupo ficou responsável por entrevistar um número previamente definido de participantes, totalizando 50 (cinquenta) entrevistados. Concluída a etapa de coleta de dados, os grupos procederam à sistematização das informações obtidas, organizando-as em apresentações em slides, por meio das quais expuseram suas análises à turma. Esse momento de socialização revelou-se fundamental para o aprofundamento das reflexões, pois permitiu o confronto de interpretações e a ampliação do debate coletivo. A metodologia adotada na construção e execução da oficina fundamenta-se na pesquisa-ação, abordagem que se mostra particularmente adequada quando o objetivo é intervir na realidade ao mesmo tempo em que se promove a reflexão crítica sobre ela. Ao integrar investigação empírica, estudo teórico e análise coletiva, a oficina consolidou-se como espaço de práxis educativa, no qual teoria e prática se articularam dialeticamente.

Dessa maneira, a experiência não se restringiu à transmissão de conteúdos filosóficos, mas configurou-se como processo formativo orientado pela problematização da realidade social. Os estudantes assumiram papel protagonista na produção do conhecimento, investigando e interpretando as condições concretas de trabalho em seus próprios contextos comunitários. A articulação entre teoria marxista e investigação empírica demonstrou que o ensino de Filosofia pode constituir-se como instrumento eficaz de formação humana integral, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica e para a compreensão das determinações estruturais que configuram o mundo do trabalho, conforme defendem os pressupostos marxistas de educação (MANACORDA, 2010). O primeiro grupo conseguiu entrevistar 15 pessoas, sendo 8 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, em relação a cor ou ração temos a predominância da cor parda, como aponta as figuras abaixo:

Figura 1




O gráfico apresenta os resultados referentes ao sexo dos participantes da pesquisa, totalizando 15 respostas. Observa-se que 60% dos respondentes são do sexo feminino, enquanto 40% são do sexo masculino.

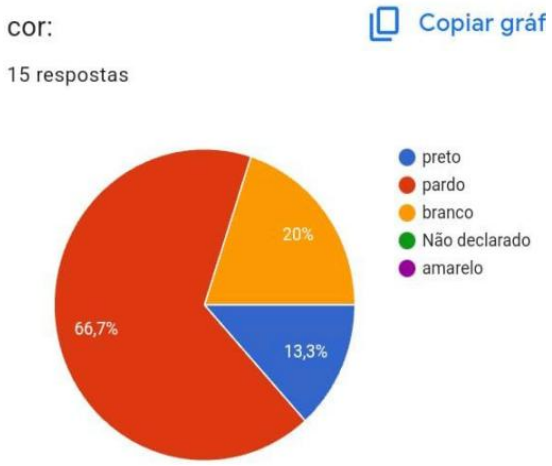
Essa distribuição indica uma predominância feminina no grupo investigado, o que pode influenciar determinadas percepções e experiências relatadas ao longo da pesquisa, especialmente quando analisadas questões relacionadas ao mundo do trabalho, à desigualdade social e às experiências de discriminação.

A presença majoritária de mulheres no grupo torna-se particularmente relevante quando se considera que, historicamente, o gênero feminino enfrenta maiores índices de precarização laboral, desigualdade salarial e sobrecarga de trabalho doméstico e reprodutivo. Assim, ainda que o gráfico apresente apenas um dado quantitativo simples, ele pode ser interpretado à luz das dinâmicas sociais mais amplas que envolvem gênero e trabalho.

Além disso, a participação expressiva de mulheres pode ter contribuído para uma ampliação do debate crítico durante a oficina filosófica, sobretudo nas discussões que envolveram condições de vida, vulnerabilidade social e experiências de exclusão. A análise desse dado, portanto, não se restringe à descrição estatística, mas integra-se à compreensão mais ampla das determinações sociais que atravessam os sujeitos investigados.

Dessa forma, a composição do grupo por sexo constitui elemento relevante para contextualizar as análises posteriores, especialmente aquelas relacionadas às condições materiais de existência e às desigualdades estruturais presentes na realidade estudada.

Figura 2

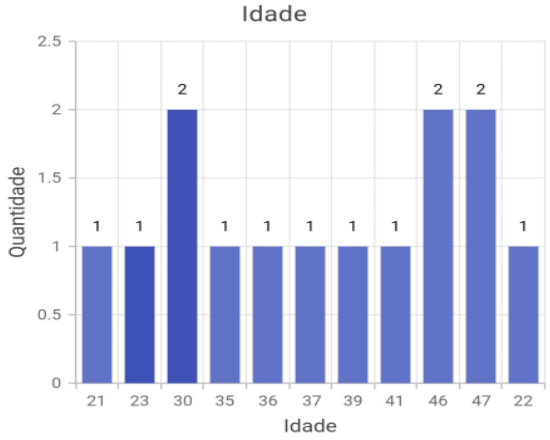



O gráfico apresenta os resultados referentes à autodeclaração de cor/raça dos 15 participantes da pesquisa. Observa-se que 66,7% dos respondentes se autodeclaram pardos, 13,3% se identificam como pretos e 20% como brancos. Não houve registros de participantes que se declarassem amarelos ou que optassem por não declarar sua cor. A predominância de participantes pardos indica que o grupo investigado é majoritariamente composto por sujeitos pertencentes às categorias racializadas historicamente associadas a processos de desigualdade estrutural no Brasil. Quando somados os percentuais de pretos (13,3%) e pardos (66,7%), verifica-se que 80% dos entrevistados pertencem ao grupo socialmente reconhecido como população negra, segundo a classificação utilizada pelo IBGE, que considera a soma dessas categorias.

Esse dado é particularmente relevante quando analisado em conjunto com os demais indicadores socioeconômicos da pesquisa, como renda, necessidade de trabalho extra e experiências de discriminação. A composição racial do grupo reforça a necessidade de compreender as desigualdades não apenas sob a perspectiva de classe, mas também a partir da dimensão racial, reconhecendo que, historicamente, no contexto brasileiro, raça e classe encontram-se profundamente articuladas. A presença majoritária de sujeitos pardos e pretos pode contribuir para explicar determinadas percepções relacionadas à vulnerabilidade social e às experiências de exclusão, ainda que parte significativa dos participantes tenha declarado não ter sofrido discriminação direta. Mesmo assim, os dados revelam que o grupo está inserido em um contexto social no qual as desigualdades raciais continuam sendo elemento estruturante das oportunidades de acesso à renda, educação e mobilidade social. Essa leitura de dados permitiu ampliar a problematização sobre as relações entre trabalho, desigualdade e formação humana, possibilitando aos discentes refletirem criticamente sobre como as determinações

históricas e sociais atravessam suas próprias realidades. Assim, a análise da variável cor/raça não se limita a um dado demográfico, mas integra-se à compreensão mais ampla das estruturas sociais que condicionam as experiências concretas dos sujeitos investigados.

Figura 3




Podemos observar nos dados acima um quantitativo diversificado, com idades variando entre 21 e 47 anos. Tal amplitude etária indica a presença de sujeitos em diferentes estágios da vida adulta, o que contribui para a pluralidade de experiências e percepções apresentadas nas respostas. Destaca-se que 8 dos entrevistados possuem idade superior a 30 anos, o que permite inferir a existência de uma trajetória de vida e de trabalho mais consolidada. Essa maturidade pode favorecer respostas mais consistentes e fundamentadas, oferecendo subsídios relevantes para as análises desenvolvidas pelos discentes a partir dos dados coletados. No que concerne à renda mensal, os resultados do questionário revelaram variações salariais significativas. Constatou-se que 66,7% dos entrevistados recebem entre 1 e 2 salários mínimos, configurando a faixa predominante do grupo investigado. Apenas 6,7% declararam rendimentos entre 3 e 5 salários mínimos, enquanto nenhum participante afirmou receber entre 5 e 10 salários mínimos. Além disso, 26,7% dos entrevistados informaram não possuir renda fixa ou salário.

Esses dados evidenciam uma concentração expressiva nas faixas de menor rendimento, indicando um cenário de limitações econômicas que pode impactar diretamente as condições de vida e as oportunidades de inserção social dos participantes. A figura apresentada a seguir sintetiza essas informações, permitindo uma visualização mais clara da distribuição salarial identificada na pesquisa.

Figura 4



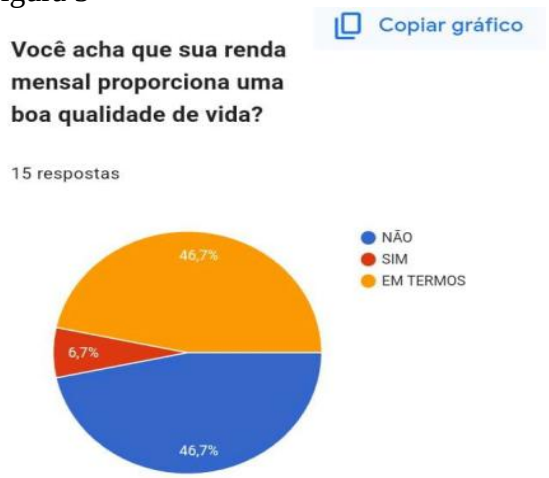

Os dados revelam um perfil socioeconômico marcado por baixa renda predominante. Observa-se que 66,7% dos entrevistados concentram-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, o que indica que a maioria vive com recursos limitados, próximos ao mínimo legal necessário para a subsistência.

Além disso, chama atenção o percentual de 26,7% que declara não possuir salário, o que pode indicar desemprego, informalidade ou dependência econômica. Somando-se esse grupo aos que recebem até 2 salários mínimos, temos 93,4% dos entrevistados situados em condição de vulnerabilidade econômica relativa.

Apenas 6,7% ultrapassam a faixa de 2 salários mínimos, e nenhum entrevistado se encontra em patamar superior a 5 salários mínimos, evidenciando ausência de rendas mais elevadas no grupo pesquisado. O gráfico aponta para uma realidade marcada pela limitação das condições materiais de existência. A concentração na faixa de 1 a 2 salários mínimos sugere restrições quanto ao acesso ampliado a bens culturais, lazer, educação complementar e estabilidade financeira. Do ponto de vista estrutural, essa configuração revela um cenário típico de classes trabalhadoras inseridas em ocupações de baixa remuneração, muitas vezes associadas à precarização do trabalho. A presença significativa de pessoas sem salário reforça a dimensão da instabilidade econômica e pode indicar fragilidade na inserção produtiva.

Se relacionarmos esses dados à questão anterior sobre qualidade de vida, percebe-se coerência: a predominância de rendas baixas ajuda a explicar o elevado percentual de entrevistados que afirmam que sua renda não proporciona, ou apenas “em termos” proporciona, boa qualidade de vida.

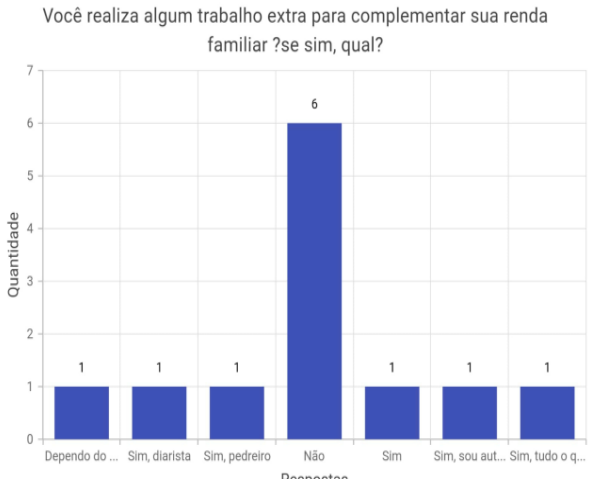
Figura 5




Os dados obtidos revelam um cenário expressivo de insatisfação ou, no mínimo, de percepção limitada quanto à suficiência da renda para garantir uma boa qualidade de vida. Observa-se que 46,7% dos entrevistados afirmaram que sua renda **não** proporciona qualidade de vida adequada, enquanto igual percentual (46,7%) respondeu “em termos”, indicando uma percepção ambígua ou parcialmente satisfatória. Apenas 6,7% consideram que sua renda é suficiente para assegurar boas condições de vida. Esse resultado evidencia que 93,4% dos entrevistados não afirmam categoricamente possuir uma renda satisfatória, o que reforça o quadro de vulnerabilidade socioeconômica anteriormente identificado na análise das faixas salariais. A predominância das respostas negativas ou relativizadas sugere que, mesmo entre aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, há percepção de insuficiência material para atender plenamente às necessidades básicas e aos padrões socialmente estabelecidos de bem-estar. À luz da perspectiva marxista, tal dado pode ser compreendido como manifestação concreta da contradição entre capital e trabalho. A remuneração da força de trabalho, determinada pelas dinâmicas do mercado, tende a limitar-se ao necessário para a reprodução do trabalhador, sem garantir efetiva emancipação econômica. A percepção de que a renda não assegura qualidade de vida pode indicar a presença de mecanismos de exploração e compressão salarial, característicos das sociedades capitalistas periféricas. Além disso, a significativa parcela que respondeu “em termos” revela um estado de adaptação ou resignação às condições materiais disponíveis, o que pode estar relacionado à naturalização da precariedade como condição estrutural. Esse elemento é particularmente relevante para a análise formativa da oficina, pois permitiu aos estudantes compreenderem que as dificuldades vivenciadas em suas

comunidades não são meramente individuais, mas resultam de determinações socioeconômicas mais amplas.

Figura 6

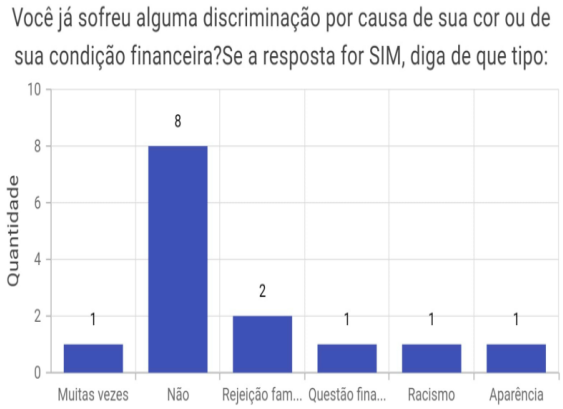



Considerando o total de 12 respostas registradas no gráfico, verifica-se uma divisão equilibrada: 50% dos participantes afirmam não realizar trabalho extra, enquanto os outros 50% indicam exercer alguma atividade complementar para reforçar a renda familiar. As atividades mencionadas concentram-se, predominantemente, em ocupações de caráter informal ou autônomo, sugerindo inserção em trabalhos de baixa estabilidade e fortemente dependentes de oportunidades eventuais. A expressão “tudo o que aparecer” revela, de maneira bastante significativa, uma condição de disponibilidade permanente para atividades diversas, o que pode indicar vulnerabilidade econômica e necessidade contínua de complementação de renda como estratégia de sobrevivência.

A análise desses dados possibilitou aos discentes perceberem a fragilidade presente no contexto social investigado, sobretudo ao compreenderem que, em muitos casos, o responsável familiar necessita assumir um segundo trabalho para tentar assegurar melhores condições de vida à esposa e aos filhos. Tal constatação contribuiu para ampliar a compreensão acerca das dificuldades enfrentadas pelas famílias no que se refere à manutenção da subsistência e à busca por estabilidade econômica. Entretanto, as problemáticas identificadas não se restringem à dimensão financeira. Conforme destacado pelos próprios discentes durante a análise, as implicações dessa realidade ultrapassam o campo econômico e alcançam outras esferas da vida social, como o tempo destinado à convivência familiar, o desgaste físico e emocional do

trabalhador e as limitações impostas à participação cultural e formativa. Desse modo, os dados coletados revelam não apenas uma questão de insuficiência de renda, mas um quadro mais amplo de precarização das condições de vida, cujos efeitos se desdobram em múltiplas dimensões da experiência humana.

Figura 7



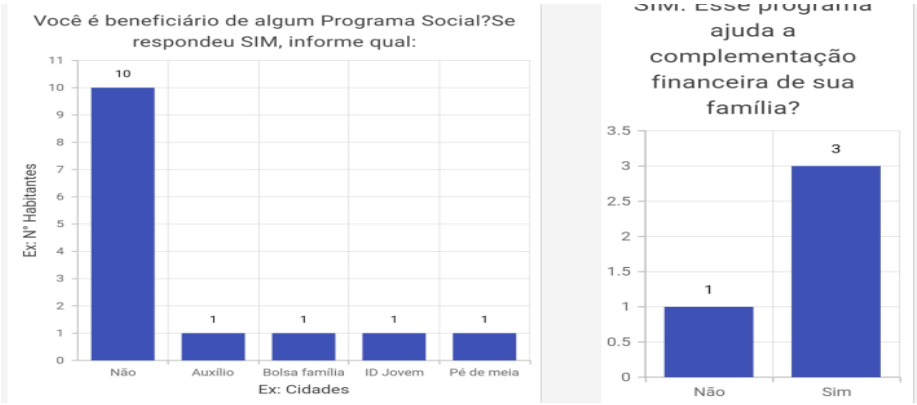

É importante destacar que, mesmo em pleno século XXI, marcado por avanços tecnológicos e pela ampliação do acesso à educação formal, ainda persistem manifestações de preconceito na sociedade. Ainda que, em alguns casos, essas manifestações possam parecer sutis ou pouco expressivas numericamente, sua existência revela a permanência de estruturas discriminatórias relacionadas tanto à cor quanto à condição financeira, conforme evidenciado pelos dados coletados na pesquisa. Tal constatação demonstra que o acesso ampliado ao processo educacional não elimina, por si só, desigualdades historicamente enraizadas.

Observa-se que a maioria dos participantes (8 respondentes) declarou não ter sofrido discriminação relacionada à cor ou à condição financeira. Entretanto, as demais respostas indicam a presença concreta de experiências discriminatórias vivenciadas por parte dos entrevistados. Embora numericamente inferiores, esses relatos não podem ser minimizados, pois evidenciam a continuidade de práticas excludentes no interior da sociedade contemporânea. A menção explícita ao racismo revela a persistência de desigualdades estruturais baseadas na dimensão racial, indicando que o preconceito racial permanece como elemento constitutivo das relações sociais. Da mesma forma, a referência à discriminação por condição financeira aponta para a existência de hierarquizações sociais fundadas na renda e no status econômico, reforçando a intersecção entre classe social e exclusão.

A resposta “muitas vezes” sugere recorrência do fenômeno discriminatório, indicando que determinadas experiências de marginalização não ocorrem de forma isolada, mas se repetem ao longo do tempo. Já a categoria “rejeição familiar” amplia o campo de análise, demonstrando que a discriminação não se restringe ao espaço público ou ao ambiente de trabalho, podendo manifestar-se também nas relações interpessoais e no âmbito doméstico. Do ponto de vista interpretativo, os dados revelam que, ainda que a maioria não declare ter sofrido discriminação direta, há evidências significativas da presença de preconceito racial e socioeconômico no contexto investigado. Isso indica que as desigualdades sociais não se limitam às dimensões materiais da renda e do trabalho, mas também se expressam em aspectos simbólicos, culturais e relacionais da vida cotidiana.

No contexto da oficina filosófica, essa temática mostrou-se particularmente relevante, pois possibilitou aos discentes compreender que as condições materiais de existência frequentemente se articulam a processos de exclusão e estigmatização social. A análise dos dados favoreceu a problematização das relações entre classe, cor e desigualdade, ampliando o horizonte crítico dos estudantes e permitindo que percebessem a complexidade das determinações sociais que estruturam a realidade para além da esfera puramente econômica.

Figura 8




O primeiro gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Você é beneficiário de algum Programa Social? Se respondeu SIM, informe qual:”

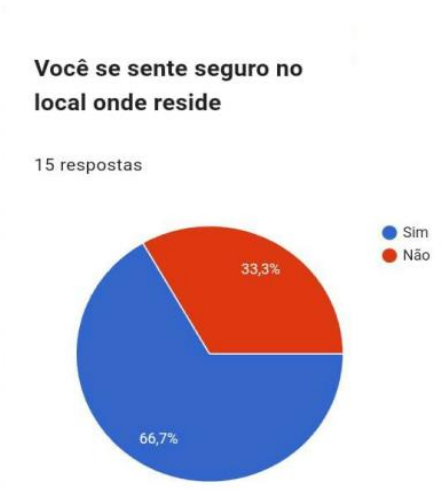
Observa-se que, do total de 14 respondentes, 10 declararam não ser beneficiários de nenhum programa social. Apenas 4 participantes afirmaram receber algum tipo de benefício, distribuídos da seguinte forma: 1 recebe Auxílio; 1 recebe Bolsa Família; 1 é beneficiário do ID Jovem;1 recebe Pé de Meia. Os dados indicam que a maioria dos entrevistados não está

inserida em políticas públicas de transferência de renda ou assistência social. No entanto, ainda que minoritária, a presença de beneficiários revela que parte do grupo depende de programas governamentais como mecanismo de apoio socioeconômico.

O segundo gráfico refere-se à pergunta: Esse programa ajuda na complementação financeira de sua família? Entre os beneficiários que responderam a essa questão, 3 afirmaram que o programa contribui positivamente para a complementação da renda familiar, enquanto 1 declarou que não há impacto significativo.

Esse resultado demonstra que, para a maioria dos que recebem benefícios sociais, tais políticas exercem papel relevante na sustentação econômica do núcleo familiar. Embora não representem, necessariamente, solução definitiva para as limitações financeiras, os programas sociais aparecem como mecanismos de suporte que auxiliam na manutenção das condições básicas de subsistência. A análise conjunta dos dois gráficos permite afirmar que, embora a maior parte dos entrevistados não seja beneficiária de programas sociais, aqueles que recebem algum tipo de auxílio reconhecem sua importância como complemento da renda familiar. Tal dado revela a função mitigadora dessas políticas diante de contextos de baixa remuneração e instabilidade econômica previamente identificados na pesquisa. Além disso, a presença de programas como Bolsa Família e Pé de Meia evidencia a atuação do Estado na tentativa de reduzir desigualdades sociais por meio de políticas de transferência de renda e incentivo à permanência escolar. Contudo, o número reduzido de beneficiários no grupo investigado também sugere que parte significativa dos sujeitos, mesmo inserida em contexto de vulnerabilidade, não acessa tais políticas públicas.

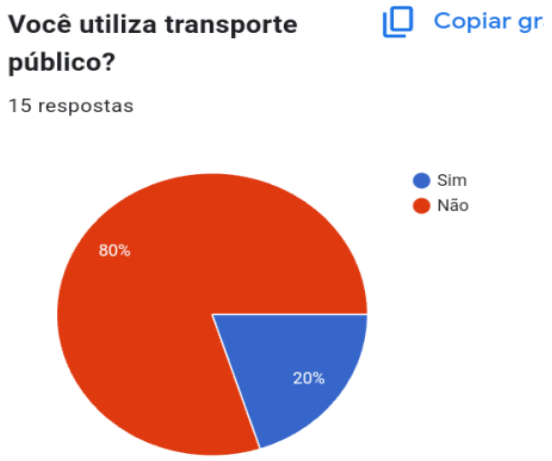
Figura 9



O gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Você se sente seguro no local onde reside?”, com um total de 15 respostas. Observa-se que 66,7% dos participantes afirmaram sentir-se seguros, enquanto 33,3% declararam não se sentir seguros em seu local de moradia. Em termos proporcionais, isso significa que, embora a maioria relate sensação de segurança, um terço dos respondentes vivencia percepção de insegurança no espaço em que reside. Esse dado revela uma realidade social ambígua. Por um lado, há predominância da percepção de segurança; por outro, o percentual de 33,3% não pode ser considerado irrelevante, pois representa uma parcela significativa da amostra. A sensação de insegurança pode estar associada a fatores como violência urbana, precariedade de infraestrutura, ausência de políticas públicas eficazes de segurança ou vulnerabilidade social. Quando analisado em conjunto com os dados anteriores especialmente aqueles relacionados à baixa renda e à necessidade de trabalho extra, o resultado sugere que a insegurança pode estar vinculada a contextos territoriais marcados por desigualdades socioeconômicas. A literatura sociológica aponta que regiões com menor investimento público e maiores índices de vulnerabilidade social tendem a apresentar maior exposição a situações de risco, o que impacta diretamente a percepção subjetiva de segurança dos moradores. Além disso, a sensação de insegurança não afeta apenas a dimensão física da vida social, mas também interfere em aspectos psicológicos e formativos. Viver em contextos marcados pelo medo ou pela instabilidade pode comprometer a qualidade de vida, o bem-estar e até mesmo as condições de aprendizagem dos sujeitos, uma vez que a segurança constitui elemento fundamental para o desenvolvimento humano pleno.

Seguindo a linha de pensamento e proposta da oficina filosófica, essa questão permitiu ampliar a reflexão dos discentes para além das categorias estritamente econômicas, evidenciando que as condições materiais de existência se articulam com fatores territoriais e estruturais que influenciam diretamente a experiência cotidiana dos sujeitos. Assim, a análise do gráfico contribuiu para uma compreensão mais abrangente da realidade social investigada, integrando dimensões econômicas, sociais e espaciais na leitura crítica do contexto.

Figura 10




O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Você utiliza transporte público?”, com um total de 15 respostas. Os dados indicam que 80% dos participantes afirmaram não utilizar transporte público, enquanto apenas 20% declararam fazer uso desse serviço. Esse resultado revela que a ampla maioria dos entrevistados não depende diretamente do sistema público de transporte para sua locomoção cotidiana. A baixa utilização do transporte público pode estar associada a diferentes fatores, tais como a proximidade entre residência e local de trabalho, a utilização de transporte particular (motocicletas, bicicletas ou veículos próprios) ou ainda a insuficiência e precariedade do serviço público oferecido. Em muitos contextos urbanos brasileiros, o transporte coletivo enfrenta problemas relacionados à irregularidade, superlotação, insegurança e deficiência na cobertura territorial, o que pode desestimular seu uso. Quando articulado aos dados socioeconômicos anteriormente analisados especialmente aqueles referentes à baixa renda e à necessidade de trabalho extra, esse resultado suscita reflexão. Em contextos de renda reduzida, a não utilização do transporte público pode indicar tanto limitação de recursos para custear tarifas quanto estratégias alternativas de mobilidade, como deslocamentos a pé ou por meio de transporte informal. Além disso, a mobilidade urbana constitui elemento fundamental para o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos serviços públicos em geral. Assim, a restrição ou dificuldade de acesso ao transporte público pode impactar diretamente as oportunidades de inserção social e econômica dos sujeitos, reforçando desigualdades territoriais.

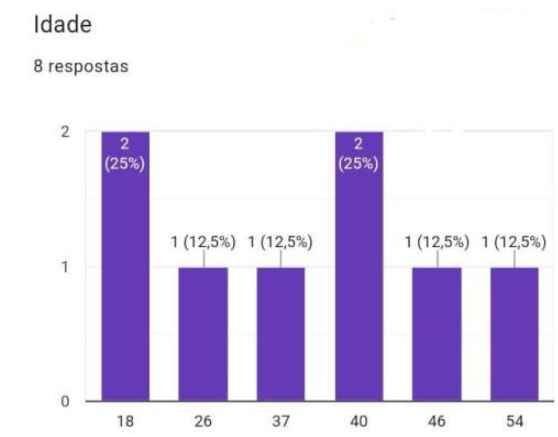
A partir da análise dos dados, pode-se concluir que a maior parte dos cidadãos não possui condições de vida satisfatórias no que se refere aos aspectos econômicos, educacionais e de acesso à saúde. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ações efetivas por parte do

Governo Federal, dos governos estaduais e também da sociedade civil, com vistas à promoção de melhorias nas condições de vida da população. Diante dos problemas identificados pelo grupo, com base nas análises oriundas da pesquisa, foram apresentadas alternativas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da comunidade investigada. Tais propostas estão diretamente relacionadas ao fortalecimento da educação, à ampliação do acesso ao emprego, à inclusão digital e à melhoria dos serviços de saúde, constituindo-se como caminhos possíveis para a redução das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento humano.

GRUPO 2

O gráfico abaixo apresenta a distribuição etária dos participantes da pesquisa, totalizando 8 respostas. Observa-se que as idades registradas variam entre 18 e 54 anos, indicando a presença de indivíduos pertencentes a diferentes fases da vida adulta.

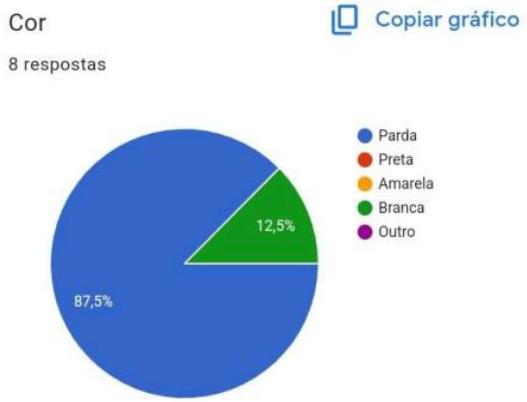
Figura 11




Entre os participantes, verifica-se que as idades de 18 anos e 40 anos apresentam maior frequência, cada uma com 2 respondentes, representando 25% do total. As demais idades registradas — 26, 37, 46 e 54 anos — aparecem com 1 respondente cada, correspondendo individualmente a 12,5% da amostra. Essa distribuição revela uma diversidade etária entre os participantes, reunindo tanto indivíduos mais jovens quanto sujeitos com maior experiência de vida e, possivelmente, de inserção no mundo do trabalho. A presença de participantes mais jovens, como aqueles com 18 anos, pode indicar indivíduos em fase inicial de inserção social e profissional, enquanto os participantes com idades mais elevadas podem contribuir com percepções fundamentadas em trajetórias mais longas de vivência social e laboral. Essa heterogeneidade etária é relevante para a análise da pesquisa, pois permite que as respostas

reflitam diferentes experiências e perspectivas sobre as condições sociais investigadas. Dessa forma, o conjunto de dados obtidos tende a apresentar maior riqueza interpretativa, uma vez que incorpora percepções oriundas de sujeitos situados em distintas etapas do ciclo de vida.

Figura 12




O gráfico acima apresenta a autodeclaração de cor/raça dos participantes da pesquisa, totalizando 8 respostas. Observa-se que 87,5% dos respondentes se autodeclaram pardos, enquanto 12,5% se identificam como brancos. Não houve registros de participantes que se declarassem pretos, amarelos ou pertencentes à categoria “outro”. Essa distribuição revela que a grande maioria dos participantes pertence à categoria parda, evidenciando a predominância desse grupo na composição da amostra investigada. No contexto social brasileiro, a categoria parda frequentemente está associada à população negra ampliada, conforme a classificação adotada por instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera a soma das categorias pretos e pardos para análises relacionadas à desigualdade racial. A predominância de participantes pardos também pode refletir características demográficas das comunidades investigadas, nas quais a população historicamente marcada por processos de miscigenação e desigualdade social se apresenta de forma significativa. Esse dado torna-se relevante quando analisado em conjunto com outros indicadores socioeconômicos, como renda, acesso a serviços públicos e inserção no mundo do trabalho, uma vez que no Brasil há forte correlação entre desigualdades raciais e desigualdades de classe. Do ponto de vista analítico, a composição racial da amostra contribui para compreender melhor as condições sociais vivenciadas pelos participantes, permitindo relacionar aspectos econômicos, culturais e históricos que influenciam suas experiências cotidianas. Dessa forma, a análise da variável cor/raça não se limita à caracterização demográfica dos respondentes, mas integra-se à

compreensão mais ampla das estruturas sociais que condicionam as oportunidades e as desigualdades presentes na realidade investigada.

O gráfico presente apresenta a distribuição do nível de escolaridade dos participantes da pesquisa, totalizando 8 respostas.

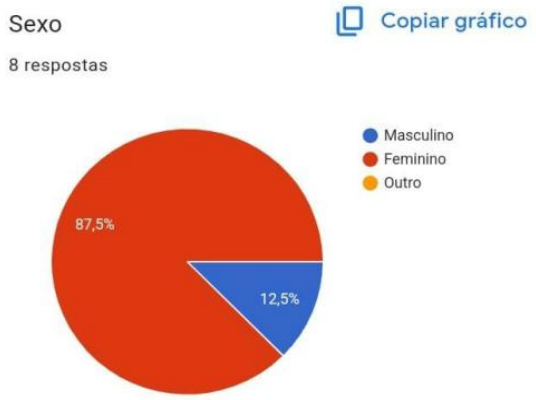
Figura 13




Observa-se que 62,5% dos entrevistados possuem ensino médio completo, representando a maioria do grupo investigado. Além disso, 25% dos participantes declararam possuir ensino fundamental incompleto, enquanto 12,5% informaram possuir ensino superior incompleto. Não houve registros de participantes com ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino superior completo ou pós-graduação. A predominância de indivíduos com ensino médio completo indica que a maior parte dos participantes alcançou a etapa final da educação básica, o que pode contribuir para um nível mínimo de escolarização necessário à inserção em determinados setores do mercado de trabalho. Entretanto, a presença de participantes com ensino fundamental incompleto demonstra que ainda há indivíduos com trajetórias educacionais interrompidas ou marcadas por dificuldades de permanência no sistema educacional. A existência de participantes com ensino superior incompleto também evidencia que alguns sujeitos iniciaram processos de formação em nível superior, mas, por diferentes razões como limitações econômicas, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho ou dificuldades estruturais não concluíram essa etapa da formação acadêmica. Do ponto de vista analítico, esses dados revelam um perfil educacional predominantemente vinculado à educação básica, com acesso limitado ao ensino superior. Tal realidade reflete desafios históricos enfrentados por parcelas significativas da população brasileira, especialmente aquelas inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, nos quais a continuidade dos estudos muitas

vezes é interrompida pela necessidade de trabalhar ou pela falta de condições materiais adequadas.

Figura 14




O gráfico acima mostra a distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com o sexo, podemos observa que 87,5% dos respondentes são do sexo feminino, enquanto 12,5% são do sexo masculino. Não houve registros de participantes que se identificassem com a categoria “outro”. A presença majoritária de mulheres também pode refletir aspectos sociais mais amplos, como a maior participação feminina em determinadas atividades comunitárias ou em processos de pesquisa e interação social.

O gráfico abaixo apresenta os resultados referentes à renda mensal dos participantes da pesquisa, totalizando 8 respostas. Observa-se que 62,5% dos entrevistados declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto 37,5% afirmaram não possuir salário mínimo ou renda fixa. Não foram registradas respostas nas faixas de renda entre 3 e 5 salários mínimos ou entre 5 e 10 salários mínimos.

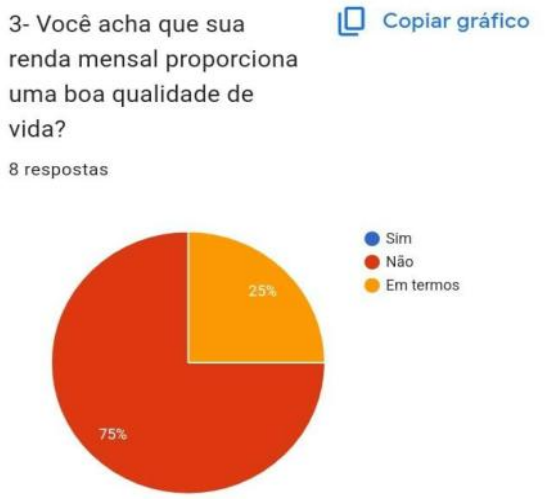
Figura 15



Esses dados evidenciam uma concentração significativa nas faixas de menor rendimento, indicando que a totalidade dos participantes se encontra em situação de baixa renda. A predominância de indivíduos que recebem entre 1 e 2 salários mínimos revela que grande parte dos respondentes possui rendimentos limitados, o que pode impactar diretamente suas condições de vida, acesso a bens e serviços e oportunidades de mobilidade social. Além disso, o percentual de participantes que declararam não possuir renda fixa ou salário mínimo demonstra a presença de situações de vulnerabilidade econômica no grupo investigado. Essa condição pode estar relacionada a fatores como desemprego, informalidade ou inserção precária no mercado de trabalho, aspectos frequentemente observados em contextos sociais marcados por desigualdades estruturais.

O presente gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Você acha que sua renda mensal proporciona uma boa qualidade de vida?”, com um total de 8 respostas.

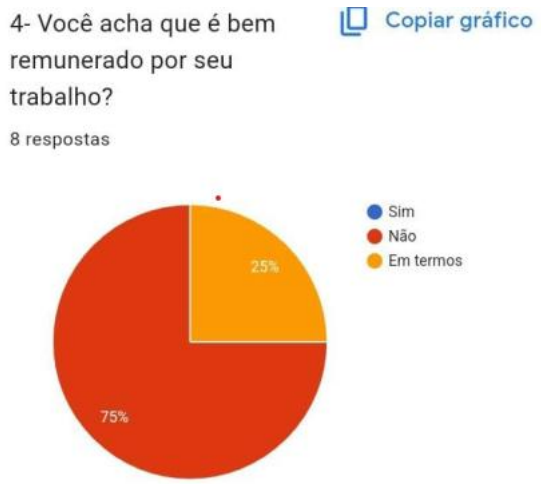
Figura 16




Observamos que 75% dos participantes responderam que não, enquanto 25% afirmaram que apenas em termos a renda permite uma qualidade de vida satisfatória. Não houve registros de participantes que responderam afirmativamente à pergunta. Esses dados indicam que a totalidade dos entrevistados demonstra algum nível de insatisfação em relação à capacidade de sua renda mensal garantir condições adequadas de vida. O fato de a maioria expressiva (75%) afirmar que a renda não proporciona boa qualidade de vida evidencia a percepção de insuficiência financeira para atender plenamente às necessidades básicas e às demandas cotidianas. A presença de 25% de respostas classificadas como “em termos” sugere uma percepção intermediária, na qual a renda pode ser suficiente para suprir algumas necessidades

essenciais, mas não garante estabilidade econômica, conforto ou segurança financeira. Essa resposta demonstra que, mesmo entre aqueles que não negam completamente a utilidade da renda para sua subsistência, há reconhecimento de limitações significativas nas condições materiais de vida. Quando analisados em conjunto com os dados referentes à renda mensal que indicam concentração nas faixas de menor rendimento esses resultados tornam-se ainda mais significativos. A predominância de rendas entre 1 e 2 salários mínimos e a presença de participantes sem renda fixa ajudam a explicar a percepção generalizada de que os rendimentos obtidos não são suficientes para garantir uma boa qualidade de vida. Do ponto de vista analítico, esse resultado evidencia a existência de condições socioeconômicas marcadas por limitações materiais e vulnerabilidade financeira. A percepção de insuficiência da renda pode influenciar diretamente diversos aspectos da vida social dos sujeitos, como acesso a serviços, oportunidades de educação, mobilidade social e bem-estar.

Figura 17




No gráfico acima segue com resultados da pergunta: “Você acha que é bem remunerado por seu trabalho?”. Observa-se que 75% dos participantes afirmaram que não se consideram bem remunerados, enquanto 25% responderam que apenas em termos se sentem adequadamente remunerados. Não houve registros de respostas afirmativas indicando plena satisfação com a remuneração recebida. Esses dados revelam um cenário significativo de insatisfação em relação à remuneração do trabalho entre os participantes da pesquisa. A maioria expressiva dos respondentes demonstra perceber que o valor recebido por suas atividades laborais não corresponde de forma adequada ao esforço, ao tempo dedicado ou às necessidades de subsistência cotidiana. A presença de respostas classificadas como “em termos” sugere que, embora parte dos participantes reconheça algum nível de compensação financeira pelo trabalho

realizado, essa remuneração ainda é considerada insuficiente ou limitada. Tal percepção pode estar associada a fatores como baixos salários, instabilidade laboral ou ausência de benefícios trabalhistas que contribuam para melhores condições de vida. Quando analisados em conjunto com os dados referentes à renda mensal e à percepção de qualidade de vida, esses resultados reforçam a existência de um quadro de vulnerabilidade econômica entre os participantes. A predominância de rendimentos concentrados nas faixas de menor salário contribui para explicar a insatisfação com a remuneração recebida e a percepção de que o trabalho realizado não proporciona retorno financeiro adequado.

Figura 18



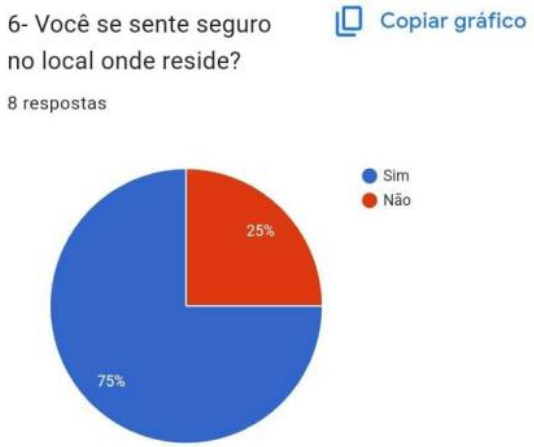

O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Você realiza algum trabalho extra para complementar sua renda familiar?”, considerando um total de 8 respostas. Observa-se que 87,5% dos participantes afirmaram não realizar trabalho extra, enquanto 12,5% declararam exercer alguma atividade adicional para complementar a renda familiar.

Esse resultado indica que a grande maioria dos entrevistados não possui uma segunda fonte de renda por meio de atividades complementares. Entretanto, ao analisar esse dado em conjunto com as informações anteriormente apresentadas especialmente aquelas relacionadas à renda mensal e à percepção de baixa remuneração, percebe-se que a ausência de trabalho extra não necessariamente significa estabilidade financeira ou conforto econômico. A partir das respostas abertas fornecidas pelos participantes que afirmaram realizar alguma atividade complementar, foram identificadas duas ocupações específicas: venda de frutas e trabalho em função de caixa.

Essas atividades indicam inserção em ocupações de caráter mais informal ou em funções de baixa remuneração, frequentemente associadas a estratégias de sobrevivência econômica adotadas por indivíduos que buscam ampliar sua renda familiar. A venda de frutas, por exemplo, pode estar relacionada a atividades autônomas ou informais, que dependem diretamente da iniciativa individual e da disponibilidade de mercado local. Já a função de caixa, embora possa ocorrer em ambiente formal de trabalho, também pode aparecer em ocupações temporárias ou em estabelecimentos de pequeno porte, muitas vezes caracterizados por condições de trabalho menos estáveis. Essas informações reforçam a compreensão de que, mesmo quando existe a possibilidade de complementação de renda, as atividades desempenhadas geralmente se concentram em setores de baixa remuneração e pouca estabilidade. Dessa forma, a realização de trabalho extra pode ser interpretada como uma estratégia de enfrentamento das limitações econômicas enfrentadas pelos sujeitos.

A pergunta: “Você se sente seguro no local onde reside?”, considerando um total de 8 respostas. Foi observado que 75% dos participantes afirmaram sentir-se seguros em seu local de moradia, enquanto 25% declararam não se sentir seguros.

Figura 19



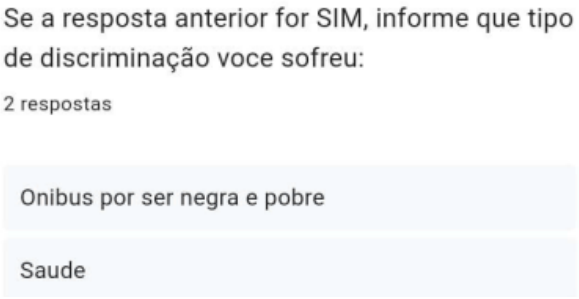

Esse resultado indica que a maioria dos entrevistados possui uma percepção positiva em relação à segurança do ambiente em que vive. Entretanto, o percentual de participantes que relatam sentir-se inseguros não pode ser considerado irrelevante, uma vez que representa uma parcela significativa da amostra investigada. A sensação de insegurança pode estar relacionada a diversos fatores, como a presença de violência urbana, ausência de infraestrutura adequada, deficiência na atuação de políticas públicas de segurança ou mesmo condições sociais e econômicas que tornam determinadas regiões mais vulneráveis. Assim, ainda que a maior parte

dos participantes relate sentir-se segura, a existência de indivíduos que percebem o ambiente como inseguro evidencia a presença de desafios relacionados à qualidade de vida e às condições sociais das comunidades investigadas. Quando analisado em conjunto com os dados socioeconômicos apresentados anteriormente especialmente aqueles relacionados à renda e às condições de trabalho , esse resultado sugere que a segurança também está diretamente vinculada às condições materiais de existência e à organização social do espaço urbano.

Figura 20




Figura 21




O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Você já sofreu alguma discriminação por causa de sua cor ou de sua condição financeira?”, 75% dos participantes afirmaram não ter sofrido discriminação, enquanto 25% relataram já ter vivenciado algum tipo de preconceito relacionado à cor ou à condição financeira. Embora a maioria dos entrevistados tenha indicado não ter passado por situações de discriminação, o percentual de participantes que relatou experiências dessa natureza não deve ser ignorado. Mesmo representando uma parcela menor da amostra, tais relatos evidenciam a presença de práticas discriminatórias no contexto social investigado. A partir da pergunta complementar “Se a resposta anterior for SIM, informe que tipo de discriminação você sofreu”, foram identificadas duas situações específicas relatadas pelos participantes. Uma delas refere-se a episódios ocorridos no transporte público, em que o respondente afirma ter sofrido discriminação por ser “negra e pobre”. A outra menção está relacionada ao acesso à saúde, indicando que o participante percebeu tratamento discriminatório nesse espaço institucional. Esses relatos demonstram que a discriminação pode manifestar-se em diferentes contextos da vida social, incluindo serviços públicos e espaços de

circulação cotidiana. Esses dados revelam que as experiências de preconceito não se restringem apenas às relações interpessoais, mas podem ocorrer também em ambientes institucionais que deveriam garantir acesso universal e tratamento igualitário aos cidadãos. Tal constatação reforça a necessidade de compreender a discriminação como um fenômeno social complexo, associado a estruturas históricas de desigualdade racial e econômica.

Figura 22




Seguindo a pergunta “Você utiliza transporte público?”, constatado no gráfico acima considerando um total de 8 respostas. Observa-se que 75% dos participantes afirmaram não utilizar transporte público, enquanto 25% declararam fazer uso desse serviço em seu cotidiano. Esse resultado indica que a maioria dos entrevistados não depende diretamente do transporte público como principal meio de deslocamento. A baixa utilização desse serviço pode estar associada a diversos fatores, como a proximidade entre o local de residência e o local de trabalho, o uso de meios de transporte alternativos como motocicletas, bicicletas ou deslocamento a pé ou até mesmo limitações relacionadas à oferta e qualidade do transporte público disponível na região. A reduzida utilização do transporte coletivo também pode refletir questões estruturais presentes em muitos contextos urbanos brasileiros, onde os serviços de transporte público frequentemente enfrentam desafios relacionados à cobertura territorial, frequência de circulação, conforto e segurança. Tais fatores podem influenciar diretamente a decisão dos indivíduos em optar por outros meios de locomoção.

O gráfico abaixo apresenta os resultados da pergunta: “Você é beneficiário de algum programa social?”, podemos observar que 62,5% dos participantes afirmaram não receber

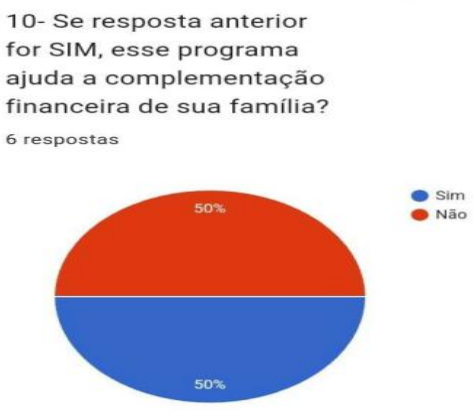
nenhum tipo de benefício social, enquanto 37,5% declararam ser beneficiários de algum programa governamental de assistência social.

Figura 23




Esse resultado indica que, embora a maioria dos entrevistados não esteja vinculada diretamente a programas de transferência de renda ou políticas sociais, uma parcela significativa dos participantes depende desses mecanismos de apoio para complementar suas condições de subsistência. A presença de beneficiários de programas sociais na amostra revela a importância dessas políticas públicas como instrumentos de mitigação das desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade. A partir da pergunta complementar “Se a resposta anterior for SIM, informe qual”, foram identificados alguns programas específicos mencionados pelos participantes. Entre eles destacam-se o Bolsa Família e o Programa Pé-de-Meia, além de uma resposta que menciona diretamente o benefício relacionado ao auxílio familiar.

Figura 24



O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Se a resposta anterior for SIM, esse programa ajuda na complementação financeira de sua família?”, considerando um total de 6 respostas. Os dados indicam uma divisão equilibrada entre as opiniões dos participantes: 50% afirmaram que o programa social contribui para a complementação da renda familiar, enquanto os outros 50% responderam que o benefício não exerce influência significativa nesse aspecto. Esse resultado evidencia uma percepção dividida entre os entrevistados acerca da efetividade dos programas sociais como instrumento de apoio econômico às famílias.

Para metade dos participantes, os benefícios recebidos representam um recurso importante para auxiliar nas despesas domésticas, contribuindo para a melhoria das condições materiais de subsistência. Nesse sentido, os programas sociais podem atuar como mecanismos de proteção social, reduzindo parcialmente os impactos das desigualdades econômicas e oferecendo algum suporte financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, a outra metade dos respondentes afirma que os programas sociais não são suficientes para complementar de maneira significativa a renda familiar. Essa percepção pode estar associada ao valor limitado dos benefícios, que muitas vezes não consegue atender plenamente às necessidades básicas das famílias, especialmente em contextos marcados pelo aumento do custo de vida e pela precarização das condições de trabalho.

Na perspectiva do grupo, as análises dos gráficos obtidos por meio do formulário permitiram uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada, evidenciando padrões relevantes. Entre os principais achados, destaca-se que a maioria das pessoas entrevistadas é do sexo feminino, se identifica como parda, possui ensino médio completo e recebe entre um e dois salários mínimos. Esses dados demonstram que, embora exista um nível básico de escolarização, os rendimentos obtidos não proporcionam uma boa qualidade de vida, revelando limitações econômicas que impactam diretamente as condições sociais dos participantes. Nesse sentido, o estudo reforça a importância da coleta e interpretação de dados como instrumentos fundamentais para identificar desafios e propor soluções que promovam o desenvolvimento social.

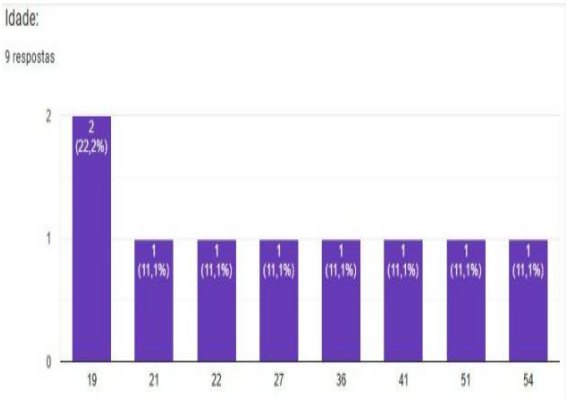
A análise evidenciou que os entrevistados não estão satisfeitos com os salários que recebem e que, em muitos casos, a formação educacional não tem sido suficiente para garantir melhores oportunidades no mercado de trabalho. Tal realidade aponta para a necessidade de políticas públicas e ações sociais voltadas à ampliação das possibilidades de inserção profissional e à melhoria da renda.

Com base nos dados obtidos e nas análises realizadas, elaborou-se uma proposta de intervenção com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos participantes. Para tanto, sugere-se a promoção de feiras de emprego e redes de oportunidades, com a finalidade de conectar os candidatos a melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Além disso, propõe-se a criação de parcerias entre empresas locais e agências de recrutamento, visando ampliar a oferta de vagas e facilitar o acesso dos trabalhadores às oportunidades disponíveis. Outra ação relevante consiste na implementação de oficinas gratuitas de capacitação profissional, voltadas ao desenvolvimento de habilidades técnicas e competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Essa proposta justifica-se pelas fragilidades identificadas na comunidade analisada, tornando necessária a promoção de atividades que ampliem as possibilidades de inserção profissional dos participantes. Tais iniciativas podem contribuir para a formação de profissionais mais qualificados e, consequentemente, para a obtenção de melhores remunerações. Dessa forma, a proposta de intervenção busca não apenas ampliar o acesso ao emprego, mas também promover o desenvolvimento social e econômico dos sujeitos envolvidos, favorecendo a construção de melhores condições de vida e a redução das desigualdades identificadas na pesquisa.

GRUPO 3

Figura 25

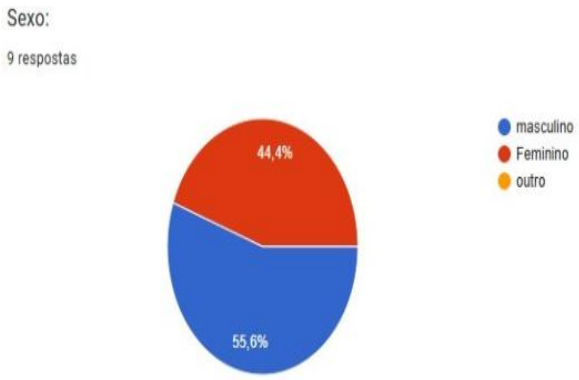



O gráfico apresenta a distribuição das idades dos participantes da pesquisa, considerando um total de 9 respostas. Observamos que a faixa etária dos entrevistados apresenta certa diversidade, variando entre 19 e 54 anos de idade, o que indica a presença de indivíduos

pertencentes a diferentes momentos do ciclo da vida adulta. Entre as idades registradas, destaca-se que 19 anos apresenta a maior frequência, correspondendo a 2 participantes (22,2%) da amostra. As demais idades aparecem de forma isolada, cada uma representando 1 participante (11,1%). Entre elas estão 21, 22, 27, 36, 41, 51 e 54 anos. Essa distribuição demonstra que, embora haja predominância de indivíduos mais jovens especialmente na faixa etária próxima aos 19 anos , o grupo investigado também inclui pessoas com maior experiência de vida, o que amplia a diversidade de perspectivas presentes nas respostas coletadas.

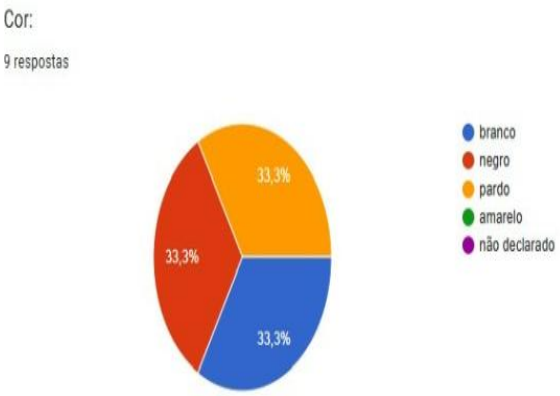
O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos participantes da pesquisa segundo o sexo, considerando um total de 9 respostas. Observa-se que 55,6% dos entrevistados se identificam como do sexo masculino, enquanto 44,4% se identificam como do sexo feminino. Não foram registradas respostas na categoria “outro”.

Figura 26




Essa distribuição demonstra uma participação relativamente equilibrada entre homens e mulheres na amostra investigada, embora haja uma leve predominância de participantes do sexo masculino. A diferença percentual entre os dois grupos é pequena, o que contribui para uma representação relativamente diversa no que se refere ao perfil dos respondentes. Do ponto de vista analítico, a presença de participantes de ambos os sexos permite ampliar a compreensão das diferentes experiências sociais relacionadas a temas como trabalho, renda, qualidade de vida e acesso a direitos. Homens e mulheres podem vivenciar de maneiras distintas as condições socioeconômicas e as dinâmicas do mundo do trabalho, o que torna relevante considerar essa variável na interpretação dos dados coletados.

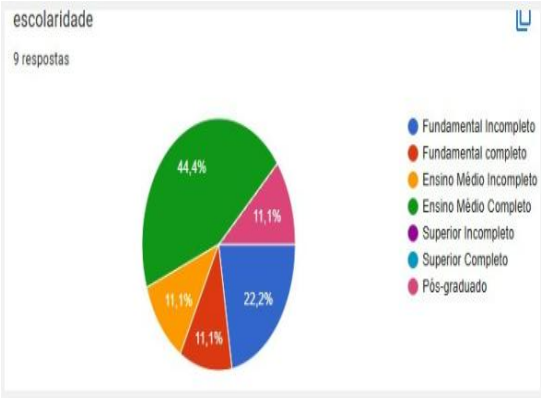
Figura 27




Em relação a cor o gráfico acima demostra a distribuição dos participantes da pesquisa segundo a autodeclaração de cor ou raça, considerando um total de 9 respostas. Observa-se que a amostra está dividida de forma equilibrada entre três categorias principais: 33,3% dos participantes se autodeclararam brancos, 33,3% se autodeclararam negros e 33,3% se autodeclararam pardos. Não foram registradas respostas nas categorias amarelo ou não declarado. Essa distribuição demonstra uma diversidade racial relativamente equilibrada entre os participantes da pesquisa, evidenciando a presença de diferentes grupos raciais na composição da amostra. A divisão igualitária entre as três categorias principais indica que o levantamento conseguiu contemplar perspectivas variadas no que se refere à experiência social relacionada à identidade racial.

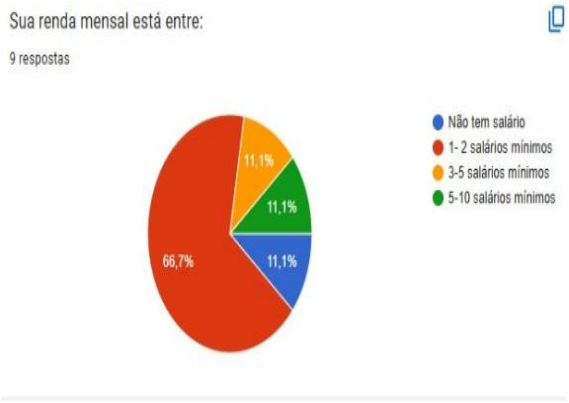
O nível de escolaridade dos participantes da pesquisa é demostrado considerando um total de 9 respostas. Observa-se que 44,4% dos entrevistados possuem ensino médio completo, representando a maior parcela da amostra. Esse dado indica que quase metade dos participantes concluiu a etapa básica da educação formal, o que pode influenciar diretamente na forma como esses indivíduos compreendem e analisam questões sociais, econômicas e políticas.

Figura 28



Além disso, 22,2% dos participantes declararam possuir ensino fundamental incompleto, evidenciando que uma parte dos entrevistados não concluiu as etapas iniciais da educação básica. Outras categorias aparecem com menor representatividade, cada uma correspondendo a 11,1% das respostas. Entre elas estão os participantes que possuem ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e pós-graduação. Esses dados demonstram que a amostra apresenta um nível de escolaridade relativamente diversificado, contemplando diferentes trajetórias educacionais.

Figura 29




O gráfico acima apresenta a distribuição da renda mensal dos participantes da pesquisa, considerando um total de 9 respostas. Observa-se que a maior parte dos entrevistados, 66,7%, declarou receber entre 1 e 2 salários mínimos, o que representa a predominância dessa faixa de renda na amostra analisada. Esse dado indica que a maioria dos participantes se encontra em uma condição econômica caracterizada por rendimentos relativamente baixos, situação comum em diversos segmentos da população trabalhadora brasileira. 11,1% dos entrevistados afirmaram não possuir salário, o que pode indicar situações de desemprego, trabalho informal sem remuneração fixa ou dependência de outras fontes de sustento, como familiares ou programas sociais. Essa condição evidencia a presença de vulnerabilidade econômica entre parte dos participantes da pesquisa. Outros 11,1% declararam possuir renda entre 3 e 5 salários mínimos, indicando uma condição financeira relativamente mais estável quando comparada à maioria da amostra. Por fim, 11,1% dos participantes informaram receber entre 5 e 10 salários mínimos, representando a menor parcela com rendimentos mais elevados dentro do grupo investigado. De modo geral, os dados revelam uma concentração significativa dos participantes nas faixas de renda mais baixas, especialmente entre 1 e 2 salários mínimos. Essa distribuição reforça a compreensão de que grande parte dos entrevistados está inserida em contextos

socioeconômicos caracterizados por limitações financeiras e possíveis dificuldades para garantir melhores condições de vida.

Figura 30




Seguindo resultados da pergunta: “Você acha que sua renda mensal proporciona uma boa qualidade de vida?”, considerando um total de 9 respostas. Os dados revelam diferentes percepções entre os participantes acerca da relação entre renda e qualidade de vida. É observado que 44,4% dos entrevistados afirmaram que sua renda mensal não proporciona uma boa qualidade de vida, representando a maior parcela das respostas. Esse resultado indica que uma parte significativa dos participantes percebe sua condição financeira como insuficiente para garantir condições adequadas de bem-estar, estabilidade econômica e acesso pleno a bens e serviços necessários para uma vida digna. Por outro lado, 33,3% dos participantes afirmaram que sua renda proporciona uma boa qualidade de vida. Esse grupo demonstra uma percepção mais positiva em relação às suas condições financeiras, sugerindo que, para esses indivíduos, o rendimento obtido é suficiente para atender às necessidades básicas e garantir certo nível de conforto. Além disso, 22,2% dos entrevistados responderam “em termos”, indicando uma percepção intermediária. Essa resposta sugere que, embora a renda possa atender parcialmente às necessidades cotidianas, ainda existem limitações que impedem uma avaliação plenamente positiva das condições de vida.

Figura 31



O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Você acha que é bem remunerado por seu trabalho?”, considerando um total de 9 respostas. A análise dos dados revela diferentes percepções entre os participantes acerca da relação entre trabalho realizado e remuneração recebida. Em 66,7% dos entrevistados afirmaram que se consideram bem remunerados por seu trabalho, representando a maior parcela das respostas. Esse resultado indica que a maioria dos participantes possui uma percepção positiva em relação à compensação financeira recebida por suas atividades profissionais, sugerindo que, para esses indivíduos, a remuneração atende ou corresponde às expectativas relacionadas ao trabalho desempenhado. Por outro lado, 22,2% dos participantes afirmaram que não se consideram bem remunerados, indicando insatisfação com o valor recebido por suas atividades laborais. Esse dado evidencia que uma parcela dos entrevistados percebe uma discrepância entre o esforço ou o trabalho realizado e a remuneração obtida, o que pode refletir situações de desvalorização profissional ou limitações nas condições de trabalho. Além disso, 11,1% dos respondentes optaram pela alternativa “em termos”, o que sugere uma avaliação intermediária da remuneração. Nesse caso, os participantes reconhecem que a remuneração pode atender parcialmente às suas necessidades, mas ainda apresenta limitações que impedem uma avaliação plenamente satisfatória.

O gráfico abaixo apresenta os resultados da pergunta: “Você realiza algum trabalho extra para complementar sua renda familiar?”, considerando um total de 9 respostas. Os dados revelam que 88,9% dos participantes afirmaram não realizar nenhum trabalho extra, enquanto 11,1% indicaram outra opção de resposta, sugerindo a existência de uma situação intermediária ou distinta das alternativas principais apresentadas no questionário.

Figura 32

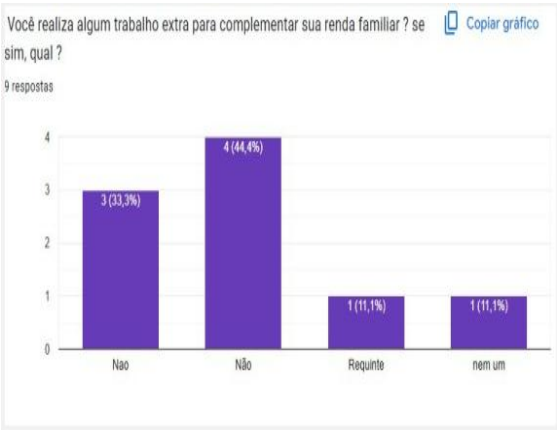



Não foram registradas respostas na opção “sim”. Esses resultados demonstram que a grande maioria dos entrevistados não exerce atividades adicionais com o objetivo de complementar sua renda familiar. Esse dado pode estar relacionado a diferentes fatores, como

a ausência de oportunidades de trabalho complementar, limitações de tempo devido às jornadas de trabalho já existentes ou mesmo dificuldades estruturais para acessar outras fontes de renda. Por outro lado, a presença de uma pequena parcela de respostas em uma categoria alternativa indica que existem situações específicas que não se enquadram totalmente nas opções tradicionais de “sim” ou “não”. Isso pode representar atividades eventuais, informais ou esporádicas que não são percebidas pelos participantes como um trabalho extra regular. Do ponto de vista analítico, esses dados revelam que a maior parte dos participantes depende exclusivamente de sua principal fonte de renda, sem recorrer a outras atividades para ampliar seus rendimentos. Esse aspecto pode indicar uma limitação nas estratégias de complementação financeira das famílias investigadas, especialmente em contextos socioeconômicos marcados por restrições de oportunidades de trabalho.

O gráfico abaixo apresenta os resultados da pergunta complementar: “Se sim, qual trabalho extra você realiza para complementar sua renda familiar?”, considerando um total de 9 respostas. A análise dos dados indica que a maior parte dos participantes reafirmou não realizar nenhum tipo de trabalho extra, o que aparece em diferentes formas de resposta.

Figura 33

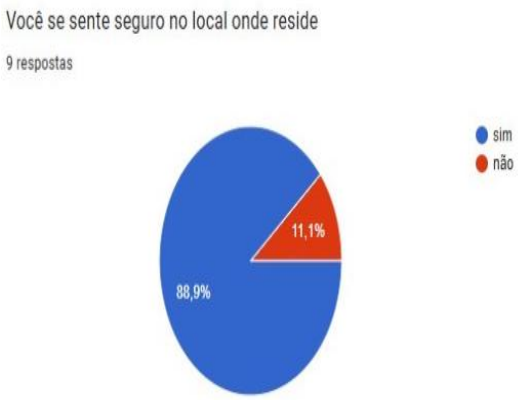



Observa-se que 44,4% dos participantes responderam “Não”, enquanto 33,3% responderam “Não” — variação que provavelmente ocorreu devido à forma de registro das respostas no questionário. Somadas, essas duas categorias representam 77,7% dos entrevistados, reforçando o dado apresentado anteriormente de que a maioria não exerce atividades complementares para ampliar sua renda familiar. Entre os participantes que indicaram algum tipo de atividade, 11,1% mencionaram a realização de serviços relacionados a “Requinte”, enquanto 11,1% responderam “nem um”, indicando novamente ausência de trabalho extra. Embora apareçam pequenas variações nas respostas, os dados demonstram que

apenas uma parcela muito reduzida dos entrevistados realiza alguma atividade adicional para gerar renda. Deste modo, os resultados evidenciam que a grande maioria dos participantes depende exclusivamente de sua principal fonte de renda, não recorrendo a trabalhos complementares para ampliar seus ganhos financeiros. Essa realidade pode estar relacionada a fatores como a falta de oportunidades de trabalho extra, limitações de tempo decorrentes da jornada de trabalho principal ou dificuldades estruturais para acessar atividades complementares.

É representado no gráfico abaixo os resultados da pergunta: “Você se sente seguro no local onde reside?”. A análise dos dados indica que 88,9% dos participantes afirmaram sentir-se seguros no local onde moram, enquanto 11,1% declararam não se sentir seguros em seu ambiente de residência.

Figura 34




Este resultado demonstra que a grande maioria dos entrevistados possui uma percepção positiva em relação à segurança do espaço em que vive. A sensação de segurança no local de moradia é um fator importante para a qualidade de vida dos indivíduos, pois está diretamente relacionada ao bem-estar social, à tranquilidade no cotidiano e à possibilidade de desenvolver atividades diárias sem medo ou insegurança. Por outro lado, a presença de uma parcela, ainda que menor, que afirma não se sentir segura evidencia que a questão da segurança pública permanece como um aspecto relevante nas condições de vida das comunidades investigadas. Mesmo representando apenas 11,1% da amostra, essa percepção de insegurança pode estar associada a fatores como violência urbana, ausência de políticas públicas eficazes de segurança, precariedade na infraestrutura urbana ou experiências pessoais relacionadas a situações de risco. Do ponto de vista analítico, os dados indicam que, embora a maioria dos participantes perceba

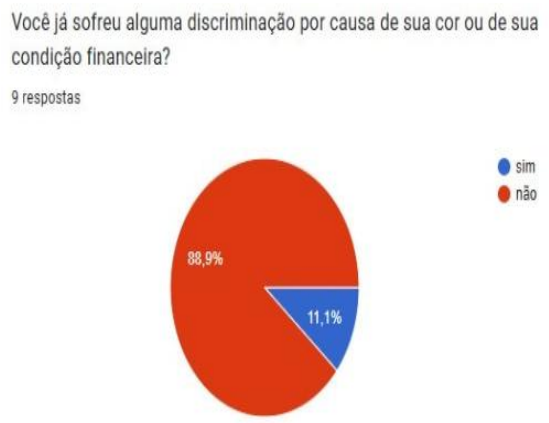
seu ambiente residencial como seguro, ainda existem experiências ou percepções de vulnerabilidade presentes no contexto social investigado.

O presente gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Você já sofreu alguma discriminação por causa de sua cor ou de sua condição financeira?”, considerando um total de 9 respostas. A análise dos dados revela que 100% dos participantes afirmaram não ter sofrido discriminação relacionada à cor da pele ou à condição financeira. Na Figura 35




Esse resultado indica que, no contexto específico da amostra investigada, os entrevistados não relataram experiências diretas de discriminação associadas a esses fatores. A unanimidade nas respostas sugere que, para os participantes, não houve episódios explícitos de preconceito racial ou socioeconômico em suas vivências pessoais.

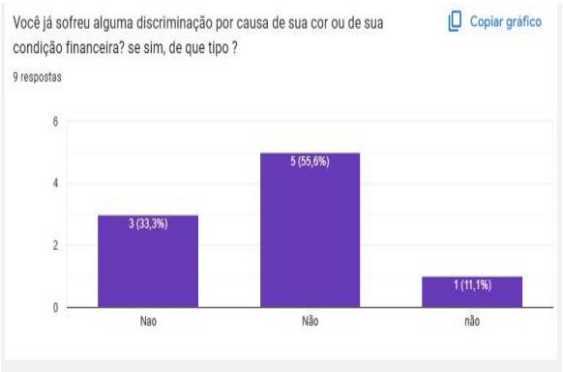
Figura 36




O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta: “Você já sofreu alguma discriminação por causa de sua cor ou de sua condição financeira?”. Os dados revelam que 88,9% dos participantes afirmaram não ter sofrido discriminação relacionada à cor da pele ou

à condição financeira, enquanto 11,1% declararam já ter vivenciado algum tipo de discriminação associada a esses fatores. Esse resultado indica que, embora a maioria dos entrevistados não relate experiências diretas de preconceito, existe uma parcela da amostra que já enfrentou situações discriminatórias. Mesmo representando uma porcentagem menor, esse dado é relevante, pois evidencia que práticas de discriminação ainda se manifestam na realidade social investigada. A presença de relatos de discriminação relacionados à cor ou à condição socioeconômica revela que fatores como raça e classe social continuam desempenhando um papel importante na configuração das desigualdades presentes na sociedade. Em muitos contextos sociais, indivíduos pertencentes a determinados grupos raciais ou que vivem em condições econômicas mais vulneráveis podem enfrentar situações de exclusão, estigmatização ou tratamento desigual. Os dados demonstram que as experiências de discriminação não são generalizadas entre todos os participantes, mas ainda se fazem presentes em determinados casos. Isso reforça a necessidade de compreender o preconceito como um fenômeno social que pode se manifestar de forma pontual, mas que está frequentemente relacionado a estruturas históricas de desigualdade.

Figura 37




O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta complementar: “Você já sofreu alguma discriminação por causa de sua cor ou de sua condição financeira? Se sim, de que tipo?”. A análise das respostas demonstra que a maioria dos participantes reafirmou não ter sofrido nenhum tipo de discriminação, ainda que as respostas tenham sido registradas com pequenas variações na forma de escrita. Observa-se que 55,6% dos respondentes registraram a resposta “Não”, enquanto 33,3% responderam “não” e 11,1% responderam “não”, variações que indicam essencialmente a mesma resposta negativa. Somadas, essas categorias representam 100% das respostas, evidenciando que os participantes não relataram experiências específicas de discriminação relacionadas à cor da pele ou à condição socioeconômica. Esses resultados

reforçam os dados apresentados anteriormente no questionário, nos quais a maioria dos entrevistados também indicou não ter sofrido discriminação. As pequenas variações na escrita das respostas refletem apenas diferenças no preenchimento do questionário, não alterando o sentido geral das informações coletadas.

Figura 38




O referente gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Você é beneficiário de algum programa social?”, considerando um total de 9 respostas. A análise dos dados revela que 100% dos participantes afirmaram não ser beneficiários de nenhum programa social, não havendo registros de respostas positivas para essa questão. Esse resultado indica que todos os entrevistados declararam não receber benefícios provenientes de programas governamentais de assistência ou transferência de renda, como, por exemplo, programas voltados à redução da pobreza ou ao apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social.

O gráfico abaixo apresenta os resultados da pergunta complementar: “Você é beneficiário de algum Programa Social? Se respondeu SIM, informe qual”, considerando um total de 7 respostas. A análise dos dados demonstra que todos os participantes reafirmaram não ser beneficiários de programas sociais, ainda que as respostas tenham sido registradas com pequenas variações na forma de escrita.

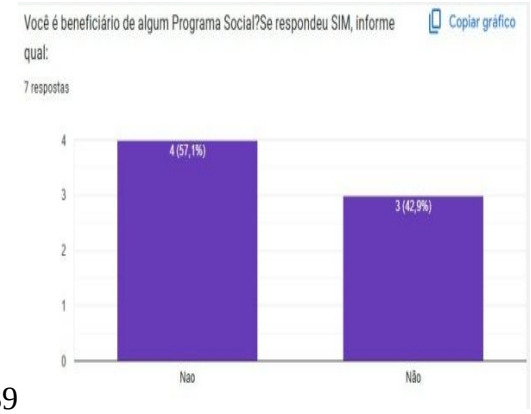
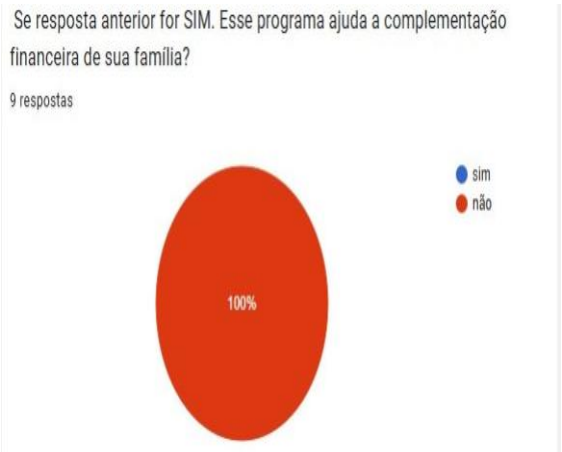



Figura 39

Observa-se que 57,1% dos respondentes registraram a resposta “Nao”, enquanto 42,9% responderam “Não”, variações que representam essencialmente a mesma resposta negativa. Assim, ao considerar o conjunto das respostas, constata-se que 100% dos participantes indicaram não receber benefícios provenientes de programas sociais.

Esse resultado reforça os dados apresentados anteriormente na pesquisa, nos quais também se verificou a ausência de beneficiários de programas sociais entre os participantes investigados. As diferenças na grafia das respostas refletem apenas variações no preenchimento do questionário, não alterando o significado das informações coletadas. Esse dado indica que os participantes da amostra não dependem diretamente de políticas públicas de assistência social ou de programas de transferência de renda. No entanto, é importante destacar que a ausência de beneficiários não significa necessariamente que os indivíduos estejam totalmente livres de vulnerabilidades econômicas, uma vez que muitas famílias podem enfrentar dificuldades financeiras mesmo sem acesso ou elegibilidade para tais programas.

Figura 40



Este gráfico apresenta os resultados da pergunta: “Se a resposta anterior for SIM, esse programa ajuda na complementação financeira de sua família?”, considerando um total de 9 respostas. A análise dos dados indica que 100% dos participantes responderam “não”, ou seja, nenhum dos entrevistados afirmou receber auxílio financeiro proveniente de programas sociais que contribua para a complementação da renda familiar. O presente resultado está diretamente relacionado às respostas apresentadas nas questões anteriores da pesquisa, nas quais os participantes também declararam não ser beneficiários de programas sociais. Dessa forma, torna-se compreensível que todos tenham indicado que tais programas não contribuem para a renda familiar, uma vez que não há vínculo com esse tipo de política pública.

GRUPO 4

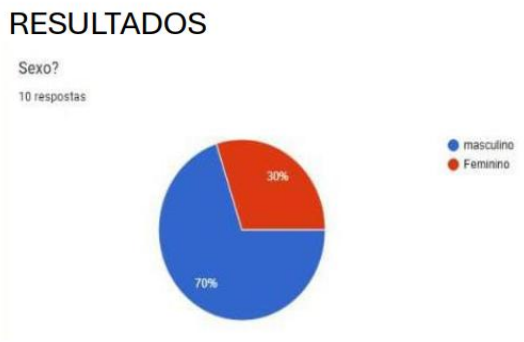
Figura 41




O gráfico acima apresenta os resultados da pergunta referente à idade dos participantes, considerando um total de 10 respostas. A análise dos dados indica que os entrevistados possuem idades que variam entre 18 e 45 anos, evidenciando uma amostra composta por indivíduos pertencentes a diferentes faixas etárias. Observa-se que as idades 20, 21 e 45 anos apresentam maior frequência, cada uma correspondendo a 2 participantes (20%) do total da amostra. Por outro lado, as idades 18, 19, 22 e 44 anos aparecem com menor frequência, cada uma representando 1 participante (10%). Essa distribuição demonstra a presença significativa de jovens adultos na amostra, especialmente na faixa etária entre 20 e 21 anos, o que pode indicar a participação de indivíduos que se encontram em fase inicial de inserção no mercado de trabalho ou ainda em processo de formação profissional. Ao mesmo tempo, a presença de participantes com idades mais elevadas, como 44 e 45 anos, contribui para ampliar a diversidade de experiências sociais e profissionais entre os entrevistados, possibilitando respostas baseadas em trajetórias de vida mais consolidadas e em maior maturidade social. Dessa forma, a

variedade de idades presente na amostra contribui para enriquecer a análise dos dados, uma vez que permite considerar diferentes perspectivas e experiências relacionadas às condições de trabalho, renda e vida social dos participantes.

Figura 42




O gráfico apresenta os resultados da pergunta referente ao sexo dos participantes, considerando um total de 10 respostas. A análise dos dados indica que 70% dos entrevistados são do sexo masculino, enquanto 30% são do sexo feminino. Esse resultado demonstra uma predominância de participantes do sexo masculino na amostra investigada, o que pode estar relacionado à composição do grupo pesquisado ou às características específicas do contexto social em que o levantamento foi realizado. Ainda assim, observa-se também a participação de mulheres na pesquisa, o que contribui para a inclusão de diferentes perspectivas e experiências sociais na análise das condições socioeconômicas abordadas no estudo. A presença de participantes de ambos os sexos possibilita uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e das condições de vida da população investigada, uma vez que homens e mulheres podem vivenciar de maneira distinta as relações de trabalho, renda e acesso a oportunidades na sociedade.

Figura 43



A análise dos dados revela que a maioria dos entrevistados se autodeclara parda, representando 60% da amostra. Em seguida, observa-se que 20% dos participantes se autodeclararam pretos, enquanto 20% se autodeclararam brancos. Não foram registradas respostas nas categorias amarelo ou não declarado. Podemos evidenciar uma predominância de participantes pertencentes ao grupo racial pardo, o que reflete, em certa medida, a composição racial de grande parte da população brasileira, especialmente em regiões marcadas pela forte miscigenação.

Figura 44




No que se refere ao nível de escolaridade, observa-se que 50% dos entrevistados possuem ensino médio completo, representando a maior parcela da amostra. Esse resultado demonstra que a maioria dos participantes concluiu a educação básica, o que pode influenciar diretamente sua inserção no mercado de trabalho e ampliar, ainda que de forma limitada, suas oportunidades profissionais. Além disso, verifica-se que 20% dos participantes possuem ensino médio incompleto, indicando que uma parte dos entrevistados não concluiu essa etapa da formação escolar. Esse dado pode estar relacionado a dificuldades de acesso, permanência ou a condições socioeconômicas que interferem no percurso educacional dos indivíduos, refletindo desafios frequentemente enfrentados por parte da população trabalhadora. Outras categorias aparecem com menor representatividade, cada uma correspondendo a 10% das respostas. Entre elas estão os participantes que possuem ensino fundamental incompleto, ensino superior incompleto e pós-graduação. Esses dados evidenciam que a amostra apresenta uma certa diversidade de trajetórias educacionais, embora a maioria esteja concentrada no nível médio de escolaridade. De modo geral, os resultados indicam que o perfil educacional dos entrevistados está predominantemente vinculado à educação básica, realidade que pode influenciar diretamente as possibilidades de acesso a empregos mais qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho.

Figura 45




Conforme apresentado no gráfico, 50% dos entrevistados recebem entre 1 e 2 salários mínimos, representando a maior parcela da amostra. Esse resultado indica que a maioria dos participantes se encontra em uma faixa de renda relativamente baixa, condição frequentemente associada às características econômicas de grande parte da classe trabalhadora. Além disso, 30% dos participantes declararam não possuir salário fixo, o que pode indicar situações de desemprego, trabalho informal ou dependência de outras fontes de sustento, como atividades eventuais ou apoio familiar. Esse dado evidencia um cenário de instabilidade financeira, comum em contextos marcados pela precarização das relações de trabalho. Outros 10% dos entrevistados afirmaram receber menos que um salário mínimo, o que reforça a existência de condições de renda bastante limitadas entre parte dos participantes da pesquisa. Por outro lado, 10% declararam possuir renda entre 5 e 10 salários mínimos, representando a menor parcela da amostra com rendimentos mais elevados. De modo geral, os dados demonstram que a maior parte dos entrevistados está concentrada nas faixas de renda mais baixas, especialmente entre aqueles que recebem até dois salários mínimos ou que não possuem renda fixa. Esse resultado evidencia um cenário de restrições econômicas e possíveis dificuldades financeiras, realidade frequentemente presente em diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Figura 46



Segundo os resultados da pergunta: “Você acha que sua renda mensal proporciona uma boa qualidade de vida?”. A análise dos dados demonstra diferentes percepções entre os participantes acerca da relação entre renda e qualidade de vida. Observa-se que 50% dos entrevistados responderam “em termos”, indicando que a renda obtida atende parcialmente às necessidades básicas, mas não é considerada plenamente suficiente para garantir uma boa qualidade de vida. Esse resultado revela uma percepção intermediária por parte da maioria dos participantes, sugerindo que, embora consigam suprir algumas necessidades cotidianas, ainda enfrentam limitações econômicas. Além disso, 40% dos participantes afirmaram que sua renda não proporciona uma boa qualidade de vida, evidenciando um nível significativo de insatisfação em relação às condições financeiras. Por outro lado, apenas 10% dos entrevistados responderam que sua renda proporciona uma boa qualidade de vida, representando a menor parcela da amostra. Esse resultado sugere que apenas uma pequena parte dos participantes considera que seus rendimentos são suficientes para garantir estabilidade econômica e bem-estar.

Figura 47




No gráfico acima, observa-se que 60% dos entrevistados afirmaram que não se consideram bem remunerados, representando a maioria da amostra. Esse resultado indica um sentimento significativo de insatisfação em relação aos rendimentos obtidos por meio do trabalho, o que pode estar relacionado às condições salariais frequentemente associadas a empregos de baixa remuneração, instabilidade ocupacional ou informalidade. Além disso, 30% dos participantes responderam “em termos”, sugerindo uma avaliação intermediária da remuneração recebida. Essa resposta indica que, embora a renda obtida possa suprir algumas necessidades básicas, ela não é considerada plenamente adequada ou proporcional ao esforço e às demandas do trabalho desempenhado. Por outro lado, apenas 10% dos entrevistados afirmaram que se consideram bem remunerados, representando uma parcela bastante reduzida da amostra. Esse dado reforça a ideia de que poucos participantes percebem sua remuneração

como satisfatória. A maioria dos participantes demonstra insatisfação ou avaliação apenas parcial em relação à remuneração do trabalho, uma vez que grande parte respondeu “não” ou “em termos”. Essa percepção pode refletir as desigualdades estruturais presentes no mundo do trabalho, marcadas por baixos salários, precarização das relações laborais e limitações no acesso a melhores oportunidades de emprego.

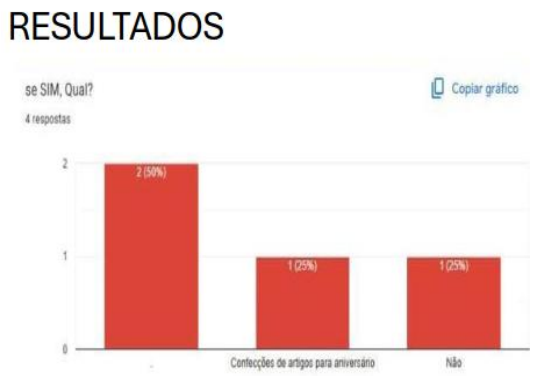
Figura 48




A análise dos dados apresentados no gráfico acima evidencia a forma como os participantes lidam com a necessidade de complementação da renda no contexto de suas condições econômicas. Observa-se que 90% dos entrevistados afirmaram não realizar nenhum tipo de trabalho extra, representando a grande maioria da amostra. Esse dado pode indicar diferentes possibilidades interpretativas. Por um lado, pode sugerir que parte dos participantes possui apenas uma fonte de renda, seja ela formal ou informal. Por outro lado, também pode refletir limitações estruturais que dificultam a realização de atividades adicionais, como a falta de oportunidades de trabalho, o excesso de jornada laboral ou a ausência de condições para desenvolver outras atividades remuneradas. Para se chegar a uma conclusão mais ampla, seria necessário um aprofundamento qualitativo da questão. Por sua vez, 10% dos participantes declararam realizar algum tipo de trabalho extra para complementar a renda familiar, representando uma pequena parcela da amostra. Esse resultado evidencia que, embora minoritária, existe a necessidade de alguns indivíduos buscarem fontes adicionais de renda para atender às demandas econômicas de suas famílias. Essa realidade torna-se ainda mais relevante quando analisada em conjunto com os resultados anteriores da pesquisa, que apontam para a predominância de rendimentos situados nas faixas salariais mais baixas. No contexto da investigação desenvolvida, esse resultado contribui para compreender as estratégias de sobrevivência econômica adotadas pelos participantes, bem como as limitações estruturais que condicionam suas possibilidades de ampliação da renda. Dessa forma, a análise reforça a

importância de refletir sobre as condições de trabalho e renda presentes na realidade social investigada, evidenciando os desafios enfrentados por parte da classe trabalhadora na busca por estabilidade financeira e melhores condições de vida.

Figura 49




Os resultados da pergunta complementar “Se SIM, qual?”, referente à realização de trabalhos extras para complementação da renda familiar. Nesse caso, foram registradas 4 respostas, correspondentes aos participantes que indicaram algum tipo de atividade adicional ou responderam à questão aberta. A análise dos dados demonstra que 50% dos respondentes não especificaram ou indicaram não realizar efetivamente um trabalho extra, representando duas respostas do total apresentado. Esse resultado pode indicar que alguns participantes responderam à pergunta anterior de forma imprecisa ou que, mesmo tendo considerado a possibilidade de trabalho extra, não exercem uma atividade complementar de maneira concreta. Além disso, 25% dos participantes indicaram realizar atividades relacionadas à confecção de artigos para aniversários, o que sugere a presença de práticas de trabalho informal ou autônomo, frequentemente desenvolvidas como estratégia de complementação de renda. Esse tipo de atividade geralmente está associado a iniciativas individuais, produção artesanal ou pequenos serviços realizados sob demanda. Por fim, 25% das respostas também indicaram “não”, reforçando que parte dos respondentes não exerce atividades adicionais além de sua principal fonte de renda. De modo geral, os dados revelam que as atividades complementares identificadas na pesquisa são limitadas e pouco diversificadas, aparecendo apenas em pequena escala entre os entrevistados. A presença de atividades informais, como a produção de artigos para eventos, evidencia uma estratégia pontual de geração de renda, frequentemente adotada em contextos de necessidade econômica. No contexto da pesquisa, esses resultados contribuem para compreender as formas alternativas de geração de renda presentes na realidade dos

participantes, destacando que, quando existem trabalhos extras, estes tendem a ocorrer em atividades autônomas ou informais, muitas vezes vinculadas a pequenas produções ou serviços realizados de maneira ocasional.

Figura 50



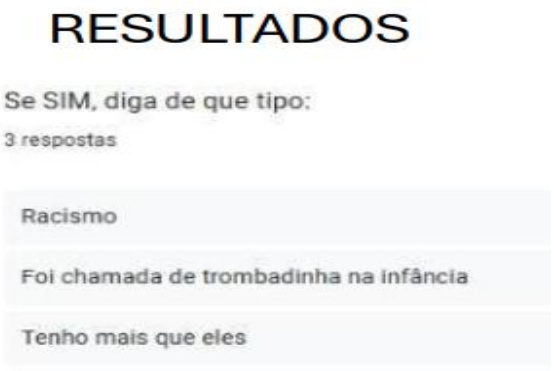

A análise desses dados revela uma divisão equilibrada nas percepções dos participantes em relação à segurança em seus locais de moradia. Observa-se que 50% dos entrevistados afirmaram sentir-se seguros no local onde vivem, indicando que metade dos participantes percebe o ambiente em que reside como relativamente estável e seguro. Esse resultado pode estar relacionado a fatores como convivência comunitária, familiaridade com o território ou ausência de experiências diretas com situações de violência. Por outro lado, 50% dos participantes declararam não se sentir seguros em seus locais de residência, evidenciando uma percepção significativa de insegurança entre parte dos entrevistados. Esse dado sugere que metade da amostra vivencia ou percebe condições que podem estar associadas a fatores como violência urbana, falta de infraestrutura, ausência de políticas públicas de segurança ou vulnerabilidade social nas comunidades onde residem. Os resultados demonstram uma divisão igualitária nas percepções de segurança, indicando que o sentimento de proteção ou insegurança não é homogêneo entre os participantes. Essa realidade evidencia que, mesmo dentro de um mesmo contexto social ou territorial, as experiências individuais podem variar significativamente.

Figura 51




O gráfico apresenta os resultados da pergunta “Você já sofreu alguma discriminação por causa de sua cor ou de sua condição financeira?”. A análise dos dados revela diferentes experiências vivenciadas pelos participantes em relação a situações de preconceito ou exclusão social. Observa-se que 70% dos entrevistados afirmaram não ter sofrido discriminação relacionada à cor da pele ou à condição econômica. Esse resultado indica que a maioria dos participantes não reconhece, em sua trajetória pessoal, experiências diretas de discriminação nesses aspectos específicos. No entanto, esse dado não elimina a possibilidade de que tais práticas existam em níveis estruturais ou em outras esferas da sociedade. Por outro lado, 30% dos participantes declararam já ter sofrido algum tipo de discriminação relacionada à cor ou à condição financeira. Embora represente uma parcela menor da amostra, esse percentual é significativo, pois evidencia que parte dos entrevistados já vivenciou situações de exclusão ou preconceito em seu cotidiano. A presença dessas experiências demonstra que as desigualdades sociais e raciais ainda se manifestam em determinados contextos, afetando diretamente a vida de alguns indivíduos. Essas práticas discriminatórias podem ocorrer em diferentes espaços sociais, como no ambiente de trabalho, nas instituições públicas, nos espaços urbanos ou mesmo nas relações interpessoais.

Figura 52



A pergunta complementar “Se SIM, diga de que tipo”, relacionada às experiências de discriminação mencionadas anteriormente. Foram registradas 3 respostas, correspondentes aos participantes que afirmaram ter vivenciado algum tipo de discriminação em razão da cor ou da condição financeira. A análise qualitativa das respostas revela diferentes formas de manifestação do preconceito. Uma das respostas menciona diretamente racismo, indicando a ocorrência de discriminação baseada na dimensão racial, um fenômeno historicamente presente nas estruturas sociais e nas relações cotidianas. Outra resposta relata a experiência de ter sido chamada de “trombadinha” na infância, termo frequentemente utilizado de maneira pejorativa e estigmatizante. Esse tipo de expressão revela um processo de rotulação social, que associa determinadas características físicas ou sociais à criminalidade, contribuindo para a reprodução de preconceitos e estereótipos. A terceira resposta apresenta a expressão “tenho mais que eles”, que pode ser interpretada como uma manifestação relacionada à desigualdade econômica ou a situações de comparação social envolvendo condições financeiras. Essa resposta pode indicar experiências de discriminação associadas à condição socioeconômica, evidenciando que a exclusão social pode ocorrer tanto em razão da pobreza quanto da percepção de diferenças materiais entre indivíduos. De modo geral, os relatos indicam que as experiências de discriminação mencionadas pelos participantes estão associadas principalmente a questões raciais e socioeconômicas, demonstrando que esses fatores continuam influenciando as relações sociais e as percepções de pertencimento ou exclusão.

Figura 53




Observa-se que nesse gráfico 70% dos entrevistados afirmaram não utilizar transporte público, representando a maioria da amostra. Esse resultado pode indicar que grande parte dos participantes utiliza outros meios de locomoção, como transporte particular, motocicletas,

bicicletas ou deslocamentos a pé. Também pode refletir limitações na oferta ou na qualidade do transporte público nas regiões onde os participantes residem, fator que muitas vezes influencia a decisão de não utilizar esse serviço. Por outro lado, 30% dos participantes declararam utilizar transporte público, demonstrando que uma parcela da amostra depende desse tipo de serviço para realizar seus deslocamentos diários, seja para o trabalho, para atividades pessoais ou para acesso a serviços urbanos. Nesse caso, os dados indicam que o uso do transporte público não é predominante entre os entrevistados, sendo utilizado por uma minoria dos participantes. Esse resultado pode estar relacionado a fatores estruturais, como a disponibilidade de transporte coletivo na região, as condições de mobilidade urbana ou as alternativas de deslocamento disponíveis para a população.

Figura 54




O gráfico apresenta os resultados da pergunta “Você é beneficiário de algum programa social?”, considerando um total de 10 respostas. A análise dos dados permite compreender o nível de acesso dos participantes a políticas públicas de assistência social. Observa-se que 90% dos entrevistados afirmaram não ser beneficiários de nenhum programa social, representando a grande maioria da amostra. Esse resultado indica que a maior parte dos participantes não recebe auxílio governamental por meio de políticas de transferência de renda ou outros programas sociais destinados ao apoio de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Por outro lado, 10% dos participantes declararam ser beneficiários de algum programa social, representando uma pequena parcela dos entrevistados. Esse dado sugere que apenas uma minoria da amostra possui acesso direto a esse tipo de política pública de assistência. É possível verificarmos que a participação em programas sociais entre os entrevistados é relativamente baixa, uma vez que a grande maioria não recebe esse tipo de benefício. Essa realidade pode

estar relacionada a diferentes fatores, como critérios de elegibilidade dos programas, condições socioeconômicas específicas dos participantes ou até mesmo dificuldades de acesso às políticas públicas disponíveis.

Figura 55




O presente gráfico apresenta os resultados da pergunta “Se a resposta anterior for SIM, esse programa ajuda na complementação financeira de sua família?”, considerando 4 respostas, correspondentes aos participantes que responderam à questão relacionada aos programas sociais. A análise dos dados demonstra que 100% dos entrevistados afirmaram que o programa social não contribui de maneira efetiva para a complementação da renda familiar. Esse resultado indica uma percepção unânime entre os respondentes de que os benefícios recebidos não são suficientes para suprir ou melhorar significativamente as condições financeiras de suas famílias. Esse dado sugere que, embora os programas sociais tenham como objetivo oferecer suporte econômico às famílias em situação de vulnerabilidade, o valor ou a abrangência desses benefícios pode não ser suficiente para atender plenamente às necessidades cotidianas dos beneficiários. Dessa forma, os participantes reconhecem que o auxílio recebido não representa uma solução completa para as dificuldades financeiras enfrentadas.

A análise dos dados permitiu identificar que apenas uma pequena parcela dos participantes considera receber uma remuneração satisfatória, enquanto a maioria afirma ganhar entre um e dois salários mínimos. Além disso, observou-se que o nível de escolaridade predominante entre os entrevistados corresponde, no máximo, ao ensino médio. Esses elementos evidenciam uma realidade marcada por limitações econômicas e educacionais que impactam diretamente as condições de vida dos sujeitos, dificultando o acesso a melhores oportunidades profissionais e à melhoria da qualidade de vida. Diante desse cenário, torna-se necessária a proposição de medidas que contribuam para a superação das desigualdades

identificadas. Nesse sentido, destaca-se a importância da intervenção estatal por meio do aumento dos investimentos nas estruturas educacionais, visando à ampliação do acesso à educação de qualidade e à formação profissional.

O fortalecimento das políticas públicas educacionais pode possibilitar melhores condições de qualificação da classe trabalhadora, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e promovendo o desenvolvimento social. Além disso, a análise crítica da realidade permite compreender que tais desigualdades estão inseridas em um contexto mais amplo, relacionado às contradições estruturais do sistema capitalista. Nessa perspectiva, a transformação das condições sociais exige não apenas reformas pontuais, mas também mudanças estruturais que possibilitem maior participação da classe trabalhadora nos processos de produção e distribuição da riqueza social. Dessa forma, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa pela ampliação dos direitos sociais, pelo fortalecimento das políticas públicas e pela busca de alternativas que reduzam as desigualdades econômicas e sociais evidenciadas na pesquisa.

GRUPO 5

O Grupo 5 realizou a pesquisa com 10 participantes, no entanto, não realizou a elaboração de gráficos. todos os Participantes das entrevistas tinham idade superior a 18 anos, com o objetivo de compreender aspectos relacionados às condições de vida, trabalho e percepção social dos entrevistados. A partir da análise das respostas obtidas, foi possível identificar características relevantes acerca da realidade socioeconômica desses indivíduos. A análise apresentada destaca que a maioria dos participantes da pesquisa não se considera bem remunerada, evidenciando um cenário de insatisfação salarial entre os entrevistados. Observou-se também que grande parte dos indivíduos possui renda situada entre um e dois salários mínimos, o que demonstra limitações econômicas que impactam diretamente as condições de vida da população investigada. Além disso, verificou-se que o nível de escolaridade predominante corresponde ao ensino médio, indicando restrições no acesso a níveis mais elevados de formação educacional. Esses dados revelam uma realidade marcada por desigualdades socioeconômicas que dificultam a melhoria das condições de vida dos sujeitos. A baixa remuneração associada ao limitado nível de escolaridade contribui para a redução das oportunidades de inserção em empregos mais qualificados e melhor remunerados. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de intervenções que visem à ampliação das oportunidades

educacionais e profissionais, favorecendo o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

No que se refere à percepção sobre a remuneração do trabalho, a maioria dos participantes afirmou não se considerar bem remunerada. Esse resultado revela um sentimento predominante de insatisfação em relação aos salários recebidos, indicando que os rendimentos provenientes do trabalho, muitas vezes, não correspondem às necessidades básicas de subsistência. Tal condição limita o acesso a bens e serviços essenciais, além de restringir a participação em atividades de lazer e outras dimensões importantes da vida social. Nesse contexto, muitos trabalhadores enfrentam dificuldades para garantir estabilidade econômica e melhores condições de vida, sendo, em alguns casos, levados a buscar fontes complementares de renda. Outro aspecto analisado refere-se à utilização do transporte público. Os dados indicam que uma parcela significativa dos entrevistados depende desse meio de transporte para a realização de deslocamentos diários, seja para o trabalho, estudo ou outras atividades. Essa dependência evidencia limitações econômicas que dificultam o acesso a meios de transporte particulares e reforça a importância de investimentos em políticas públicas de mobilidade urbana.

A pesquisa também investigou questões relacionadas à discriminação social, especialmente aquelas associadas à cor da pele ou à condição socioeconômica. Parte dos participantes relatou já ter sofrido algum tipo de discriminação, o que demonstra que práticas discriminatórias ainda persistem em diferentes contextos sociais. Esse dado evidencia que fatores como raça e condição econômica continuam influenciando as relações sociais, podendo gerar experiências de exclusão e desigualdade. Nesse sentido, propõe-se a adoção de medidas que contemplem maior investimento estatal nas estruturas educacionais, com o objetivo de ampliar o acesso à educação de qualidade e à formação profissional. O fortalecimento das políticas públicas educacionais pode contribuir para a qualificação da força de trabalho e para a ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, possibilitando melhores condições de renda. Além disso, a análise crítica da realidade evidencia que as desigualdades observadas estão relacionadas às contradições estruturais do sistema econômico vigente. Assim, a busca por transformações sociais mais amplas envolve não apenas melhorias pontuais, mas também a ampliação da participação da classe trabalhadora nos processos produtivos e na distribuição da riqueza social. Dessa forma, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer tanto políticas públicas efetivas quanto mudanças estruturais que promovam a redução das desigualdades sociais identificadas na pesquisa.

De modo geral, os resultados indicam que os participantes compartilham condições socioeconômicas semelhantes, caracterizadas por baixos níveis de renda, insatisfação com a remuneração do trabalho e dependência de serviços públicos para a realização de atividades cotidianas. Esses elementos evidenciam desafios estruturais enfrentados por parte da população trabalhadora e reforçam a necessidade de ações que promovam melhores condições de vida, maior estabilidade econômica e ampliação do acesso a direitos sociais.

# 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

## 6.1 A oficina filosófica marxista e a construção da consciência crítica dos estudantes: análise da realidade social e econômica dos sujeitos investigados

O trabalho desenvolvido apresentou resultados significativos para a compreensão do cotidiano social e econômico no qual os discentes estão inseridos. A pesquisa possibilitou aos participantes um conhecimento mais aprofundado acerca de suas próprias realidades, considerando que a investigação foi realizada em suas comunidades e em espaços próximos ao convívio social dos sujeitos investigados. Além disso, os estudantes tiveram a oportunidade de socializar, em sala de aula, os dados coletados, compartilhando com os colegas as problemáticas identificadas ao longo da execução da pesquisa. Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de uma postura crítica e analítica diante das informações obtidas por meio dos questionários aplicados.

A análise dos dados coletados junto aos grupos investigados permitiu a construção de um panorama consistente acerca das condições socioeconômicas dos participantes da pesquisa. Os resultados evidenciam uma realidade marcada por limitações materiais, precarização das relações de trabalho e acesso restrito a bens e serviços essenciais. Tais elementos articulam-se diretamente ao debate acerca da formação humana no contexto da sociedade capitalista contemporânea, uma vez que esse modelo econômico prioriza, em grande medida, a lógica da produção e da acumulação de capital, relegando a segundo plano o desenvolvimento social e humano. Observou-se predominância significativa de participantes situados na faixa de renda entre um e dois salários mínimos, além da presença expressiva de indivíduos sem renda fixa. Esses dados demonstram a fragilidade das condições financeiras dos entrevistados, revelando que a renda obtida, em muitos casos, não é suficiente para garantir às famílias condições adequadas de subsistência, acesso à educação de qualidade e segurança alimentar. Tal realidade evidencia a precariedade econômica presente no cotidiano de grande parte dos participantes da pesquisa. Desse modo, configura-se um quadro de vulnerabilidade socioeconômica que não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou circunstancial. Ao contrário, essa realidade está diretamente relacionada às dinâmicas estruturais do modo de produção capitalista contemporâneo, marcado pela concentração de renda, pela flexibilização das relações de trabalho e pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, os grupos socialmente vulneráveis tornam-se os mais afetados pelas limitações impostas pelo sistema econômico vigente, contribuindo para a manutenção de condições históricas de exclusão social.

Conforme destaca Marx (2013), no sistema capitalista a força de trabalho é remunerada de forma a garantir apenas sua reprodução, enquanto o valor excedente produzido é apropriado pelo capitalista. Os dados coletados e apresentados pelos discentes confirmam a permanência dessa lógica social perceptível no cotidiano dos sujeitos investigados, na qual as condições financeiras existentes não são suficientes para suprir necessidades básicas. Essa realidade evidencia um contexto de fragilidade econômica que contribui diretamente para o aprofundamento das desigualdades sociais e para a ampliação das condições de pobreza no interior da sociedade. Nesse cenário, a vulnerabilidade econômica repercute significativamente na vida dos indivíduos, limitando suas possibilidades de inserção social, educacional e profissional. A insuficiência de recursos materiais dificulta o acesso a oportunidades capazes de promover crescimento pessoal e emancipação social, ocasionando, muitas vezes, processos de marginalização diante das exigências impostas pelo mercado de trabalho e pelas relações sociais estabelecidas na sociedade contemporânea. Dessa forma, podemos perceber que as condições socioeconômicas dos sujeitos não afetam apenas os aspectos materiais de sua existência, mas influenciam diretamente suas perspectivas de desenvolvimento humano, autonomia e participação social, reforçando ciclos históricos de exclusão. Essa realidade reflete-se na percepção dos participantes acerca da qualidade de vida, frequentemente comprometida pelas dificuldades econômicas enfrentadas.

A maioria dos entrevistados afirmou que sua renda não proporciona condições adequadas de bem-estar, ou apenas o faz parcialmente, resultando na necessidade de complementação financeira por meio de trabalhos extras. Esse dado evidencia a contradição entre trabalho e sobrevivência, uma vez que, embora inseridos no mercado de trabalho, muitos indivíduos não conseguem garantir, por meio dele, condições dignas de existência. Em consequência, tendem a submeter-se a jornadas adicionais de trabalho, comprometendo, em diversos casos, a convivência familiar e o tempo destinado ao lazer, à educação e à participação social. Quando Marx (2013) afirma que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz”, evidencia-se a contradição presente no sistema capitalista, no qual a produção de riqueza não se traduz, necessariamente, em melhoria das condições de vida do trabalhador. Pelo contrário, o processo produtivo tende a intensificar a exploração da força de trabalho, fazendo com que o proletário dedique cada vez mais tempo à produção, enquanto se distancia de condições adequadas de desenvolvimento humano e participação social. Nesse contexto, o trabalhador acaba privado não apenas de melhores condições materiais, mas também de tempo, convivência social e acesso pleno à formação crítica e cultural. A necessidade de ampliar a

renda familiar e garantir condições mínimas de dignidade leva muitos indivíduos a submeterem-se a jornadas exaustivas de trabalho, reduzindo suas possibilidades de participação social, educacional e política. Assim, a lógica capitalista contribui para um processo de alienação no qual o sujeito, embora responsável pela produção da riqueza, permanece afastado dos benefícios gerados por seu próprio trabalho.

Referente à escolaridade, os dados coletados e as análises realizadas pelos discentes apontam para a predominância de participantes com ensino médio completo, enquanto a presença de indivíduos com formação superior apresenta baixa incidência. Esse cenário evidencia fragilidades relacionadas ao acesso e à permanência no ensino superior, considerando que esse nível de formação pode contribuir significativamente para o desenvolvimento social, crítico e econômico dos sujeitos. Esse elemento revela limites importantes na relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico. Embora a escolarização seja frequentemente apresentada como caminho para ascensão social, os dados demonstram que, na prática, essa relação é condicionada por fatores estruturais que restringem as possibilidades de ingresso e permanência dos indivíduos no ensino superior. Entre os principais fatores que dificultam o acesso à educação superior destaca-se a precariedade das condições financeiras. A insuficiência de renda leva muitos sujeitos a priorizarem o trabalho como forma de garantir a subsistência familiar, reduzindo, consequentemente, o tempo disponível para os estudos. Além disso, a necessidade de realizar trabalhos extras para complementação da renda contribui para o afastamento de muitos indivíduos da formação acadêmica, reforçando ciclos de desigualdade social e limitando oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Saviani (2013) afirma que a educação, no interior da sociedade capitalista, tende a reproduzir as desigualdades existentes, na medida em que não altera, por si só, as condições materiais que determinam a vida dos sujeitos. A análise da remuneração do trabalho reforça essa perspectiva. A maioria dos participantes declarou não se considerar bem remunerada, evidenciando um sentimento generalizado de desvalorização da força de trabalho. Tal percepção está diretamente relacionada à lógica de exploração característica do sistema dominante, na qual os sujeitos são reduzidos à condição de mercadoria, tendo como finalidade principal o fornecimento de sua força de trabalho e de seu tempo produtivo. Destaca Antunes (2018), as transformações recentes no mundo do trabalho têm intensificado processos de precarização, flexibilização e informalidade, contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais e para a fragilização das condições de vida da classe trabalhadora.

Outro aspecto relevante diz respeito à realização de trabalho extra como estratégia de complementação de renda. Embora parte dos participantes relate exercer atividades adicionais, observa-se que tais práticas se concentram, majoritariamente, em ocupações informais e de baixa remuneração. Esse dado reforça a compreensão de que a ampliação da jornada de trabalho não resulta, necessariamente, em melhoria significativa das condições de vida, mas intensifica, muitas vezes, o desgaste físico e emocional dos trabalhadores. Nesse sentido, Mészáros (2002) destaca que o sistema do capital impõe uma lógica de reprodução ampliada que submete o trabalhador a múltiplas formas de exploração.

No que se refere à variável cor/raça, os dados revelam a predominância de participantes autodeclarados pardos e pretos, evidenciando a centralidade da questão racial na análise das desigualdades sociais no Brasil. Tal configuração reforça a compreensão de que raça e classe estão profundamente articuladas, constituindo elementos estruturantes da realidade social brasileira.

Conforme argumenta Fernandes (2008), a integração da população negra na sociedade brasileira ocorreu de maneira desigual e subordinada, perpetuando condições históricas de exclusão ainda presentes na contemporaneidade. Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da discriminação racial e à redução das desigualdades historicamente construídas. Tais medidas são fundamentais para promover maior inclusão social, ampliar oportunidades e garantir condições mais igualitárias de acesso à educação, ao trabalho e aos direitos sociais.

As experiências de discriminação relatadas por parte dos participantes corroboram essa análise. Ainda que tais vivências não sejam predominantes entre todos os entrevistados, elas evidenciam a permanência de práticas excludentes fundamentadas tanto na dimensão racial quanto na condição socioeconômica dos sujeitos. Esse fenômeno demonstra que as desigualdades não se restringem apenas ao plano material, manifestando-se também nas dimensões simbólica, cultural e social, influenciando diretamente as relações interpessoais, os processos de reconhecimento social e as oportunidades de participação dos indivíduos na sociedade outro aspecto relevante refere-se ao acesso às políticas públicas, sobretudo aos programas de transferência de renda.

Os dados revelam que a maior parte dos participantes da pesquisa não é contemplada por essas políticas, mesmo estando inserida em contextos de vulnerabilidade econômica e social. Essa realidade evidencia fragilidades no alcance das ações estatais destinadas à proteção

social, além de suscitar reflexões acerca da efetividade dessas políticas enquanto mecanismos de enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, percebe-se que a insuficiência ou a limitada abrangência dessas iniciativas contribui para a manutenção das condições de precariedade vivenciadas por parcela significativa da população, reforçando processos históricos de exclusão social e econômica. Conforme destaca Frigotto (2010), as políticas sociais, quando desvinculadas de mudanças estruturais, tendem a atuar apenas de forma compensatória, sem alterar as bases que produzem a desigualdade.

Em relação a análise da segurança no local de moradia é revelado uma realidade ambígua, na qual parte dos participantes se sente segura, enquanto outra parcela significativa relata insegurança. Esse dado evidencia a influência das condições territoriais na qualidade de vida dos sujeitos, reforçando a importância de considerar a dimensão espacial na análise das desigualdades sociais. A insegurança, nesse contexto, não se limita à violência direta, estando também associada à ausência de infraestrutura, serviços públicos e políticas de proteção social. No que se refere à mobilidade urbana, a baixa utilização do transporte público sugere limitações relacionadas à qualidade e à disponibilidade desse serviço, bem como a adoção de estratégias alternativas de deslocamento. A mobilidade constitui elemento fundamental para o acesso a direitos e oportunidades, de modo que sua restrição contribui para a reprodução das desigualdades sociais.

Diante desse conjunto de elementos, os resultados da pesquisa permitem afirmar que os sujeitos investigados estão inseridos em um contexto marcado por múltiplas formas de precarização, expressas na renda, no trabalho, na educação e no acesso a direitos fundamentais. Essa realidade evidencia que as condições de vida dos participantes são determinadas por fatores estruturais que ultrapassam a esfera individual, estando diretamente relacionadas à forma como a sociedade se organiza em termos econômicos e sociais.

Nesse sentido, a análise dos dados, articulada ao referencial teórico adotado, reforça a compreensão de que a formação humana não pode ser dissociada das condições materiais de existência. Saviani (2013), argumenta que a educação deve ser compreendida como prática social inserida em um contexto histórico determinado, sendo influenciada pelas contradições próprias desse contexto. Assim, a construção de uma formação crítica exige não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a compreensão das relações sociais que estruturam a realidade.

Por fim, destaca-se que a realização da oficina filosófica, articulada à análise dos dados empíricos, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma consciência crítica

entre os discentes. Ao refletirem sobre sua própria realidade, os participantes puderam reconhecer as determinações sociais que condicionam suas experiências, ampliando sua capacidade de análise e problematização. Dessa forma, a pesquisa não apenas descreve uma realidade social, mas configura-se também como instrumento formativo, contribuindo para a construção de sujeitos mais conscientes e capazes de intervir criticamente em seu contexto social.

## 6.2 A importância da intervenção para a formação critica reflexiva dos estudantes

O desenvolvimento e a aplicabilidade desta intervenção proporcionaram aos alunos a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada a realidade social em que estavam inseridos, permitindo-lhes compreender as contradições existentes no contexto econômico, educacional e social de suas comunidades.

A pesquisa possibilitou aos discentes enxergar além das aparências imediatas do cotidiano, promovendo uma análise crítica acerca das desigualdades e dificuldades vivenciadas diariamente. Questões como a falta de oportunidades, a desigualdade econômica, a precariedade educacional, a insegurança pública e os diversos tipos de discriminação presentes na sociedade foram elementos constantemente levantados pelos estudantes, tornando-se fundamentais para a construção de uma consciência crítica e reflexiva durante o desenvolvimento da intervenção.

No início da pesquisa, percebeu-se que muitos estudantes ainda não possuíam uma percepção crítica sobre a realidade na qual estavam inseridos. Diversas situações sociais eram vistas como normais, naturais ou inevitáveis, principalmente por fazerem parte do cotidiano vivenciado desde a infância. Esse processo de naturalização das desigualdades evidencia como as estruturas sociais acabam sendo incorporadas pelos indivíduos como algo comum, dificultando o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca dos problemas existentes na sociedade.

Nesse sentido, Freire (2020) afirma que a educação deve promover processos de conscientização capazes de levar os sujeitos a compreender criticamente a realidade em que vivem. Para o autor, a formação humana ocorre quando os indivíduos ultrapassam uma percepção ingênua do mundo e desenvolvem a capacidade de refletir sobre os condicionantes históricos e sociais que influenciam suas experiências. Assim, a intervenção contribuiu para que os estudantes passassem a questionar situações anteriormente naturalizadas, fortalecendo sua capacidade de análise crítica da realidade.

Ao realizarem as pesquisas em suas próprias comunidades, os discentes puderam observar de maneira mais concreta os problemas sociais que atingem diretamente suas famílias, vizinhos e demais sujeitos pertencentes ao seu convívio social. Esse contato mais próximo com a realidade possibilitou aos alunos perceberem que muitas das dificuldades enfrentadas pela população não decorrem exclusivamente de escolhas individuais, mas de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais.

A desigualdade econômica, por exemplo, inicialmente era compreendida por muitos estudantes apenas como consequência do fracasso individual ou da falta de esforço pessoal. Entretanto, ao longo das discussões e análises desenvolvidas na intervenção, os discentes passaram a compreender que a pobreza e a exclusão social estão profundamente relacionadas às estruturas históricas de desigualdade existentes na sociedade brasileira.

Tal percepção demonstra o avanço do pensamento crítico dos alunos, que passaram a questionar explicações superficiais e individualizantes acerca dos problemas sociais. Essa mudança de compreensão aproxima-se da perspectiva de Tonet (2005), ao defender que a educação deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade para além de suas aparências imediatas. Segundo o autor, a formação humana emancipatória exige a apropriação crítica do conhecimento, permitindo que os indivíduos compreendam as determinações históricas e sociais que estruturam a vida em sociedade. Dessa forma, os estudantes passaram a perceber que as desigualdades observadas em suas comunidades não resultam apenas de escolhas individuais, mas de relações sociais historicamente construídas.

Nesse contexto, a pesquisa exerceu um impacto significativo na formação humana e intelectual dos estudantes, uma vez que possibilitou o surgimento do estranhamento diante de situações anteriormente naturalizadas. Esse estranhamento constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica, pois permite ao indivíduo questionar a realidade em que vive e buscar compreender suas contradições. Assim, os estudantes passaram a refletir de maneira mais aprofundada sobre suas próprias condições de vida e sobre a realidade enfrentada por seus semelhantes, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos, educacionais e de segurança pública.

Durante os debates realizados em sala de aula, os alunos demonstraram crescente capacidade de análise e argumentação acerca dos problemas sociais investigados. As discussões possibilitaram que os discentes compartilhassem experiências pessoais, estabelecessem relações entre teoria e prática e compreendessem que os problemas presentes em suas

comunidades também fazem parte de uma realidade social mais ampla, marcada pela desigualdade e pela exclusão. Além disso, os estudantes passaram a perceber que as dificuldades enfrentadas pela população não podem ser analisadas isoladamente. Problemas relacionados à educação, saúde, segurança, emprego e moradia estão interligados e fazem parte de um conjunto de fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Essa compreensão demonstra o amadurecimento intelectual dos discentes, que passaram a desenvolver uma visão mais totalizante da sociedade.

Em uma das discussões realizadas em sala, uma das alunas afirmou que “a precariedade do trabalho, da educação, da saúde e da segurança constitui um ciclo vicioso que compromete o desenvolvimento socioeconômico do Brasil” (Discente 01, 2025). A fala evidencia que a estudante conseguiu ampliar sua análise para além da realidade local, estabelecendo relações entre os problemas observados em sua comunidade e a estrutura social brasileira como um todo. Tal posicionamento demonstra o desenvolvimento de uma postura crítica diante das desigualdades presentes na sociedade. A mesma aluna ainda complementa: “embora pareçam problemas distintos, estão interligados, podendo a fragilidade de um contribuir para o enfraquecimento do outro” (Discente 02, 2025). Essa reflexão demonstra que os estudantes passaram a compreender a sociedade de maneira mais ampla e integrada, percebendo que os problemas sociais não ocorrem de forma isolada, mas estão conectados dentro de uma mesma estrutura social.

Outro aspecto importante observado durante a intervenção foi o fortalecimento do protagonismo estudantil. Os discentes passaram a participar mais ativamente das discussões, expondo opiniões, questionamentos e sugestões acerca dos problemas investigados. Esse processo contribuiu significativamente para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, permitindo que eles deixassem de ocupar uma posição passiva no processo educativo e passassem a atuar como sujeitos ativos na construção do conhecimento.

A pesquisa também possibilitou aos estudantes desenvolverem maior sensibilidade social diante das dificuldades enfrentadas por outras pessoas pertencentes às suas comunidades. Muitos discentes relataram que, antes da intervenção, não percebiam a dimensão dos problemas existentes ao seu redor ou não refletiam sobre as consequências sociais das desigualdades presentes em seus bairros. Com o desenvolvimento da pesquisa, passaram a compreender que a exclusão social afeta diretamente a vida de milhares de pessoas e limita o acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, saúde, segurança e trabalho digno. Outro ponto

relevante refere-se à compreensão da importância da educação como instrumento de transformação social. Os estudantes passaram a reconhecer que a precarização do ensino e a falta de acesso a uma formação de qualidade contribuem para a manutenção das desigualdades sociais. Muitos alunos destacaram que pessoas com menor acesso à educação geralmente possuem menos oportunidades profissionais, ficando mais vulneráveis ao desemprego, aos subempregos e à exclusão social. Nesse sentido, a intervenção possibilitou aos discentes compreenderem que a educação não deve ser entendida apenas como preparação para o mercado de trabalho, mas também como instrumento de emancipação humana e desenvolvimento da consciência crítica.

A partir dessa perspectiva, os estudantes passaram a perceber o conhecimento como ferramenta fundamental para compreender e transformar a realidade social. Além disso, as reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa também contribuíram para ampliar a compreensão dos estudantes acerca da violência e da insegurança presentes em suas comunidades. Muitos discentes identificaram que a violência está diretamente relacionada às desigualdades sociais, à falta de oportunidades e à ausência de políticas públicas eficazes. Dessa maneira, os alunos passaram a compreender que os problemas relacionados à segurança pública não podem ser analisados apenas sob uma perspectiva individual, mas devem ser entendidos como consequência de questões estruturais mais amplas.

Outro aspecto significativo observado durante a intervenção foi o fortalecimento da capacidade argumentativa dos estudantes. Ao realizarem pesquisas, analisarem dados e participarem das discussões em sala de aula, os discentes desenvolveram maior habilidade para expor opiniões, defender ideias e construir argumentos fundamentados.

Conforme destaca Tonet (2012), a educação comprometida com a emancipação humana deve possibilitar aos sujeitos o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva, permitindo-lhes compreender as contradições presentes na sociedade. Nesse sentido, a oficina filosófica contribuiu para que os estudantes ampliassem sua autonomia intelectual e desenvolvessem uma postura mais participativa diante dos problemas sociais identificados durante a pesquisa. Esse processo contribui não apenas para o desenvolvimento crítico e reflexivo do sujeito, mas também para a formação cidadã dos alunos.

Dessa forma, a intervenção demonstrou que práticas pedagógicas pautadas na reflexão crítica e na análise da realidade social podem contribuir significativamente para a formação humana dos estudantes. O trabalho desenvolvido possibilitou aos discentes ampliarem sua

compreensão sobre a sociedade, questionarem situações anteriormente naturalizadas e desenvolverem maior consciência acerca das desigualdades sociais presentes em seu cotidiano.

Portanto, a pesquisa evidenciou que o ensino fundamentado no diálogo, na problematização e na reflexão crítica possui grande relevância para a formação de sujeitos conscientes, participativos e capazes de compreender a realidade social de maneira crítica e transformadora. Ao reconhecerem as contradições presentes na sociedade e refletirem sobre suas próprias condições de vida, os estudantes passaram a desenvolver uma postura mais ativa diante da realidade, fortalecendo sua formação humana, social e intelectual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da Oficina Filosófica Marxista para a formação humana dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa, localizada no município de Mossoró-RN. A realização da oficina, aliada à coleta de dados conduzida pelos próprios alunos, possibilitou a aproximação dos discentes com diferentes realidades sociais presentes em suas comunidades, favorecendo o desenvolvimento da criticidade e da compreensão das contradições que marcam a sociedade contemporânea.

Os resultados evidenciaram que o contato direto com a realidade social permitiu aos estudantes identificar problemas econômicos, educacionais e estruturais vivenciados pelos sujeitos entrevistados. Entre os aspectos mais recorrentes, destacam-se a baixa escolaridade, a insuficiência de renda para a manutenção familiar e a necessidade de ampliação da venda da força de trabalho como estratégia de subsistência. Esses elementos evidenciam a permanência de desigualdades sociais e reforçam a compreensão, à luz do referencial marxista, de que as condições materiais de existência influenciam diretamente a formação e a vida dos sujeitos, uma vez que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2011). Nesse sentido, torna-se fundamental incentivar os estudantes a pesquisarem e discutirem sua própria realidade, pois tal exercício contribui para a formação de sujeitos mais aptos ao desenvolvimento intelectual e à construção de sua autonomia.

A análise dos dados também demonstrou que a precarização do trabalho constitui elemento central na realidade dos entrevistados, evidenciada pela necessidade de exercer múltiplas atividades laborais para garantir a subsistência familiar. Essa realidade revelou aos estudantes as contradições presentes no modo de produção capitalista e possibilitou a compreensão concreta de categorias fundamentais do pensamento marxista, como trabalho, exploração e desigualdade social. Ao mesmo tempo, os dados apontaram a relação entre escolaridade e condições econômicas, evidenciando que participantes com menor nível de instrução apresentavam maior vulnerabilidade social e menores oportunidades de inserção em atividades laborais mais estáveis. A educação, nesse contexto, amplia as possibilidades de inserção no mundo do trabalho e favorece o crescimento social do sujeito. Ao analisarem esses dados, os alunos experimentaram um processo de estranhamento, percebendo a fragilidade em que se encontram aqueles que não tiveram oportunidades de continuidade dos estudos ou que,

por diferentes motivos, foram afastados do ambiente educacional, sendo negativamente afetados em seu desenvolvimento profissional.

A pesquisa também revelou a presença de práticas discriminatórias relacionadas tanto à questão étnico-racial quanto às condições socioeconômicas. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas existentes, ainda persistem desafios significativos. Parte dos entrevistados relatou ter sofrido algum tipo de discriminação em diferentes espaços sociais, evidenciando que tais práticas permanecem presentes no cotidiano. Essa constatação contribuiu para a reflexão dos estudantes acerca da necessidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, baseada no respeito às diferenças e na garantia de direitos, considerando que a discriminação afeta significativamente o desenvolvimento dos sujeitos e limita suas possibilidades de crescimento humano e social.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à importância dos programas sociais federais para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade. Os alunos reconheceram que tais políticas contribuem para a redução das desigualdades e para o acesso a condições mínimas de sobrevivência, compreendendo o papel do Estado na promoção da justiça social e na garantia de direitos básicos. Nessa perspectiva, esses programas fomentam a possibilidade de crescimento social, pois contribuem para a minimização das desigualdades e oferecem condições para que os beneficiários possam desenvolver-se social e economicamente, garantindo o sustento familiar e melhores perspectivas de vida.

No decorrer da oficina, observou-se o desenvolvimento de um olhar mais crítico por parte dos estudantes, que passaram a analisar a realidade social de forma reflexiva. Ao interpretarem os dados coletados, os discentes não apenas identificaram problemáticas, mas também refletiram sobre possíveis caminhos para a transformação social. Tal movimento evidenciou a importância da articulação entre teoria e prática no ensino de Filosofia, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes, capazes de interpretar criticamente o mundo, considerando que “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1996). Nesse sentido, o processo educativo mostra-se fundamental para o fortalecimento da sociedade, pois parte da formação individual e se projeta no coletivo. Assim, sujeitos conscientes tendem a contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica, evidenciando que o exercício do pensamento pode transformar a realidade social e reforçar a importância de uma educação voltada para a emancipação humana.

A experiência fortaleceu o protagonismo discente, uma vez que os alunos assumiram papel ativo no processo investigativo, realizando entrevistas, organizando dados e construindo interpretações sobre a realidade pesquisada. Esse processo favoreceu o desenvolvimento de habilidades investigativas, argumentativas e reflexivas, além de aproximar o ensino de Filosofia da realidade concreta vivenciada pelos estudantes. O estranhamento diante das situações analisadas constituiu-se como elemento formativo importante, permitindo que os discentes questionassem as condições sociais existentes e buscassem compreender suas determinações históricas.

Dessa forma, conclui-se que a Oficina Filosófica Marxista se configurou como uma estratégia pedagógica significativa para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes, possibilitando a compreensão das contradições sociais e estimulando a reflexão sobre a realidade concreta. A experiência reafirma a relevância de práticas pedagógicas fundamentadas no pensamento marxista, compreendendo, conforme Saviani (2013), que a educação se constitui como mediação no seio da prática social global.

Como contribuição, esta pesquisa evidencia que a Oficina Filosófica Marxista pode se constituir como prática pedagógica relevante para o fortalecimento do ensino de Filosofia na educação básica, ao promover a articulação entre teoria e realidade social. A investigação da realidade concreta favoreceu o desenvolvimento da consciência crítica e ampliou a compreensão dos estudantes acerca das desigualdades sociais, contribuindo para o debate sobre metodologias ativas no ensino de Filosofia orientadas por uma perspectiva emancipatória.

Como perspectivas futuras, sugere-se a ampliação da oficina para outras turmas e níveis de ensino, bem como sua adaptação a diferentes contextos escolares. Recomenda-se também o desenvolvimento de pesquisas que analisem os impactos dessa prática em longo prazo na formação dos estudantes e a articulação da proposta com outras áreas do conhecimento, favorecendo práticas interdisciplinares comprometidas com a formação humana integral.

Assim, reafirma-se que o ensino de Filosofia, orientado por uma perspectiva crítica e articulado à realidade social, constitui-se como elemento fundamental para a formação humana emancipatória e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a experiência desenvolvida nesta pesquisa evidencia que a inserção de práticas investigativas no ensino de Filosofia contribui significativamente para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes, possibilitando a compreensão da realidade como histórica e socialmente construída. A aproximação entre escola e comunidade permitiu que os discentes reconhecessem

as contradições presentes em seu próprio contexto social, ampliando sua capacidade de análise crítica. Tal movimento reforça a importância de metodologias que valorizem o protagonismo discente e a problematização da realidade concreta. A continuidade de práticas pedagógicas dessa natureza pode contribuir para a consolidação de uma educação comprometida com a emancipação humana. Nesse sentido, a Oficina Filosófica Marxista demonstra potencial para ser incorporada como estratégia didático-pedagógica em diferentes contextos educacionais, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica e da participação social dos estudantes.

**REFERÊNCIAS**

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis**. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARDOSO, Maria José Pires Barros; ARRAIS NETO, Enéas. **O ensino médio e a formação do trabalhador: competências para quem e para quê?** In: OLIVEIRA, Elenilce Gomes; SOUSA, Antônia de Abreu (org**.). Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

CARDOSO, Maria José Pires Barros; ARRAIS NETO, Enéas**. Empregabilidade, competências e desqualificação dos trabalhadores: a dança das palavras sobre o solo real das transformações produtivas**. In: SOUSA, Antônia de Abreu (org.). Educação profissional: análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1157-1175, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FROMM, Erich**. Conceito marxista do homem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero**. Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 19, n. 64, p. 105-126, 1998.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl**. O capital: crítica da economia política**. Livro I. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich**. A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, N.; RESENDE, F. **Pesquisa-ação na formação de professores: epistemologia e metodologia**. São Paulo: Cortez, 2006.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, política e cultura: ensaios históricos. Campinas: Autores Associados, 2011

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUSA, Antônia de Abreu (org**.). Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

SOUSA, José Rubens. **Gramsci: educação, escola e formação – caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Appris, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

# ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA – SEEC
12ª DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA – DIREC
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR HERMÓGENES NOGUEIRA DA COSTA – ENSINO MÉDIO
RUA: CORONEL GLICÉRIO – S/Nº ABOLIÇÃO IV – MOSSORÓ/RN
ATO DE CRIAÇÃO: 965/86
DIÁRIO OFICIAL: 6.484 DATA: 24.09.1986

## CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **MARIA JOSÉ FERREIRA**, CPF **778.163.154-49**, representante legal da **ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR HERMÓGENES NOGUEIRA DA HERMÓGENES NOGUEIRA DA COSTA**, localizada a **RUA CORONEL GLICÉRIO CÍCERO, S/N ABOLIÇÃO IV – MOSSORÓ/RN**, venho através deste documento, autorizar a realização da pesquisa intitulada **"A construção de uma oficina filosófica marxista e sua contribuição para formação humana"** a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador **FRANCISCO DIEGO FERNANDES**; e DECLARO que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética do Instituto de Ciências da Saúde da referida pesquisa.

Mossoró-RN, 06 de novembro de 2024.

**MARIA JOSÉ FERREIRA**

**Diretora da E. E. Professor Hermógenes Nogueira Costa**

Diretora

*Maria José Ferreira*
*CPF: 778.163.154-49*
*MAT: 124-322-5*

## ANEXO B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

***Governo do Estado do Rio Grande do Norte***
***Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC***
***UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN***
*Campus Caicó*

*Curso de Mestrado Profissional em Filosofia – Prof-Filo*

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

**Esclarecimentos**

Este é um convite para você participar da pesquisa **"A CONSTRUÇÃO DE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA "** coordenada pelo (a) **Prof. Dr. FRANCISCO RAMOS NETO** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o senhor (a) será submetido ao seguinte procedimento: participação da criação de uma oficina filosófica cuja responsabilidade de aplicação é de Francisco Diego Fernandes, Mestrando Profissional em Filosofia, do curso de Mestrado Profissional em Filosofia – Prof-Filo, do Campus Caicó, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados do respectivo Departamento.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: "Possibilitar aos estudantes realizar uma abordagem crítica reflexiva da realidade local à luz do pensamento marxista, podendo apresentar os resultados de suas pesquisas em forma de oficinas, relatórios e seminários.". E como objetivos específicos: Possibilitar aos educandos o desenvolvimento de uma consciência crítica reflexiva. Desenvolver instrumentos de pesquisas que possibilite a codificação do nível da desigualdade e exclusão social local. Possibilitar uma capacidade diagnostica acerca dos problemas sociais e econômicos local.

O benefício deste trabalho consiste no fato de ter grande relevância no campo educacional, pois visa analisar qual contribuição tem à construção de oficina filosófica de caráter marxista para o desenvolvimento crítico e analítico dos discentes, já que serão eles os protagonistas e construtores dessa oficina, tendo apenas como orientador o docente da disciplina de Filosofia. A partir do início desse trabalho poderíamos ter a possibilidade de identificar as condições socioeconômicas e problemas sociais enfrentados pela comunidade local oriundo da desigualdade e exclusão social, por meio dos instrumentos de pesquisa. Desse modo, os alunos poderão desempenhar um olhar crítico e analítico acerca das problemáticas apresentadas pela comunidade.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são da possibilidade de constrangimento ao participar da oficina; desconforto; estresse. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente FRANCISCO DIEGO FERNANDES fará a oficina e somente a discente FRANCISCO DIEGO FERNANDES e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os resultados; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não

será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para participar da oficina e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Pág. 01/03

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Filosofia, Campus Caicó da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador (a) Francisco Diego Fernandes do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Caicó, no endereço Avenida Rio Branco, 725, Bairro Centro - Caicó/RN | 59300-970 Tel. (84) 3421-6513. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) –** Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto s/n - Aeroporto Home page: http://www.uern.br - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3312-7032.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a)pesquisador(a) Francisco Diego Fernandes.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa -CEP farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. Todos os participantes serão maiores de 18 anos, além de serem num total de vinte e cinco (25) pessoas, no nível médio da Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa em Mossoró-RN. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

**Consentimento Livre**

Concordo em participar desta pesquisa **"A CONSTRUÇÃO DE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA".** Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos nos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Mossoró, _____/_____/_____.

_____

Assinatura do Pesquisador

_____

Assinatura do Participante



**FRANCISCO DIEGO FERNANDES (Aluno - pesquisador) -** Aluno do Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço, Avenida Rio Branco, 725, Bairro Centro - Caicó/RN | 59300-970 Tel. (84) 3421-6513.

**Prof Dr. Francisco Ramos Neves (Orientador da Pesquisa – Pesquisador Responsável) -** Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço, Avenida Rio Branco, 725, Bairro Centro - Caicó/RN | 59300-970 Tel. (84) 3421-6513.

**Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) -** Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n - Aeroporto

Home page: http://www.uern.br - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3312-7032.

**APÊNDICE - CARTILHA PEDAGÓGICA: OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA**

# CARTILHA PEDAGÓGICA
# OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA

FRANCISCO DIEGO FERNANDES
Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO/UERN

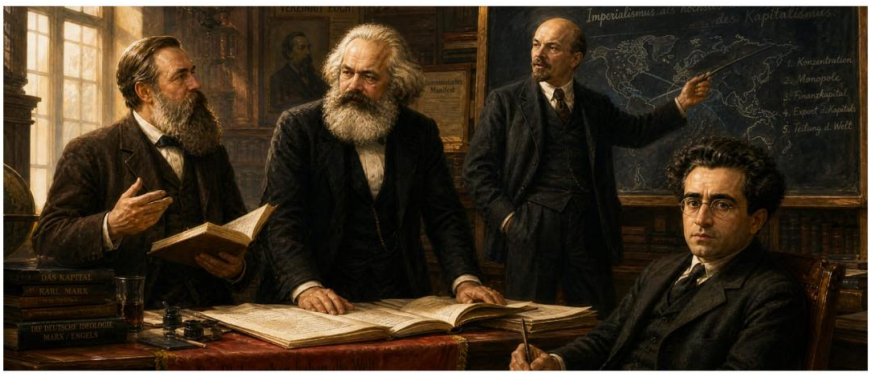



## APRESENTAÇÃO

Esta cartilha pedagógica foi elaborada a partir da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UERN), intitulada A construção de uma oficina filosófica marxista e sua contribuição para formação humana. O material tem como objetivo auxiliar professores e estudantes na construção de práticas filosóficas críticas voltadas para a compreensão da realidade social.

A proposta da oficina filosófica busca aproximar a Filosofia da realidade concreta dos estudantes, promovendo reflexões sobre trabalho, desigualdade social, alienação, exploração e emancipação humana. A oficina foi pensada como instrumento pedagógico capaz de estimular o pensamento crítico, o protagonismo estudantil e a participação coletiva.

Mais do que transmitir conteúdos, esta cartilha pretende contribuir para uma formação humana crítica e emancipatória, permitindo que os estudantes compreendam-se como sujeitos históricos capazes de interpretar e transformar a realidade em que vivem.



# O QUE É UMA OFICINA FILOSÓFICA?

A oficina filosófica é uma metodologia de ensino baseada no diálogo, na reflexão crítica e na participação ativa dos estudantes. Diferentemente de aulas exclusivamente expositivas, a oficina busca construir o conhecimento coletivamente, relacionando os conteúdos filosóficos com as experiências concretas vivenciadas pelos alunos.
Na oficina filosófica, os estudantes:

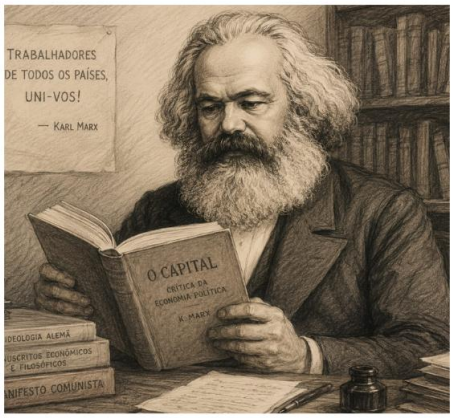
- dialogam sobre problemas sociais;
- analisam situações do cotidiano;
- desenvolvem pesquisas;
- constroem reflexões críticas;
- produzem conhecimento coletivo;
- relacionam teoria e prática social.

A Filosofia deixa de ser apenas conteúdo teórico e passa a ser instrumento de compreensão da realidade.

## POR QUE UMA OFICINA FILOSÓFICA MARXISTA?

A proposta marxista compreende que os indivíduos são sujeitos históricos inseridos em relações sociais marcadas por desigualdades e contradições.
Segundo Karl Marx, o trabalho é elemento fundamental da formação humana. Entretanto, na sociedade capitalista, muitos trabalhadores vivenciam situações de exploração, alienação e precarização.
Nesse sentido, a oficina filosófica marxista busca:

- compreender criticamente a realidade social;
- refletir sobre o mundo do trabalho;
- discutir desigualdades sociais;
- analisar problemas presentes nas comunidades;
- fortalecer a consciência crítica;
- contribuir para processos de emancipação humana.



# OBJETIVOS DA OFICINA

## Objetivo Geral

Promover a formação crítica e reflexiva dos estudantes por meio da construção coletiva de uma oficina filosófica fundamentada no materialismo histórico-dialético.




## Objetivos Específicos

Desenvolver a consciência crítica;
Estimular a participação coletiva;
Relacionar Filosofia e realidade social;
Refletir sobre trabalho e desigualdade social;
Incentivar pesquisas sociais;
Fortalecer o protagonismo estudantil.

# TEMAS QUE PODEM SER TRABALHADOS

## Trabalho

Reflexão sobre o significado do trabalho na sociedade e sua importância para a formação humana.
Questões para debate:

- O trabalho dignifica o homem?
- Todos os trabalhos são valorizados socialmente?
- O trabalhador é realmente reconhecido?

## Alienação

Discussão sobre situações em que o trabalhador perde o controle sobre aquilo que produz e sobre sua própria condição humana.
Questões para debate:

- O trabalhador é valorizado pelo que produz?
- O trabalho gera realização pessoal?
- Como a sociedade influencia nossas escolhas?

## Desigualdade Social

Análise das diferenças econômicas e sociais existentes na sociedade.
Questões para debate:
Por que existem pessoas com tantas riquezas e outras com tão pouco?
A escola contribui para diminuir desigualdades?
Como a desigualdade afeta os jovens?

## Educação e Emancipação

Discussão sobre o papel da educação na construção da autonomia intelectual e da consciência crítica.
Questões para debate:
A educação transforma a sociedade?
Qual o papel da Filosofia na escola?
O conhecimento pode libertar?

## 2ª ETAPA – PROBLEMATIZAÇÃO DA REALIDADE

Os estudantes devem identificar problemas sociais presentes em suas comunidades.
Exemplos:

- desemprego;
- violência;
- precarização do trabalho;
- desigualdade social;
- evasão escolar;
- trabalho infantil.

## 3ª ETAPA – CONSTRUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Os próprios estudantes podem construir perguntas para investigar a realidade social.
Exemplos de perguntas:

1. Qual sua profissão?
2. Sua renda é suficiente para sustentar a família?
3. Você considera seu trabalho valorizado?
4. Já sofreu exploração no trabalho?
5. Você acredita que a educação pode melhorar sua vida?

## 4ª ETAPA – PESQUISA DE CAMPO

Os alunos realizarão entrevistas em suas comunidades.
Orientações:
respeitar os entrevistados;
ouvir atentamente;
registrar informações corretamente;
manter postura ética;
evitar constrangimentos.

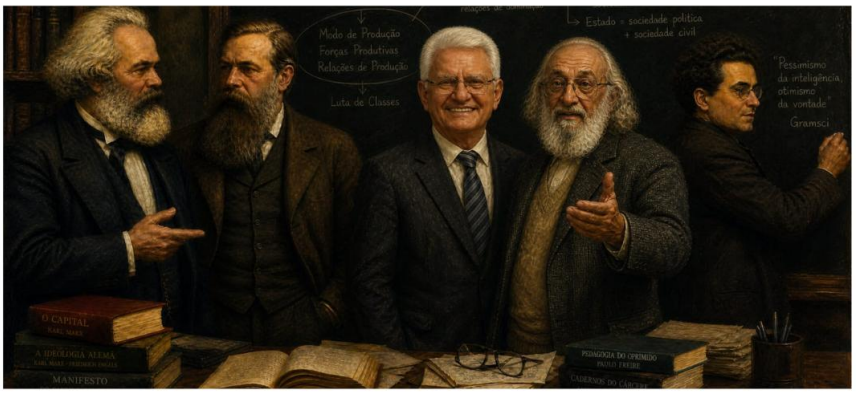
## 5ª ETAPA – ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os estudantes podem organizar os resultados em:
gráficos;
tabelas;
cartazes;
seminários;
relatórios;
apresentações.




## 6ª ETAPA – SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os alunos apresentarão suas análises para a comunidade escolar.
Sugestões:
feira filosófica;
seminários;
exposições;
debates;
apresentações culturais.

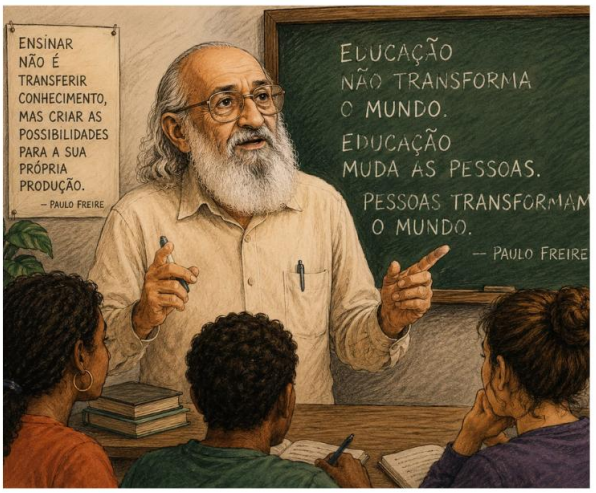


## O PAPEL DO PROFESSOR

O professor atua como mediador do conhecimento, estimulando o diálogo, a investigação e a reflexão crítica.

Mais do que transmitir conteúdos prontos, o educador deve:

- incentivar perguntas;
- estimular a participação;
- problematizar a realidade;
- relacionar teoria e prática;
- promover o pensamento crítico.




## RESULTADOS ESPERADOS

A oficina filosófica pode contribuir para:

- desenvolvimento da consciência crítica;
- fortalecimento do protagonismo estudantil;
- aproximação entre escola e comunidade;
- melhoria do diálogo em sala de aula;
- ampliação da participação coletiva;
- compreensão crítica da realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina filosófica marxista constitui importante instrumento pedagógico para o fortalecimento do ensino de Filosofia na Educação Básica. Sua proposta contribui para a construção de uma educação crítica, reflexiva e emancipatória.

Ao relacionar Filosofia e realidade concreta, os estudantes tornam-se capazes de compreender melhor as contradições sociais presentes em seu cotidiano, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua participação social.

A Filosofia, nesse sentido, deixa de ser apenas disciplina escolar e passa a ser instrumento de formação humana e transformação social.



## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2013.
TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí, 2005.